

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA



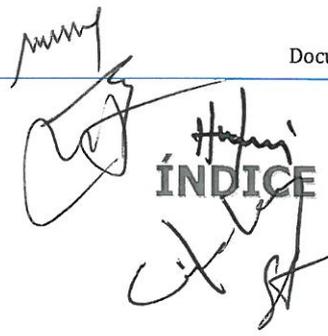
[Handwritten signature]



ÍNDICE

Página

ÍNDICE	3
ÍNDICE DE QUADROS.....	4
ÍNDICE DE GRÁFICOS	5
NOTA INTRODUTÓRIA	6
1. APRESENTAÇÃO.....	8
02 DE ABRIL DE 2013.	12
2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	13
2.1. ANÁLISE GLOBAL DO ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO DO ANO DE 2012.....	13
2.2. SALDOS DA GERÊNCIA	15
2.2.1. NA ÓTICA ORÇAMENTAL.....	15
2.2.2. NA ÓTICA DOS FLUXOS DE CAIXA	16
2.3. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	17
2.4. ORÇAMENTO DE RECEITA.....	18
2.4.1. RECEITAS CORRENTES	19
2.4.2. RECEITAS DE CAPITAL	21
2.4.3. EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL.....	22
2.5. ORÇAMENTO DA DESPESA.....	23
2.5.1. ESTRUTURA E EXECUÇÃO DA DESPESA.....	23
2.6. GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	104
3. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	109
3.1. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS	109
3.2. DÍVIDA TOTAL	110
3.3. ESTRUTURA DA DÍVIDA DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS.....	111
3.5. LIMITES AO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	113
4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	115
4.1. ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO	115
4.1.1. ESTRUTURA DO ATIVO.....	118
4.1.2. ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	119
4.1.3. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	120
4.1.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	121
4.1.5. RÁCIOS	123
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	125
6. RECURSOS HUMANOS DA AUTARQUIA	126
BALANÇO	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	



Handwritten signature and stamp, likely of the Mayor, located above the title.

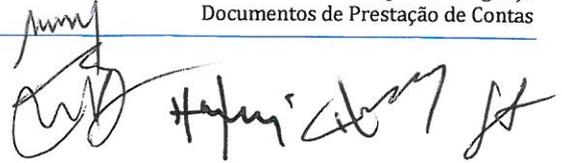
ÍNDICE DE QUADROS

página

QUADRO 1 – MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA E DA DESPESA <i>DO ANO DE 2012</i>	13
QUADRO 2 – ESTRUTURA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	14
QUADRO 3 – FLUXOS DE CAIXA	17
QUADRO 4 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE RECEITA	18
QUADRO 5 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO NA COBRANÇA DAS RECEITAS CORRENTES <i>NO PERÍODO 2010-2012</i>	19
QUADRO 6 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO NA COBRANÇA DAS RECEITAS DE CAPITAL	21
QUADRO 7 – PRINCIPAIS APOIOS COMUNITÁRIOS E OUTROS, AFETOS AO INVESTIMENTO	21
QUADRO 8 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES, <i>CAPITAL E OUTRAS EM PERCENTAGEM</i>	22
QUADRO 9 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DAS RECEITAS TOTAIS – 1998/2012 <i>POR TIPO DE FINANCIAMENTO</i>	22
QUADRO 10 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE DESPESA	23
QUADRO 11 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE DESPESAS CORRENTES E SUA EVOLUÇÃO <i>NO PERÍODO 2010-2012</i>	24
QUADRO 12 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE DESPESAS DE CAPITAL E SUA EVOLUÇÃO <i>NO PERÍODO 2010-2012</i>	26
QUADRO 13 – ESTRUTURA DA DESPESA TOTAL PAGA EM RELAÇÃO À AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO, TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL E ATIVOS FINANCEIROS <i>NO PERÍODO 1998-2012</i>	27
QUADRO 14 - FONTES DE FINANCIAMENTO DA AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO	27
QUADRO 15 – MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA <i>EM 2012</i>	29
QUADRO 16 – MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO <i>NO PERÍODO 2009/2012</i>	102
QUADRO 17 – MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO E NATUREZA DAS DESPESAS <i>NO PERÍODO 2009/2012</i>	103
QUADRO 18 – RESUMO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO NO ANO DE 2012	104
QUADRO 19 – DESAGREGAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS NAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO <i>EM 2012</i>	105
QUADRO 20 – RÁCIOS DE ESTRUTURA E FINANCEIROS	107
QUADRO 21 – INDICADORES FINANCEIROS E DE ESTRUTURA	107
QUADRO 22 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO NO PERÍODO 1997 A 2012	109
QUADRO 23 - ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA A TERCEIROS NO PERÍODO 2006-2012	110
QUADRO 24 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA A TERCEIROS NO PERÍODO 2009-2012	111
QUADRO 25 – RESUMO DA ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA A TERCEIROS NO PERÍODO 2009-2012	111
QUADRO 26 – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA: BALANÇO SINTÉTICO	116
QUADRO 27 – COMPOSIÇÃO DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS EM 2012	121
QUADRO 28 – COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2011-2012	121
QUADRO 29 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS	122
QUADRO 30 – EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DOS RÁCIOS	123

ÍNDICE DE GRÁFICOS

	<i>página</i>
GRÁFICO I – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES E DESPESAS CORRENTES	15
GRÁFICO II – SALDO DO EXERCÍCIO	17
GRÁFICO III – ESTRUTURA E EVOLUÇÃO NA EXECUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES	20
GRÁFICO IV – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL <i>EM PERCENTAGEM</i>	22
GRÁFICO V – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DAS RECEITAS – 2009/2012 <i>POR TIPO DE FINANCIAMENTO</i>	23
GRÁFICO VI – ESTRUTURA DA EXECUÇÃO DESPESAS CORRENTES <i>EM PERCENTAGEM</i>	24
GRÁFICO VII – ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL <i>EM PERCENTAGEM</i>	26
GRÁFICO VIII – INVESTIMENTO MÉDIO ANUAL (ABI+TC+AF) – <i>POR PERÍODOS</i>	28
GRÁFICO IX – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL – NO PERÍODO 1998-2012	28
GRÁFICO X – REPARTIÇÃO DEPARTAMENTAL DA DESPESA TOTAL <i>EM 2012</i>	30
GRÁFICO XI – REPARTIÇÃO DEPARTAMENTAL DA DESPESA TOTAL <i>NO PERÍODO 2009/2012</i>	102
GRÁFICO XII – REPARTIÇÃO DAS DESPESAS DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS <i>NO PERÍODO 2009/2012</i>	106
GRÁFICO XIII – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA	110
GRÁFICO XIV – EVOLUÇÃO DO BALANÇO <i>NO PERÍODO 2005-2012</i>	117
GRÁFICO XV – EVOLUÇÃO DO ATIVO FIXO <i>NO PERÍODO 2008-2012</i>	118
GRÁFICO XVI – ESTRUTURA DO ATIVO 2011.....	118
GRÁFICO XVII – ESTRUTURA DO ATIVO 2012	119
GRÁFICO XVIII – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO <i>NO PERÍODO 2009-2012</i>	119
GRÁFICO XIX – ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO 2011	120
GRÁFICO XX – ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO 2012.....	120



NOTA INTRODUTÓRIA

Fazem parte deste documento, que agora se apresenta, as peças que integram os documentos de Prestação de Contas do Município de Bragança do ano de 2012, dando cumprimento ao estatuído na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, na sua redação atual, que estabelece como competência da câmara municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, "*elaborar e aprovar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas a submeter à apreciação do órgão deliberativo*". Esta imposição também se encontra disposta no n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, que refere, "*As contas dos municípios e das freguesias, bem como das respetivas associações, são apreciadas pelo respetivo órgão deliberativo, reunido em sessão ordinária, durante o mês de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam*".

O regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respetivas alterações) refere como documentos de prestação de contas das autarquias locais que remetem as contas ao Tribunal de Contas:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

Estabelece igualmente que o relatório de gestão deve contemplar os seguintes aspetos:

- A situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável;
- Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros nos últimos três anos, individualizando, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício e os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

Um dos aspetos importantes a ter em consideração no estudo do relatório de gestão, será o de adequar as análises e respetivas conclusões ao tipo de informação que seja disponibilizada, quer seja orçamental, ou económica e financeira. Embora sendo informação que no seu conjunto se complementa, não será no entanto comparável, pois enquanto que a primeira é elaborada na base de caixa ou compromissos e direitos, a segunda obedece ao princípio do acréscimo ou da especialização dos exercícios.

Foi utilizada como metodologia de desenvolvimento deste documento, iniciar o seu enquadramento com o Relatório de Gestão focalizando os aspetos atrás referidos. Seguidamente e na ordem que refere o POCAL, são apresentados os restantes Documentos de Prestação de Contas. Sempre que tal se justifique são efetuadas as devidas referências aos anexos e às demonstrações financeiras, facultando aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências.

Handwritten marks and signatures on the left side of the page, including a large scribble at the top, the word "Helen" in the middle, and a signature at the bottom.



I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. APRESENTAÇÃO

Os documentos de prestação de contas da autarquia relativas ao ano de 2012, a submeter a aprovação da Câmara Municipal, Assembleia Municipal e posterior envio ao Tribunal de Contas para aprovação, foram elaboradas conforme o regime de contabilidade autárquica, contem a informação relativa à execução do programa de atividades previstas no Plano Plurianual de Investimentos, no Plano Atividades Municipal, a execução orçamental e a informação necessária ao controlo financeiro, à verificação da legalidade e à análise das decisões tomadas. Os documentos de prestação de contas fazem-se acompanhar pela análise económico-financeira e certificação legal de contas.

Da análise dos mapas de execução orçamental, que compara o orçamento previsional com a execução da receita bruta arrecadada pela Autarquia no valor de 34.303.666,11€ e uma receita líquida de 34.272.307,89€, constata-se ter sido obtida uma execução de 82,78% relativamente às dotações corrigidas, ligeiramente inferior à do ano anterior, mas com uma execução de receita superior em 2.409.756,39€, sendo a execução orçamental da despesa de 82,91%. Salienta-se que, ao longo dos últimos quinze anos, a regra tem sido a de o município de Bragança atingir bons níveis de execução, entre os oitenta e os noventa por cento, significativamente acima da média de execução dos municípios do país, a rondar os sessenta por cento.

A execução de receita corrente atingiu a taxa de 95,27%, ocorrendo as quebras mais significativas, na arrecadação de impostos diretos, no rendimento de propriedade, nas transferências correntes e na venda de bens e serviços. A execução da receita de capital foi de 67,43%, tendo ocorrido a maior variação na venda de bens de investimento em que não se realizou qualquer valor, por opção política, face à situação de recessão da economia e em especial do sector de construção civil, também nas transferências de capital se verificou uma diminuição da receita, essencialmente devido ao atraso de transferências de apoios comunitários ao investimento.

Pode-se assim concluir que tal como nos anos anteriores se trabalhou com rigor na previsão de receitas como na execução orçamental, só possível face ao bom planeamento e controlo das atividades.

Relativamente à estrutura da execução orçamental salientam-se dois aspetos relevantes, ambos positivos, por um lado destacar que as receitas correntes superam em 9,10% as despesas correntes, libertando recursos financeiros para investimento que atinge um valor de 44,44% da despesa o que é muito relevante, se considerarmos que o investimento público no País está em valor muito baixo, mais na Administração Central, embora nos municípios a situação seja de redução drástica. O outro aspeto a destacar é o facto de, se por um lado as receitas correntes estarem a baixar de forma evidente desde o ano de 2010, também as despesas correntes baixam de igual modo, o que significa que em termos de gestão temos sabido antever as dificuldades e, com rigor, controlar as despesas, promovendo sem perturbação os necessários ajustamentos nas atividades municipais, exercício que tem sido feito em paralelo envolvendo diminuição ou não aumento de taxas e tarifas e também a exigência de integração do impacto negativo relativo ao aumento de custos pela via do aumento do IVA e dos encargos com a Segurança Social e Saúde, assumindo assim ir ao encontro das dificuldades das famílias, em período excecional de dificuldades no país, sem perda de garantias de sustentabilidade financeira do município.

Foi garantido o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, tendo sido garantidos recursos necessários para cobrir todas as despesas. As receitas brutas correntes superaram as despesas correntes, libertando 3.111.914,59€ para investimento e o saldo obtido foi positivo, tanto na base de caixa como na base dos



compromissos. Tanto o saldo orçamental como o efetivo, calculados na base de caixa são positivos, enquanto o cálculo feito na base de compromissos evidencia um valor negativo resultante de compromissos que transitam para o ano seguinte. Para a gerência de 2013, transita um valor positivo de 161.167,82€.

A estrutura global da receita do ano ocorreu da seguinte forma: transferência de fundos da Administração Central com o valor de 39,45%; apoios comunitários e outros com o valor de 23,71%; empréstimos 0,00% (de salientar que também no ano de 2011 não foram contraídos empréstimos) e de receitas próprias 36,84%. Salienta-se como positivo que, o peso dos fundos comunitários duplicou relativamente ao ano anterior, que não se venderam bens de investimento e que não se recorreu a empréstimos.

A estrutura do orçamento da despesa desagrega-se da seguinte forma: a despesa corrente que diminui 9,00% relativamente ao ano anterior, representa 55,56% da despesa global, reparte-se da seguinte forma: aquisição de bens e serviços 60,74%; despesas com pessoal 31,10%; transferências correntes 4,96%; outras despesas correntes 1,89% e juros e outros encargos 1,31%. A despesa de capital que teve um acréscimo de 39,61% relativamente ao ano anterior representa 44,44% da despesa global e reparte-se da seguinte forma: aquisição de bens de capital 78,12%; transferências de capital 14,25%; passivos financeiros 7,63%. A despesa do PPI foi aplicada 38,21% em funções gerais; 52,71% em funções sociais e 9,08% em funções económicas.

Salienta-se como elementos positivos ao nível da despesa relativamente ao exercício do ano anterior: a despesa corrente baixou 9,00%, baixando nos cinco itens que constituem a estrutura da despesa; a despesa de capital cresceu 39,61%, com grande destaque para o investimento direto do município que subiu 58,23% e as transferências de capital (Juntas de Freguesia; Instituições sem fins lucrativos e outras) e que os passivos financeiros (amortização de empréstimos de médio e longo prazo) foram superiores em 6,79%. Destaca-se ainda o facto de o financiamento do investimento ter sido assegurado em 62,26% por fundos comunitários.

Quanto à dívida total do município (curto, médio e longo prazo), verifica-se que no cômputo global regista uma diminuição de 9,11% relativamente ao ano anterior e em valor nominal 1.234.301€. A estrutura da dívida é de 58,88% no médio longo prazo e 41,12% no curto prazo. Considerando a situação de excesso de dívida pública do País, a ultrapassar os 120% do PIB, importa salientar que no Município conseguimos voltar a reduzir a dívida global, que está em termos nominais a menos de metade do valor do ano de 1997 e que em termos percentuais representa 32,29% da receita anual global, enquanto no ano de 1997 representava 105% da receita global. Destaca-se que no ano de 2012, apesar de ter aumentado o investimento em 39,36%, a dívida diminui 9,11%, e que o município tem desde o ano de 1997 assegurado um forte e continuado ciclo de investimento e o valor mais baixo de dívida global dos últimos 15 anos, indicadores inquestionavelmente positivos e em contraciclo com a situação no país que na última década reduziu a valores muito baixos o investimento público, subindo a dívida pública para quase três vezes o Orçamento anual do Estado.

O Município cumpre, feita a integração de dívidas do setor empresarial local, com os limites de endividamento, calculados tendo por base os limites impostos no Orçamento de Estado, para cumprimento das obrigações de estabilidade orçamental, valores significativamente reduzidos face à Lei de Finanças Locais.

Quanto ao património do município verifica-se uma evolução de 2,64%, o correspondente a 5.267.817,96€, sendo o valor global de 204.781.600,57€, ocorrendo o essencial do aumento na rubrica de imobilizações corpóreas. Os fundos próprios e passivo crescem de igual valor, destacando que o crescimento essencial se

verifica nas rubricas de património e proveitos diferidos. O valor do ativo evoluiu de 64,61 milhões de euros no ano de 2002 para 204,78 milhões de euros no exercício de 2012. Da análise aos fundos próprio e do passivo, 46,06% incluem-se na rubrica de património e 26,70% em proveitos diferidos (57.561.717,67€) referentes a subsídios ao investimento.

Quanto à demonstração de resultados, regista-se: Os proveitos operacionais tiveram uma diminuição de 481.574,75€; os resultados operacionais tiveram uma diminuição de 1,87% (provenientes de vendas e prestações de serviços); os custos operacionais tiveram um aumento de 740.352,42€ (essencialmente provenientes de amortizações e provisões do exercício); resultados financeiros são positivos em 1.653.378,84€; o resultado extraordinário é negativo em 458.501,89€; o resultado líquido do exercício económico de 2012 é positivo e ascende a 1.848.342,90€, cuja aplicação se propõe seja distribuído em reservas legais 92.417,15€ e em reforço do património 1.755.925,75€.

A apresentação da execução das atividades e projetos previstos no PPI e no PAM está estruturada de forma suficientemente explícita, sendo de referir a título de síntese. O ano de 2012 foi em termos de investimento o quarto maior ano com mais investimento no conjunto dos últimos quinze anos, por isso se pode destacar um conjunto significativo de investimentos. As obras de reconversão urbanística do espaço do antigo forte de S. João de Deus (dois novos edifícios e dois reabilitados), para o edifício Sede do Município, área verde envolvente, parques de estacionamento e instalação definitiva da feira; a ampliação da casa da seda; a ampliação e requalificação da antiga escola do Loreto para Escola de Dança; a requalificação de 124 fogos sociais no Bairro da Mãe de Água; a recuperação de edifícios degradados no Centro Histórico para residências de estudantes e sede de Associações; a construção da Ciclovia da Mãe de água com 2,1 Km; a construção da segunda fase da Ciclovia do Fervença; a construção do Parque Verde da Mãe de Água; a construção do Parque Verde da Coxa; o início de construção da primeira fase do Parque de Ciência e Tecnologia (promovido pela Associação Brigantia EcoPark, em que o município detém posição maioritária); o início da construção do Recinto de Valorização das Raças Autóctones; foram executados importantes investimentos na construção de novas redes de distribuição de água e de drenagem e tratamento de esgotos e na ampliação e manutenção das redes de drenagem de saneamento básico.

Destaca-se o bom trabalho feito nas áreas da manutenção urbana, do ambiente e higiene pública, da proteção da floresta e da proteção civil, da construção manutenção e gestão de espaços verdes e dos parques urbanos que conferem elevada qualidade e atratividade á cidade. No âmbito da mobilidade e energia concretizaram-se os objetivos traçados, nomeadamente de redução de custos das comunicações e gastos de energia, tendo-se aumentado a produção própria no âmbito do solar térmico, solar fotovoltaico e mini-hídrica, com a construção de novas instalações. As atividades culturais e recreativas foram executadas de acordo com a programação prevista, com regularidade, elevada qualidade, com elevada participação e boa apreciação por parte dos cidadãos. O trabalho em rede com diversas instituições no âmbito da programação cultural foi reforçado e foi criada a Rede Concelhia de Bibliotecas.

No âmbito da promoção turística foram executados projetos relevantes e com inovação como os guias interativos para plataformas tecnológicas e o sistema de áudio guias para todo o Centro Histórico, também as Festas da Cidade foram equilibradas e com qualidade, próprias para o período de maior procura turística da região. No setor de Educação forma asseguradas plenamente as competências do município, ao nível das instalações, da modernização tecnológica, do aumento da oferta pública do ensino pré-escolar, dos transportes, dos apoios sociais, da lecionação das Atividades de Enriquecimento Curricular, da execução de atividades em colaboração

com os Agrupamentos, do acompanhamento nos órgãos de gestão e na criação dos novos agrupamentos e do reordenamento da Rede Escolar.

No setor do desporto e juventude a programação de atividades foi intensa, decorreu de acordo com a programação prevista no Plano de Atividades, destacando os jogos tradicionais, o programa de desporto sénior em meio rural, as diversas atividades do programa "Bragança Ativa", as férias desportivas, as muitas atividades executadas diretamente ou em colaboração com o movimento associativo mobilizarem milhares de jovens em diversas atividades desportivas e recreativas. A colaboração com as associações e grupos desportivos envolveu mais de 1300 jovens em atividades federadas e não federadas.

Foi garantido apoio substancial às instituições sociais, desportivas culturais, humanitárias e religiosas, apoios no âmbito do investimento e do funcionamento corrente. Na área religiosa destacam-se as obras nos santuários da Senhora do Aviso e da Senhora da Serra, e da Igreja de Santo Cristo. Às Juntas de Freguesia foi dado apoio técnico, logístico e financeiro para a construção de centros de convívio, sedes de Junta de Freguesia, de que se destaca a de Rebordãos e Zoio. Apoio na manutenção e ampliação de cemitérios, em pavimentações de ruas e largos destacando a intervenção feita em Samil pela qualidade e dimensão, na construção de pontos de água, arranjo e limpeza de caminhos, limpeza de aceiros para proteção florestal, construção de pontes e pontões, de que se destaca a ponte internacional sobre o Rio Maças na Petisqueira e o pontão sobre a Ribeira de Vilalva em Sanceriz. No conjunto foram garantidos apoios no valor de 3,12 milhões de euros, sendo 0,95 milhões de euros para despesa corrente e 2,17 milhões de euros para investimento.

Quanto aos recursos humanos da autarquia, deve em primeiro lugar destacar-se que a aposta continuou a ser na melhoria do serviço público prestado aos cidadãos, no aumento da produtividade e eficiência dos serviços. Para o efeito deu-se continuidade aos projetos de modernização administrativa, prioritários nas iniciativas de gestão durante o ano, situação bem evidente nos projetos imateriais concluídos e iniciados que terão expressão mais evidente com a abertura do Balcão Único, evolução só possível pela grande transformação das instalações Sede do Município, executadas para servir bem todos os trabalhadores, de todos os serviços municipais, assim como os municípios. Instalações em fase avançada de execução, pensadas para o século XXI, quer pela funcionalidade como da sustentabilidade, uma vez que foram integrados conceitos de durabilidade, eficiência energética e de sustentabilidade do mais avançado existente, assim como a área envolvente será mais uma marca de qualidade na requalificação urbanística da cidade.

Promoveu-se no final do ano uma nova reorganização dos serviços de que resultou uma redução do número de chefias por força de orientações legislativas, estrutura que foi concebida para acolher a extinção de empresas municipais e responder globalmente de forma mais eficiente aos desafios de um novo ciclo de gestão municipal que inclui mais manutenção, menos investimento, mais promoção económica e social e a exigência de fazer melhor com menos recursos considerando a situação de recessão económica, as dificuldades de crescimento da economia e a menor disponibilidade de recursos financeiros para os municípios.

Garantiu-se o regular funcionamento da avaliação de desempenho das unidades orgânicas, dos dirigentes intermédios e dos trabalhadores. A todos os trabalhadores do município foram garantidas boas condições no âmbito da higiene, segurança e saúde no trabalho. Foi garantida formação de acordo com as necessidades da instituição sendo que a maioria da formação foi interna, de acordo com as necessidades associadas ao projeto de modernização. Durante o ano foram certificados os serviços de Atendimento, Obras Particulares, Recursos Humanos, Aprovisionamento e Gestão de Sistemas de Informação.

O município deu cumprimento ao objetivo de redução de trabalhadores, imposta pela Lei do Orçamento de Estado, cumprindo com a redução de 2% sobre 365, número de trabalhadores a 31 de dezembro de 2011, redução que se conseguiu à custa das aposentações, tendo o município a 30 de setembro 358 trabalhadores. Quanto à taxa de absentismo verifica-se uma ligeira redução de 1,57%, pensando que em 2013 a redução será maior.

Os trabalhadores do município têm, de um modo geral, demonstrado elevado empenho e sentido de responsabilidade, apesar dos sacrifícios que lhes estão a ser impostos em termos de cortes salariais para cumprimento dos acordos de ajustamento na despesa pública exigidos pela TROIKA, cumprindo com os objetivos de organização interna, de relacionamento com os cidadãos, de iniciativa no plano da modernização administrativa e da sustentabilidade global da atividade do município, garantindo regularidade e legalidade na ação conforme relatório de auditoria e certificação legal de contas pelo que, em nome da Câmara Municipal quero deixar a todos o necessário agradecimento, em particular às chefias que têm compreendido as orientações do Executivo Municipal e as tem transmitido corretamente aos vários setores.

Também uma nota de reconhecimento aos prestadores de serviços e fornecedores de bens, às empresas e às Instituições com as quais o Município mais se relaciona, assim como aos outros níveis de administração política como seja a Administração Central e em particular as Juntas de Freguesia que conosco colaboraram para podermos alcançar resultados positivos, apesar da crise financeira, económica e social e da grave situação das contas públicas, o que nos permite com a satisfação do dever cumprido encerrar a atividade do ano de 2012 com resultados positivos nas contas, na redução da dívida global, com importantes investimentos em execução e com regularidade administrativa e financeira, cumprindo com os normativos legais, em síntese, com uma imagem global positiva que perante os cidadãos e o país, dignifica a instituição e o poder local democrático.

02 de abril de 2013.

O Presidente da Câmara Municipal
António Jorge Nunes

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.1. ANÁLISE GLOBAL DO ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO DO ANO DE 2012

A análise, ainda que de forma sintética e global, da contabilidade orçamental permite-nos acompanhar todo o processo de realização de despesas e arrecadação de receitas. Este estudo, baseado nos mapas de execução orçamental que fazem parte integrante dos documentos de prestação de contas da Autarquia visa, numa primeira abordagem, comparar o valor do orçamento inicial e corrigido, resultado das modificações orçamentais, com os valores da execução orçamental a fim de evidenciar os desvios de execução mais significativos. Os resultados obtidos, permitem-nos testar a fiabilidade dos orçamentos e a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas realmente arrecadado pela Autarquia, bem como da atividade de planeamento.

De salientar que a taxa de execução da despesa traduz as obrigações efetivamente pagas e não a totalidade das obrigações assumidas para com terceiros. A taxa de execução orçamental da receita é calculada com base nas receitas cobradas líquidas, ou seja, as receitas cobradas brutas corrigidas dos reembolsos e restituições.

Seguidamente apresenta-se, no Quadro n.º 1, o Mapa de Controlo Orçamental da receita (previsões corrigidas, receita cobrada líquida e sua execução) e da despesa (dotações corrigidas, despesa paga e sua execução) do ano de 2012.

QUADRO 1 – Mapa de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa do ano de 2012

ORÇAMENTO DE RECEITA

Descrição	Dotações Iniciais (DI)	Dotações Corrigidas (DC)	Receita Cobrada Bruta (RCB)	Receita Cobrada Líquida (RCL)	Desvio % (RCL-DC)	Tx. execução (RCL)	
						Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas
Receitas Correntes							
Impostos Diretos	4.462.000,00	4.462.000,00	4.615.122,54	4.588.881,44	2,84%	102,84%	102,84%
Impostos Indiretos	311.600,00	311.600,00	111.379,12	111.379,12	-64,26%	35,74%	35,74%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	997.300,00	997.300,00	1.172.407,99	1.170.437,49	17,36%	117,36%	117,36%
Rendimentos de Propriedade	1.718.800,00	1.718.800,00	1.375.411,78	1.375.411,78	-19,98%	80,02%	80,02%
Transferências Correntes	10.131.800,00	10.131.800,00	9.559.750,09	9.559.750,09	-5,65%	94,35%	94,35%
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.579.800,00	5.579.800,00	5.177.726,17	5.174.579,55	-7,26%	92,74%	92,74%
Outras Receitas Correntes	50.600,00	50.600,00	170.581,76	170.581,76	237,12%	337,12%	337,12%
Sub-total	23.251.900,00	23.251.900,00	22.182.379,45	22.151.021,23	-4,73%	95,27%	95,27%
Receitas de Capital							
Venda de Bens de Investimento	3.747.700,00	3.747.700,00	0,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%
Transferências de Capital	14.453.500,00	14.190.600,00	12.105.044,25	12.105.044,25	-14,70%	83,75%	85,30%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	200,00	200,00	0,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	14.700,00	14.700,00	520,32	520,32	-96,46%	3,54%	3,54%
Sub-total	18.216.100,00	17.953.200,00	12.105.564,57	12.105.564,57	-33,54%	66,46%	67,43%
Outras Receitas							
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	10.900,00	10.900,00	15.722,09	15.722,09	44,24%	144,24%	144,24%
Saldo da Gerência Anterior	0,00	183.900,00	0,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%
Sub-total	10.900,00	194.800,00	15.722,09	15.722,09	-91,93%	144,24%	8,07%
TOTAL	41.478.900,00	41.399.900,00	34.303.666,11	34.272.307,89	-17,22%	82,63%	82,78%

ORÇAMENTO DE DESPESA

Descrição	Dotações Iniciais (DI)	Dotações Corrigidas (DC)	Despesa Paga (DP)	Desvio % (DP-DC)	Tx. execução	
					Dotações Iniciais	Dotações corrigidas
Despesas Correntes						
Despesas com o Pessoal	6.865.700,00	6.224.400,00	5.930.133,56	-4,73%	86,37%	95,27%
Aquisição de Bens e Serviços	13.815.100,00	14.329.800,00	11.583.828,01	-19,16%	83,85%	80,84%
Juros e Outros Encargos	271.800,00	271.800,00	250.653,58	-7,78%	92,22%	92,22%
Transferências Correntes	822.200,00	1.003.000,00	945.197,58	-5,76%	114,96%	94,24%
Outras Despesas Correntes	479.700,00	425.500,00	360.652,13	-15,24%	75,18%	84,76%
Sub-total:	22.254.500,00	22.254.500,00	19.070.464,86	-14,31%	85,69%	85,69%
Despesas de Capital						
Aquisição de Bens de Capital	15.738.500,00	15.615.700,00	11.917.637,62	-23,68%	75,72%	76,32%
Transferências de Capital	2.322.400,00	2.365.500,00	2.174.404,88	-8,08%	93,63%	91,92%
Ativos Financeiros	100,00	100,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1.163.400,00	1.164.100,00	1.163.988,10	-0,01%	100,05%	99,99%
Sub-total:	19.224.400,00	19.145.400,00	15.256.030,60	-20,31%	79,36%	79,69%
TOTAL:	41.478.900,00	41.399.900,00	34.326.495,46	-17,09%	82,76%	82,91%

Verifica-se que o total do orçamento aprovado inicialmente, no montante de 41.478.900,00 euros foi durante a execução orçamental de 2012 diminuído para 41.399.900 euros, devido à inserção do saldo da gerência anterior no valor de 183.900,00 euros, e a anulação de transferências de capital provenientes da participação comunitária em projetos cofinanciados no valor de 262.900,00 euros. Numa ótica de despesa há outro aspeto que é de realçar: o volume de compromissos assumidos (no montante de 39.510.449,33 euros) originou um saldo em relação à despesa paga de 5.183.953,87 euros, obtendo nesta perspetiva um grau de comprometimento de despesa de cerca de 95,44%. Entenda-se neste ponto que o comprometimento da despesa não é o sinónimo de dívida, mas sim o compromisso para com terceiros de que a mesma, desde que cumpridos os pressupostos que a originaram, se venha a realizar.

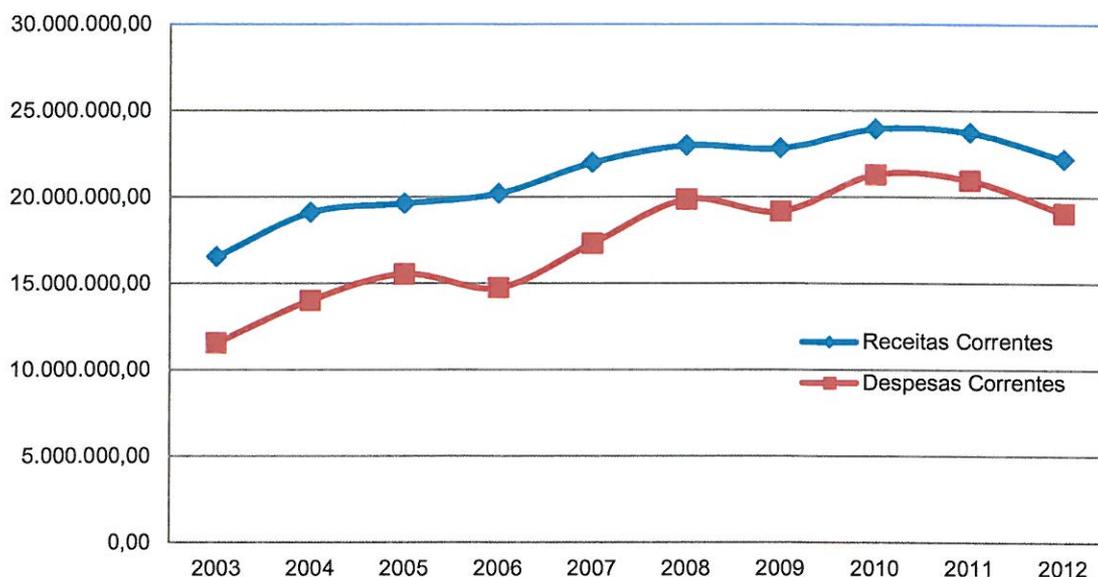
As receitas (brutas) e as despesas, correntes e de capital, apresentam – sinteticamente – no ano de 2012, a seguinte estrutura:

QUADRO 2 – Estrutura da Execução Orçamental

Descrição	Valor	Coef. %
Receitas Correntes	22.182.379 €	64,66%
Receitas de Capital	12.105.565 €	35,29%
Outras Receitas	15.722 €	0,05%
Total da Receita	34.303.666 €	100,00%
Despesas Correntes	19.070.465 €	55,56%
Despesas de Capital	15.256.031 €	44,44%
Total da Despesa	34.326.495 €	100,00%

Constatamos que as *receitas correntes* superaram em 3.111.914,59 euros as *despesas correntes*, suportando uma parcela significativa do investimento. Tal facto é seguidamente evidenciado, apresentando complementarmente e numa perspetiva evolutiva, a comparação entre receitas e despesas correntes nos últimos dez anos.

**GRÁFICO I – Evolução das Receitas Correntes e Despesas Correntes
no período 2003-2012**



2.2. SALDOS DA GERÊNCIA

2.2.1. NA ÓTICA ORÇAMENTAL

Para melhor análise estes saldos devem ser calculados numa base de caixa (diferença entre receitas cobradas e despesas pagas) e numa base de compromissos (diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos). No que concerne ao significado de receitas liquidadas, estas retratam no orçamento o direito a receber, sendo que se podem efetivar ou não em receitas cobradas. Quanto aos compromissos, frequentemente e de forma errada identificados como dívidas, correspondem à assunção da responsabilidade da realização da despesa que se encontra devidamente suportada por requisições externas ou documento equivalente. Estes compromissos só se transformam em dívida quando existe uma efetiva obrigação (fatura ou documento equivalente) de pagar.

● Saldo Corrente

De acordo com o disposto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, o Princípio do Equilíbrio Orçamental determina, em sede de elaboração do orçamento, que o mesmo preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes (brutas) serem pelo menos iguais às despesas correntes. Assim, conforme informação seguinte podemos concluir que este saldo é positivo nas duas vertentes.

	Receitas Correntes	Despesas Correntes	Saldo Corrente
<i>na base de caixa</i>	22.182.379,45	19.070.464,86	3.111.914,59
<i>na base de compromissos</i>	22.244.584,92	21.203.461,97	1.041.122,95

Ao nível da execução orçamental desenvolvida pela Autarquia, totalizando as receitas correntes o montante de 22.182.379,45 euros face ao valor de 19.070.464,86 euros de despesas correntes, foi possível obter uma poupança corrente de 3.111.914,59 euros utilizada para suportar investimentos.

● **Saldo Orçamental**

O saldo orçamental (o qual não inclui o saldo de tesouraria da gerência anterior) calcula-se pela diferença entre as receitas totais e as despesas totais, também com base nas duas vertentes utilizadas no cálculo do saldo corrente.

	Receitas Totais	Despesas Totais	Saldo Orçamental
<i>na base de caixa</i>	34.487.663,28	34.326.495,46	161.167,82
<i>na base de compromissos</i>	34.549.868,75	39.510.449,33	-4.960.580,58

Analisando a informação anterior, constata-se que o saldo orçamental na base de caixa é positivo, registando 161.167,82 euros, que transitam para o ano de 2013. O saldo na base de compromissos evidencia, naturalmente, um saldo negativo, justificado pelo não pagamento das despesas assumidas no período da gerência. Assim, conforme já foi explicitado no início deste ponto, esta diferença significativa evidencia parte dos compromissos (assunção de uma responsabilidade na realização de despesas) que transitam para o ano económico seguinte.

● **Saldo efetivo**

Este saldo é obtido através da diferença entre as receitas totais e as despesas totais, excluindo de igual forma nos dois agregados os Ativos Financeiros e os Passivos Financeiros.

	Receitas Totais	Despesas Totais	Saldo Efetivo
<i>na base de caixa</i>	34.487.663,28	33.162.507,36	1.325.155,92
<i>na base de compromissos</i>	34.549.868,75	38.346.461,23	-3.796.592,48

Este indicador permite saber a cobertura que as receitas "operacionais" detêm relativamente às despesas "operacionais" e " encargos financeiros". Assim, na base de caixa o saldo global ou efetivo é positivo com o valor de 1.325.155,92 euros. Tal como previsto, na base dos compromissos e seguindo a mesma explicação já referida no saldo anterior, este valor atinge um saldo negativo de 3.796.592,48 euros.

2.2.2. NA ÓTICA DOS FLUXOS DE CAIXA

A análise efetuada aos Fluxos de Caixa do exercício de 2012, onde se encontram discriminadas todas as importâncias relativas aos recebimentos e pagamentos, reportando-se tanto à execução orçamental, como às operações de tesouraria (valores entrados em cofre e destinados a outras entidades, isto é, cobranças para terceiros), permite-nos constatar que o saldo para a gerência seguinte é de 1.479.374,95 euros, dos quais 161.167,82 euros são de Operações Orçamentais e 1.318.207,13 euros são de Operações de tesouraria.

QUADRO 3 – Fluxos de Caixa

unidade: euros

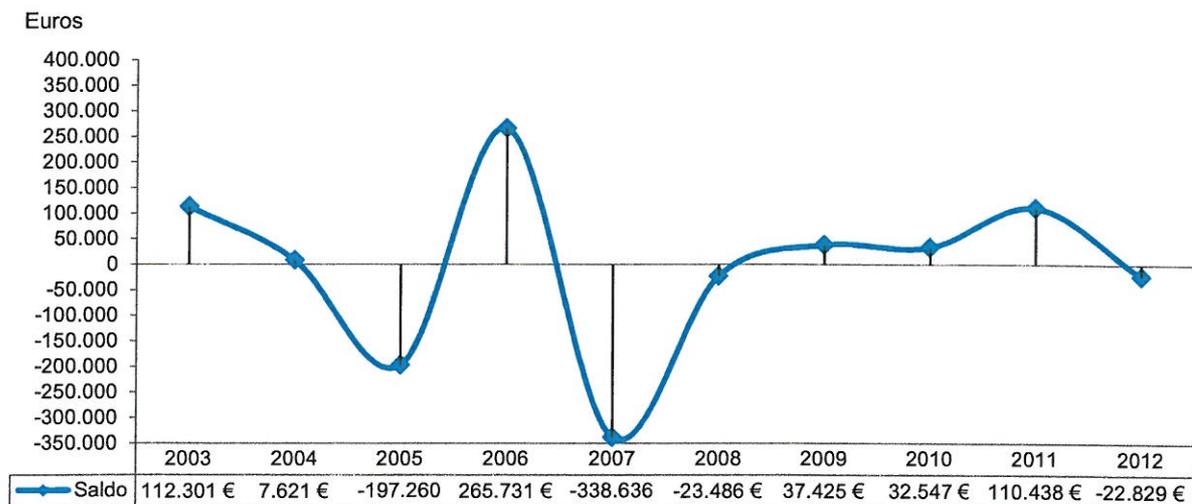
Saldo da Gerência anterior (2011)		
Execução orçamental	183.997,17	
Operações de tesouraria	1.487.097,34	1.671.094,51
Receita cobrada na gerência		
Receitas Orçamentais	34.303.666,11	
Operações de tesouraria	1.238.018,22	35.541.684,33
Pagamentos efectuados na gerência		
Despesas Orçamentais	34.326.495,46	
Operações de tesouraria	1.406.908,43	35.733.403,89
Saldo para a Gerência seguinte (2013)		
Execução orçamental	161.167,82	
Operações de tesouraria	1.318.207,13	1.479.374,95

Munip
[Handwritten signatures]

2.3. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

No ano de 2012 a Receita total cobrada bruta ascendeu, tal como já ficou anteriormente demonstrado, a 34.303.666,11 euros e a Despesa total executada a 34.326.495,46 euros, significando que durante o ano de 2012 os pagamentos são superiores aos recebimentos em 22.829,35 euros. O gráfico II evidencia a evolução do Saldo do exercício ao longo dos últimos dez anos.

GRÁFICO II – Saldo do exercício



Relativamente ao saldo da gerência de 2012, se ao saldo do exercício adicionarmos o saldo da gerência anterior (2011) de 183.997,17 euros transita para a gerência do ano de 2013 um saldo orçamental de 161.167,82 euros. Neste contexto, concluímos que o orçamento de 2012 previa os recursos necessários para cobrir todas as despesas, pelo que se cumpriu o princípio orçamental do equilíbrio global.

2.4. ORÇAMENTO DE RECEITA

Ao longo deste capítulo procura-se referir os principais fatores que condicionaram a arrecadação de receitas no decorrer de 2012 e a sua evolução no triénio 2010 – 2012. A análise efetuada à execução orçamental teve como suporte os dados constantes dos Orçamentos do referido período, utilizando no Orçamento de receita, a receita cobrada bruta.

A estrutura da *Receita Total* subdivide-se, em termos orçamentais, em *Receitas Correntes*, que compreendem os impostos diretos e indiretos, as taxas, multas e outras penalidades, os rendimentos de propriedade, as transferências correntes, venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes, em *Receitas de Capital*, onde se inscrevem as rubricas referentes à venda de bens de investimento, às transferências de capital, aos ativos financeiros, aos passivos financeiros, a outras receitas de capital e a *Outras Receitas*, constituídas pelas reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo da gerência anterior.

O quadro seguinte apresenta a estrutura do Orçamento de Receita e os desvios relativamente ao orçamento inicial e corrigido.

QUADRO 4 – Estrutura do Orçamento de Receita

Descrição	Previsões Corrigidas	Receita cobrada bruta	Desvio	Estrutura %
Receitas Correntes				
Impostos Diretos	4.462.000,00	4.615.122,54	153.122,54	13,45
Impostos Indiretos	311.600,00	111.379,12	-200.220,88	0,32
Taxas, Multas e Outras Penalidades	997.300,00	1.172.407,99	175.107,99	3,42
Rendimentos de Propriedade	1.718.800,00	1.375.411,78	-343.388,22	4,01
Transferências Correntes	10.131.800,00	9.559.750,09	-572.049,91	27,87
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.579.800,00	5.177.726,17	-402.073,83	15,09
Outras Receitas Correntes	50.600,00	170.581,76	119.981,76	0,50
Total (Receitas Correntes)	23.251.900,00	22.182.379,45	-1.069.520,55	64,66
Receitas de Capital				
Venda de Bens de Investimento	3.747.700,00	0,00	-3.747.700,00	0,00
Transferências de Capital	14.190.600,00	12.105.044,25	-2.085.555,75	35,29
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	200,00	0,00	-200,00	0,00
Outras Receitas de Capital	14.700,00	520,32	-14.179,68	0,00
Total (Receitas Capital)	17.953.200,00	12.105.564,57	-5.847.635,43	35,29
Outras Receitas				
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	10.900,00	15.722,09	4.822,09	0,05
Saldo da Gerência Anterior	183.900,00	0,00	-183.900,00	0,00
Total (Outras Receitas)	194.800,00	15.722,09	-179.077,91	0,05
TOTAL	41.399.900,00	34.303.666,11	-7.096.233,89	100,00

O Orçamento de Receita para o ano de 2012, apresenta um valor cobrado bruto de 34.303.666,11 euros, sendo 22.182.379,45 euros de receitas correntes, 12.105.564,57 euros de receitas de capital e 15.722,09 euros de outras receitas.

Relativamente ao previsto para 2012, ficaram por arrecadar 7.096.233,89 euros, índice de execução inferior ao esperado em 17,14%, ou seja, foram arrecadadas 82,86% das receitas previstas. Este desvio na execução, foi originado principalmente pela diminuição na cobrança das receitas de capital relativamente ao previsto em 5.847.635,43 euros, resultante, entre outros, da diminuição das transferências de capital e da não concretização da venda de bens de investimento. As receitas correntes (bruta) obtiveram uma execução de 95,40%.

Podemos salientar pela análise do quadro, que os fundos provenientes das transferências (correntes e de capital) são a principal fonte de receita, responsáveis por 63,16% dos fundos do Orçamento Municipal. Também os impostos (diretos e indiretos) totalizam 13,78%, assim, são estes dois agregados que sustentam em 76,93% o orçamento de receita.

Resultado da diminuição abrupta das receitas de capital, o peso da receita corrente no orçamento global, tem vindo nestes últimos anos a incrementar-se, representando em 2012, 64,66% das receitas municipais.

Seguidamente apresenta-se uma análise comparativa da cobrança das receitas correntes e de capital, no triénio 2010 – 2012.

2.4.1. RECEITAS CORRENTES

O quadro seguinte retrata a evolução das receitas correntes nos últimos três anos, representando uma contração de 6,45%, comparativamente ao ano de 2011. Em valores absolutos expressa uma diminuição de 1.530.347,46 euros, proveniente, por ordem de grandeza, do decréscimo das transferências correntes, rendimentos de propriedade e venda de bens e serviços correntes.

Contrariamente às receitas mencionadas, e no mesmo período, as provenientes de impostos, apresentaram um acréscimo de 153.887,08 euros.

QUADRO 5 – Estrutura e evolução na cobrança das Receitas Correntes no período 2010-2012

Descrição	2010	2011	2012	Evolução no período	
				2010-2011	2011-2012
Receitas Correntes					
Impostos Diretos	4.412.495,33	4.492.335,52	4.615.122,54	1,81%	2,73%
Impostos Indiretos	375.043,55	80.279,06	111.379,12	-78,59%	38,74%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.007.783,30	958.277,16	1.172.407,99	-4,91%	22,35%
Rendimentos de Propriedade	1.711.432,14	2.153.124,29	1.375.411,78	25,81%	-36,12%
Transferências Correntes	10.700.048,24	10.472.620,09	9.559.750,09	-2,13%	-8,72%
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.679.934,75	5.462.099,98	5.177.726,17	-3,84%	-5,21%
Outras Receitas Correntes	40.368,63	93.990,81	170.581,76	132,83%	81,49%
Total (Receitas Correntes)	23.927.105,94	23.712.726,91	22.182.379,45	-0,90%	-6,45%

Considerando a representatividade das várias tipologias de receitas e comparativamente ao ano anterior, podemos concluir:

- as *transferências correntes*, com uma execução de 94,35%, desceram, face a 2011, 8,72%, ou seja 912.870,00 euros. Sendo a receita mais representativa na estrutura da receita autárquica corrente – 43,10% - foi a que naturalmente mais contribuiu para a diminuição global de 6,45%;

• a venda de bens e serviços correntes com um volume de 5.177.726,17 euros, registam em relação ao ano anterior uma diminuição de 284.373,81 euros. Com maior representatividade merecem destaque a venda de produtos acabados e intermédios: *Água* (1.478.852,43 euros) e *Electricidade* (606.046,76 euros); e a prestação de um serviço específico da Autarquia: *Recolha de Resíduos Sólidos* (1.346.361,71 euros). De referir ainda que neste agregado, as receitas provenientes dos *Serviços Desportivos* e de *Parques de Estacionamento*, atingem cobranças na ordem dos 131.653,03 euros e 314.041,11 euros, respetivamente;

• os impostos diretos, compostos em 87,79% pelo *Imposto Municipal sobre Imóveis* e o *Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis*, ascendem em 2012 a 4.615.122,54 euros, obtendo uma execução de 103,43%;

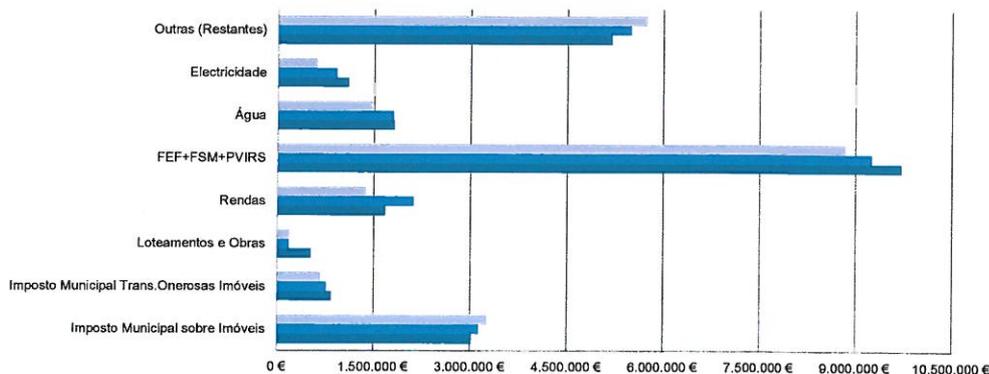
• os rendimentos de propriedade, esta receita, proveniente de juros, dividendos e outras participações em lucros, rendas de terrenos e outros, atinge no ano de 2012 o valor de 1.375.411,78 euros, ou seja, menos 777.712,51 do que a cobrada em 2011. Esta diminuição deriva da cobrança da renda de concessão paga trimestralmente pela EDP, sendo que no ano de 2011 foram cobrados cinco trimestres (último de 2010 e a totalidade de 2011), enquanto que no ano de 2012 só foram cobrados três trimestres;

• as taxas, multas e outras penalidades com uma taxa de execução próxima dos 118%, apresentam em relação ao ano anterior um acréscimo de 214.130,83 euros. Com elevado peso nestas receitas, destacam-se com o valor de 930.192,94 euros as derivadas das taxas de saneamento.

• os impostos indiretos, com uma receita cobrada bruta de 111.379,12 euros no ano de 2012 e embora só representem na estrutura 0,50%, apresentam um aumento de 31.100,06 euros em relação ao ano anterior.

O gráfico seguinte apresenta o comportamento e tendência das receitas correntes, evidenciando a sua vulnerabilidade, e, ou as oscilações conjunturais. De uma forma global podemos concluir que a principal fonte de receita são provenientes do setor estado. A venda de bens e prestação de serviços, apresenta naturalmente, e face ao cenário de retração no consumo, igualmente uma ligeira descida.

GRÁFICO III – Estrutura e evolução na execução das Receitas Correntes



	Imposto Municipal sobre Imóveis	Imposto Municipal Trans.Onerosas Imóveis	Loteamentos e Obras	Rendas	FEF+FSM+PVIRS	Água	Electricidade	Outras (Restantes)
Ano 2012	3.268.773 €	675.012 €	193.720 €	1.375.412 €	8.846.370 €	1.478.852 €	606.047 €	5.738.193 €
Ano 2011	3.141.642 €	767.712 €	189.044 €	2.128.099 €	9.257.576 €	1.811.984 €	918.187 €	5.498.483 €
Ano 2010	3.026.996 €	849.919 €	523.800 €	1.683.480 €	9.720.063 €	1.820.139 €	1.106.306 €	5.196.404 €

2.4.2. RECEITAS DE CAPITAL

As receitas de capital apresentam em 2012 o valor de 12.105.564,57 euros. Comparativamente ao ano de 2011, apresentam um acréscimo de 4.282.529,64 euros. As transferências comunitárias de apoio ao investimento – núcleo essencial das receitas de capital – revelam um aumento de 4.724.325,93 euros.

Através da composição dos valores arrecadados e afetos a receitas de capital por grandes agregados económicos, também observada a partir do quadro seguinte, podemos concluir que os meios de financiamento externo são a fonte quase exclusiva de recursos de capital.

QUADRO 6 – Estrutura e evolução na cobrança das Receitas de Capital

Descrição	2010	2011	2012	Evolução no período	
				2010-2011	2011-2012
Receitas de Capital					
Venda de Bens de Investimento	1.244.940,98	205.263,77	0,00	-83,51%	-100,00%
Transferências de Capital	8.932.304,40	7.591.713,32	12.105.044,25	-15,01%	59,45%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	682.896,35	0,00	0,00	-100,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	30.749,26	26.057,84	520,32	-15,26%	-98,00%
Total (Receitas Capital)	10.890.890,99	7.823.034,93	12.105.564,57	-28,17%	54,74%

O quadro seguinte discrimina os principais projetos de investimento, afetos ao investimento, financiados por apoios comunitários e outros, obtidos em 2012 com o valor de 6.962.620.83 euros.

O restante financiamento, no valor de 366.944,42 euros encontra-se associado a projetos cujas despesas não se enquadram em ativos amortizáveis, nomeadamente Teatro contemporâneo em Portugal – Ciclo de formação e consolidação de públicos, Musica de lés a lés, Dinamização do centro Histórico, entre outros.

QUADRO 7 – Principais Apoios Comunitários e Outros, afetos ao investimento recebidos durante o ano de 2012

Designação do Projeto	Valor da Participação Recebida
Projecto Parque	196.103 €
Casa da Cidade	81.593 €
Casa da Seda	336.958 €
Ciclo Urbano da Água - vertente em baixa	740.067 €
Construção da Circular Interior - Troço da Mãe D'Água	605.625 €
Domus Universitária	740.849 €
EcoDomus	1.924.709 €
EcoPolis	196.798 €
Escola de dança	12.013 €
Inovar para a eficiência	386.428 €
Integração das TIC nos processos ensino e aprendizagem	7.086 €
Melhor gestão de riscos naturais - Bragança	615.156 €
Melhor mobilidade	516.310 €
Melhoria da eficiência energética - B.º Social da Mãe D'Água	118.195 €
Parque verde da Coxa	32.052 €
Espaços públicos da Mãe D'Água	20.693 €
Espaços públicos do Campelo	27.058 €
Espaços públicos da Estação	82.149 €
Circuito de manutenção de Sta.Apolónia	217.829 €
Criação da Ciclovia da Mãe D'Água	92.643 €
Criação da Praça da Mãe D'Água	12.366 €
Centros Escolares	
Total	6.962.681 €

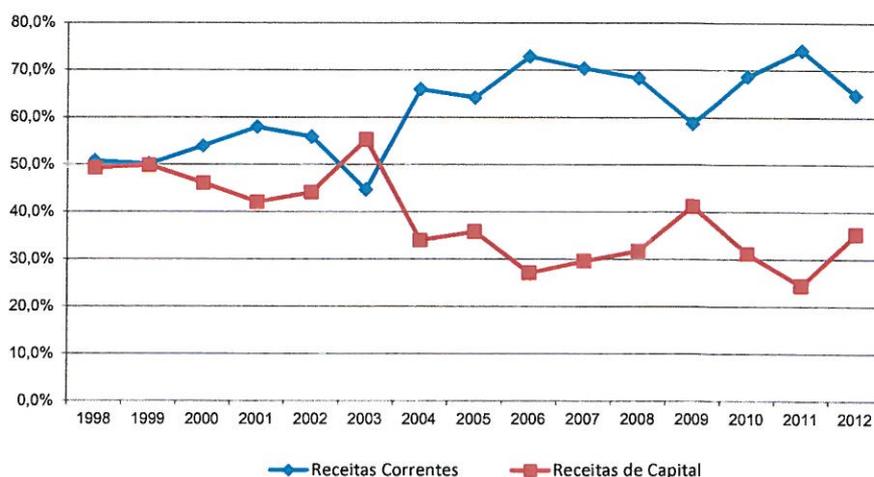
2.4.3. EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL

O quadro n.º 8 e o gráfico n.º IV permitem visualizar o comportamento de cada componente económica da Receita: correntes e de capital.

QUADRO 8 – Estrutura e Evolução das Receitas Correntes, Capital e Outras em percentagem

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas Correntes	50,7%	50,1%	53,9%	57,9%	55,8%	44,7%	65,90%	64,14%	72,85%	70,34%	68,26%	58,63%	68,61%	74,12%	64,66%
Receitas de Capital	49,3%	49,9%	46,1%	42,1%	44,2%	55,3%	34,00%	35,81%	27,09%	29,63%	31,74%	41,22%	31,23%	24,45%	35,29%
Outras Receitas	---	---	---	---	---	---	0,10%	0,05%	0,06%	0,03%	0,01%	0,16%	0,16%	1,43%	0,05%

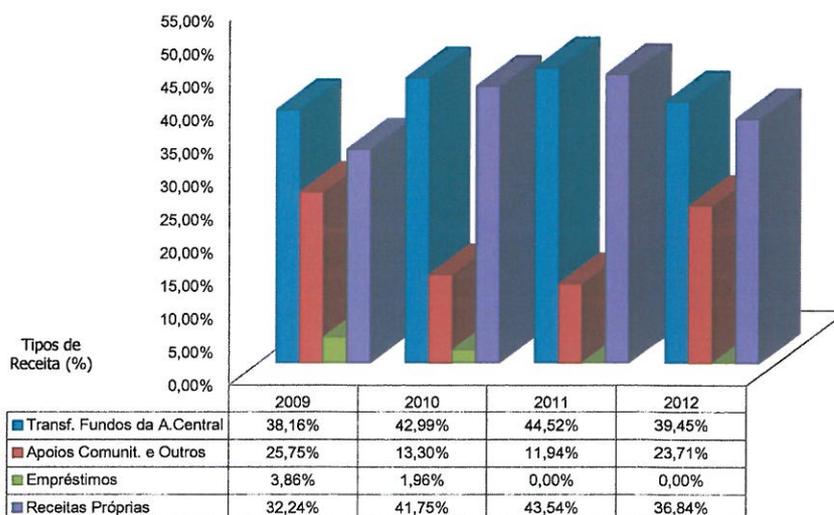
GRÁFICO IV – Evolução das Receitas Correntes e de Capital em percentagem



QUADRO 9 – Evolução da Estrutura das Receitas Totais – 1998/2012 por tipo de financiamento

Anos Periodos	un: euros							
	F.E.F	F.S.M	P.V.IRS	LOE	Apoios Comunit. e Outros	Empréstimos	Receitas Próprias	Total
1998	7.176.530				3.082.277	2.992.787	6.611.716	19.863.310
1999	6.532.462	1.644.696			4.046.907	997.596	9.737.383	22.959.044
2000	7.268.308	1.925.894			3.308.686	1.496.394	8.760.382	22.759.664
2001	8.371.450	1.504.883		890.863	3.739.623	312.961	10.153.306	24.973.086
2002	8.866.189	2.318.217	993.085		5.158.507	2.062.833	8.238.191	27.637.022
2003	9.085.329	2.481.155	1.028.836		10.165.341	3.895.039	10.344.703	37.000.403
2004	9.848.042	2.271.477	1.078.295		4.024.778	497.738	11.243.357	28.963.687
2005	10.753.487	1.618.078	1.090.205		4.322.802	1.664.175	11.134.415	30.583.162
2006	11.484.514	899.988	1.080.268		3.165.259	0	11.085.577	27.712.606
2007	11.757.792	491.976	1.212.002		5.299.579	0	12.466.209	31.227.558
2008	12.343.662	491.971	1.299.226		4.316.545	1.982.300	13.224.581	33.658.285
2009	12.962.328	545.965	1.333.309		10.014.677	1.500.000	12.540.114	38.896.394
2010	13.184.282	512.679	1.296.804		4.638.587	682.896	14.558.875	34.874.124
2011	12.466.185	484.756	1.293.109		3.820.283	0	13.929.576	31.993.910
2012	11.713.697	455.778	1.362.374		8.132.945	0	12.638.872	34.303.666

GRÁFICO V – Evolução da estrutura das Receitas – 2009/2012 por tipo de financiamento



2.5. ORÇAMENTO DA DESPESA

A abordagem efetuada à análise da despesa perspetiva-se numa lógica tipificada por tipo de classificação: *económica* – que permite identificar quer o destino privilegiado das despesas (correntes ou de capital), quer a sua natureza (despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços,...); *orgânica* – segundo as unidades orgânicas ou centros de custos) e *funcional* – indicando a afetação das despesas ao tipo de necessidades locais que a Autarquia pretende satisfazer.

2.5.1. ESTRUTURA E EXECUÇÃO DA DESPESA

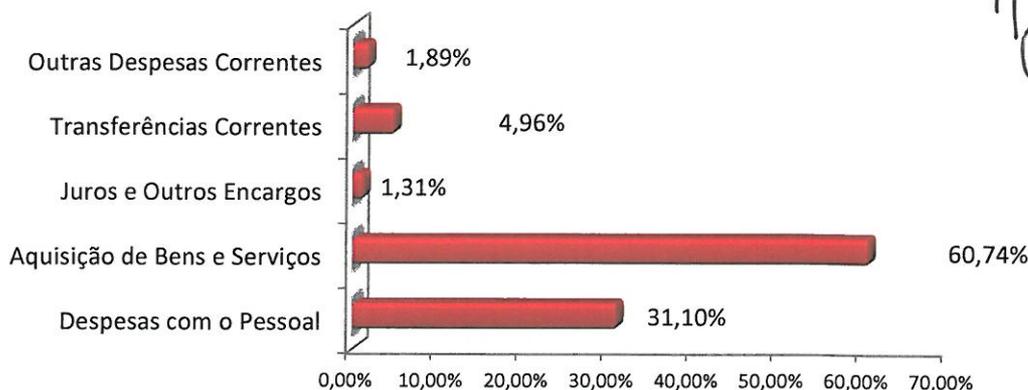
O quadro n.º 10 resume, na ótica da classificação económica, o total da despesa paga no ano de 2012.

QUADRO 10 – Estrutura do Orçamento de Despesa

Descrição	Dotações Iniciais (DI)	Dotações Corrigidas (DC)	Despesa Paga (DP)	Desvio % (DP-DC)	Tx. execução	
					Dotações Iniciais	Dotações corrigidas
Despesas Correntes						
Despesas com o Pessoal	6.865.700,00	6.224.400,00	5.930.133,56	-13,63%	86,37%	95,27%
Aquisição de Bens e Serviços	13.815.100,00	14.329.800,00	11.583.828,01	-16,15%	83,85%	80,84%
Juros e Outros Encargos	271.800,00	271.800,00	250.653,58	-7,78%	92,22%	92,22%
Transferências Correntes	822.200,00	1.003.000,00	945.197,58	14,96%	114,96%	94,24%
Outras Despesas Correntes	479.700,00	425.500,00	360.652,13	-24,82%	75,18%	84,76%
Sub-total	22.254.500,00	22.254.500,00	19.070.464,86	-14,31%	85,69%	85,69%
Despesas de Capital						
Aquisição de Bens de Capital	15.738.500,00	15.615.700,00	11.917.637,62	-24,28%	75,72%	76,32%
Transferências de Capital	2.322.400,00	2.365.500,00	2.174.404,88	-6,37%	93,63%	91,92%
Ativos Financeiros	100,00	100,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1.163.400,00	1.164.100,00	1.163.988,10	0,05%	100,05%	99,99%
Sub-total	19.224.400,00	19.145.400,00	15.256.030,60	-20,64%	79,36%	79,69%
TOTAL	41.478.900,00	41.399.900,00	34.326.495,46	-17,24%	82,76%	82,91%

2.5.1.1. DESPESAS CORRENTES

GRÁFICO VI – Estrutura da execução despesas correntes em percentagem



As despesas correntes pagas totalizaram 19.070.464,86 euros, registando-se uma diminuição, em termos absolutos, de 1.885.686,12 euros em relação ao ano anterior. Relativamente ao orçamento de despesa representam 55,56% das despesas pagas, com uma taxa de execução de 85,69%. No que concerne aos compromissos assumidos, totalizam 21.203.461,97 euros pelo que a taxa de comprometimento da despesa neste agregado, atinge o valor de 95,28%. O quadro seguinte, apresenta a tendência verificada no triénio deste tipo de despesas.

QUADRO 11 – Estrutura do Orçamento de Despesas Correntes e sua Evolução no período 2010-2012

Descrição	2010	2011	2012	Evolução no período	
				2010-2011	2011-2012
Despesas Correntes					
Despesas com o pessoal	6.962.159,68	6.822.383,59	5.930.133,56	-2,01%	-13,08%
Aquisição de bens e serviços	12.427.129,71	12.372.257,78	11.583.828,01	-0,44%	-6,37%
Juros e outros encargos	246.629,45	288.529,26	250.653,58	16,99%	-13,13%
Transferências correntes	1.261.380,56	1.038.725,51	945.197,58	-17,65%	-9,00%
Outras despesas correntes	398.471,00	434.254,84	360.652,13	8,98%	-16,95%
Total (Despesas Correntes)	21.295.770,40	20.956.150,98	19.070.464,86	-1,59%	-9,00%

As despesas com pessoal, com uma execução orçamental de 5.930.133,56 euros, correspondem a cerca de 31,10% da despesa corrente executada, registando uma diminuição de 13,08% em relação ao ano de 2011. Relativamente ao total do orçamento de despesa expressam 17,28% das despesas pagas.

A composição das despesas com o pessoal é a seguinte:

Remunerações certas e permanentes	4.672.015,28 euros;
Abonos variáveis ou eventuais	221.391,71 euros;
Segurança Social	1.036.726,57 euros;

• A *aquisição de bens e serviços*, reduzida em 6,37% relativamente ao ano anterior, surge a par das despesas com pessoal, como a rubrica de despesa com maior peso relativamente ao total das despesas de funcionamento, com um peso de 60,74% influenciando as despesas correntes totais no montante de 11.583.828,01 euros. Nesta tipologia de despesas, a aquisição de serviços assume maior relevância abrangendo 88,57% da despesa paga, enquanto que a aquisição de bens se traduz em 11,43%.

Dentro da *aquisição de bens*, em que podemos enquadrar designadamente o material de limpeza e higiene, educação cultura e recreio, material honorífico, entre outros, a despesa que assume maior expressão é a que se refere à aquisição de combustíveis e lubrificantes com 35,76% da despesa paga.

Ao nível das *prestações de serviços*, dizem respeito a aquisição de serviços a terceiros por parte da Autarquia, designadamente: encargos de instalações com 21,03%; limpeza e higiene com 22,11%, serviços especializados com 12,77% e outros serviços com 23,51%, estas despesas significam no seu conjunto 79,43% da despesa paga com a aquisição de serviços.

Os restantes despesas encontram-se dispersas, entre outras, em: transportes - 6,75%; vigilância e segurança - 3,35%; encargos de cobrança com receitas - 3,80%.

• As despesas com *juros e outros encargos* apresentam o valor de 250.653,58 euros, sendo que 202.931,23 euros referem-se a empréstimos de médio e longos prazos. O modelo 8.3.6 da prestação de contas apresenta, discriminadamente, estes encargos por natureza e finalidade.

• Quanto às restantes rubricas, as *transferências correntes* correspondem a 4,96% das despesas correntes, com o valor absoluto de 945.197,58 euros e uma diminuição de 9% comparativamente ao ano 2011. Os seus destinatários encontram-se evidenciados no Mapa de Transferências Correntes – que constam do capítulo dos Mapas de Prestação de Contas e cuja composição agregada é a seguinte:

- Instituições Sem Fins Lucrativos com 788.833,92 euros;
- Associações de Municípios com 68.387,87 euros;
- Freguesias, com transferências na ordem dos 52.794 euros;
- Municípios, 21.352,39 euros;
- Serviços autónomos da Administração Local, 9.829,40 euros;
- Famílias, 4.000,00 euros.

• as *outras despesas correntes* equivalem a 1,89% traduzindo um impacto insignificante no orçamento corrente.

2.5.1.2. DESPESAS DE CAPITAL

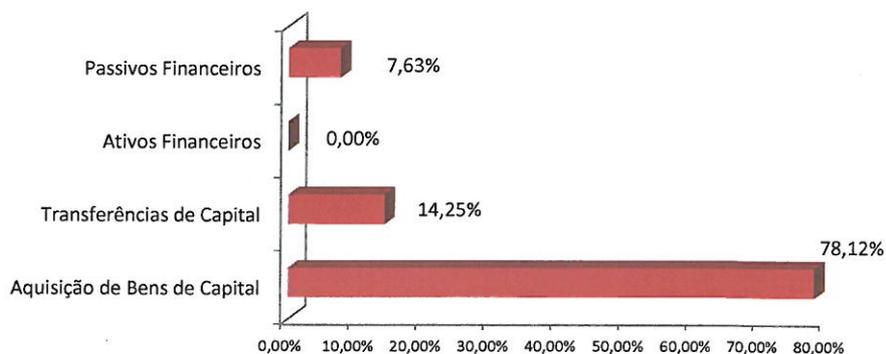
O quadro n.º 12 permite desagregar as despesas de capital, indicando o volume de despesa paga, respetiva estrutura, evolução de cada um dos agrupamentos e a sua taxa de variação em relação ao último triénio.

QUADRO 12 – Estrutura do Orçamento de Despesas de Capital e sua Evolução no período 2010-2012

Descrição	2010	2011	2012	Evolução no período	
				2010-2011	2011-2012
Despesas de Capital					
Aquisição de bens de capital	9.636.509,23	7.532.063,53	11.917.637,62	-21,84%	58,23%
Transferências de capital	2.031.629,10	1.875.272,86	2.174.404,88	-7,70%	15,95%
Ativos financeiros	374.326,89	430.000,00	0,00	14,87%	-100,00%
Passivos financeiros	1.503.341,36	1.089.983,90	1.163.988,10	-27,50%	6,79%
Total (Despesas Capital)	13.545.806,58	10.927.320,29	15.256.030,60	-19,33%	39,61%

Complementando a informação disponibilizada com a do gráfico seguinte, concluímos que os pagamentos de despesas de capital ascendem a 15.256.030,60 euros, registando-se um aumento de 39,61% em relação ao ano anterior. Relativamente ao orçamento de despesa representam 34,27% das despesas pagas, com uma taxa de execução de 79,69%. No que concerne aos compromissos assumidos, totalizam 18.306.987,36 euros, pelo que, a taxa de realização da despesa neste agregado, atinge o valor 95,62%.

GRÁFICO VII – Estrutura das despesas de capital em percentagem



Com maior significado no cômputo das despesas de capital destacam-se a *Aquisição de bens de capital*, ou seja, investimento direto do Município, no valor executado de 11.917.637,62 euros, representando 78,12% das mesmas.

Ao analisar-se a evolução da despesa realizada em investimentos verifica-se um aumento significativo, na ordem dos 3.698.062,38 euros, situação originada como já referido pelo igual incremento das receitas de capital – transferências de capital;

Em relação às *Transferências de capital*, com uma execução de 2.174.404,88 euros e superiores em 15,95% ao ano de 2011, ficam evidenciadas no Mapa de Transferências de Capital – Despesa que consta do capítulo dos Mapas de Prestação de Contas, sendo as entidades beneficiárias:

- 1.196.297,51 euros para as Freguesias;
- 280.000,00 euros para as empresas públicas municipais e intermunicipais;
- 200.000,00 euros para as empresas privadas;

- 123.158,11 euros para a Administração Central;
- Instituições Sem Fins Lucrativos, com 374.949,26 euros.

• Relativamente aos *Passivos Financeiros*, o seu valor ascende a 1.163.988,10 euros, mais 6,79% do ano anterior.

QUADRO 13 – Estrutura da Despesa Total paga em relação à Aquisição de Bens de Investimento, Transferências de Capital e Ativos Financeiros no período 1998-2012

Anos	Total de Despesa Paga	ABI + TC + AF	peso %
1998	20.036.332,00	10.956.071,00	54,68%
1999	22.924.198,00	13.844.774,00	60,39%
2000	22.788.520,00	12.384.304,00	54,34%
2001	24.952.714,00	14.043.056,00	56,28%
2002	27.498.531,00	15.481.813,00	56,30%
2003	36.888.102,00	24.235.163,00	65,70%
2004	28.956.066,33	13.491.108,26	46,59%
2005	30.780.422,10	13.706.577,27	44,53%
2006	27.446.874,57	11.116.012,28	40,50%
2007	31.566.194,08	12.709.337,98	40,26%
2008	33.681.771,08	12.728.475,86	37,79%
2009	38.858.969,00	18.067.379,54	46,49%
2010	34.841.576,98	12.042.465,22	34,56%
2011	31.883.471,27	9.837.336,39	30,85%
2012	34.326.495,46	14.092.042,50	41,05%

Considerando que o investimento direto (aquisição de bens de capital) do Município significa 41,05% do orçamento de despesa municipal, com 14.092.042,50 euros, resulta necessário o conhecimento das suas fontes de financiamento. No quadro seguinte observa-se a existência de distintos pesos relativos no que toca ao rácio investimento/fontes de financiamento no período compreendido entre 2009 e 2012.

QUADRO 14 - Fontes de financiamento da Aquisição de Bens de Investimento período 2009/2012

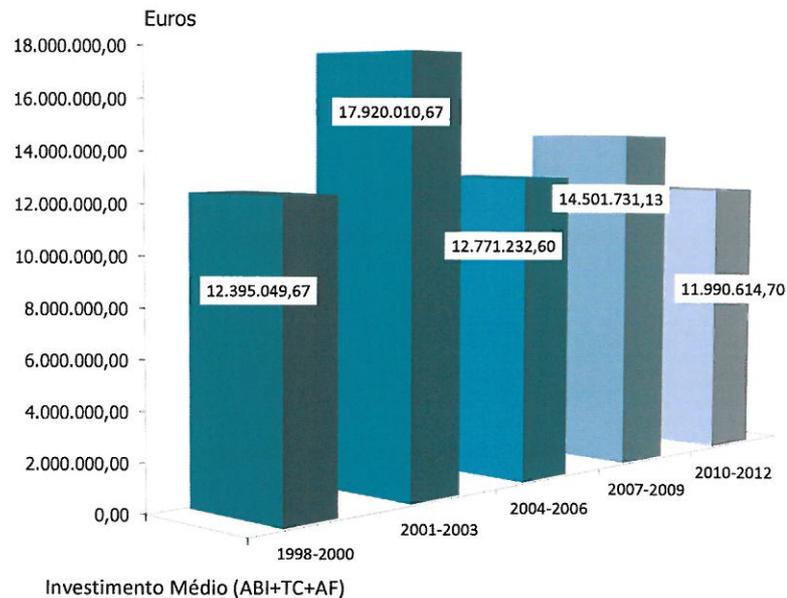
Anos	Aquisição de Bens de Investimento		Financiamento destinado a Investimento						Taxa cobertura do Investimento		
	Realizado	Taxa Variação	Apoios Comunit. e Outros	Taxa Variação	Empréstimos	Taxa Variação	Financiamento Municipal	Taxa Variação	Apoios Comunit. e Outros	Empréstimos	Financiamento Municipal
2009	15.015.783,32		8.981.307,79		1.500.000,00		4.534.475,5		59,81%	9,99%	30,20%
2010	9.636.509,23	-35,82%	3.658.602,40	-59,26%	682.896,35	-54,47%	5.295.010,5	16,77%	37,97%	7,09%	54,95%
2011	7.532.063,53	-21,84%	2.605.239,32	-28,79%	0,00		4.926.824,2	-6,95%	34,59%	0,00%	65,41%
2012	11.917.637,62	58,23%	7.419.565,25	184,79%	0,00		4.498.072,4	-8,70%	62,26%	0,00%	37,74%
Total	44.101.993,70		22.664.714,76		2.182.896,35		19.254.382,59				
Média	11.025.498,43		5.666.178,69		545.724,09		4.813.595,65		48,66%	4,27%	47,07%

Pela informação disponibilizada, e tendo em conta as limitações referidas (valores muito desiguais) concluímos que, no período em análise e tendo como base de análise o investimento médio anual, este teve como fontes de financiamento e por ordem de importância: apoios comunitários e outros, 48,66%, empréstimos 4,27% e financiamento municipal, 47,07%.

Considerando individualmente o ano de 2012, os apoios comunitários e outros, apresentam uma taxa de cobertura de investimento de 62,26%, muito superior ao ano anterior.

Reportando-nos ao Investimento nas componentes do quadro n.º 14 podemos concluir, tal como é bem visível no gráfico seguinte, que foi no período 2001/2004 que se concentrou a maior parcela de investimento realizado entre os anos de 2001 e 2012.

GRÁFICO VIII – Investimento Médio Anual (ABI+TC+AF) – por períodos

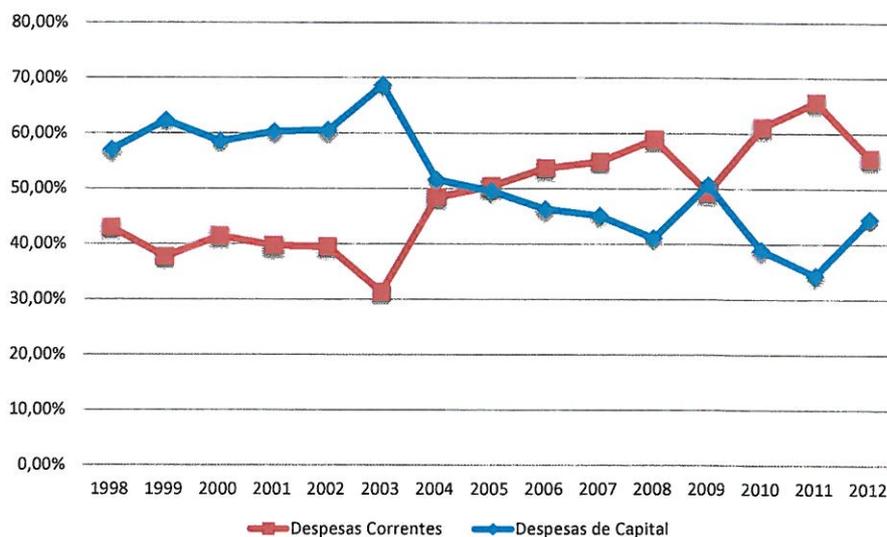


Handwritten signatures and initials:
 - Top signature: [Illegible]
 - Middle signature: [Illegible]
 - Bottom signature: [Illegible]

2.5.1.3. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

O Gráfico IX apresenta a evolução das despesas correntes e de capital no último decénio e a sua proporcionalidade no orçamento de despesa municipal.

GRÁFICO IX – Evolução das Despesas Correntes e de Capital – no período 1998-2012



2.5.1.4. REPARTIÇÃO DEPARTAMENTAL DAS DESPESAS

A utilização dos fundos da Autarquia é efetuada pelas várias unidades orgânicas, gerando orçamentos resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos objetivos traçados pelo executivo camarário. O principal objetivo visa a máxima rentabilização dos meios e/ou recursos em função dos resultados esperados.

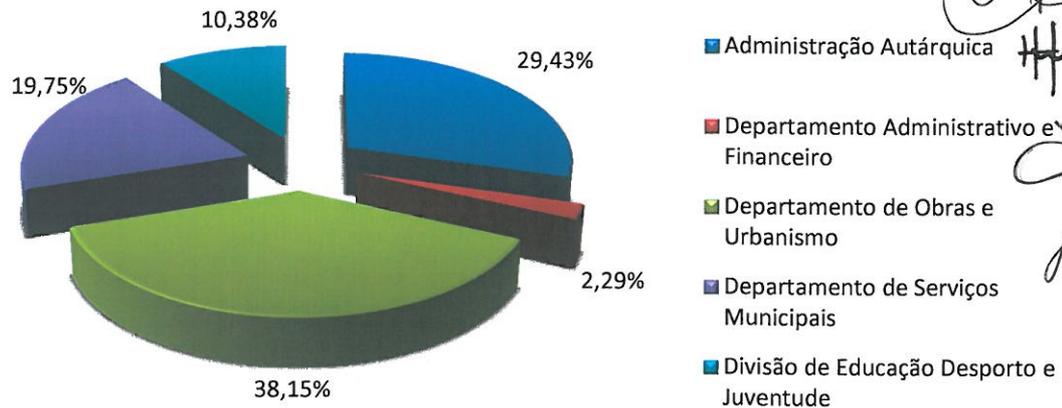
O quadro n.º 15 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação orgânica – evidencia os montantes das dotações corrigidas e os montantes da despesa paga tanto das despesas correntes como das despesas de capital, bem como os coeficientes de realização associados a cada uma.

QUADRO 15 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação orgânica em 2012

Unidades Orgânicas	Despesas Correntes			Despesas de Capital			Despesas Totais		
	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Coef. em %	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Coef. em %	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Coef. em %
<i>Administração Autárquica</i>									
Assembleia Municipal	73.800 €	71.651 €	97,09	0 €	0 €	---	73.800 €	71.651 €	97,09
Câmara Municipal	6.221.400 €	5.682.569 €	91,34	3.458.800 €	2.934.163 €	84,83	9.680.200 €	8.616.732 €	89,01
Operações Financeiras	271.800 €	250.654 €	92,22	1.164.200 €	1.163.988 €	99,98	1.436.000 €	1.414.642 €	98,51
<i>Departamento Administrativo e Financeiro</i>									
Divisão Administrativa	415.200 €	391.825 €	94,37	1.500 €	43 €	2,86	416.700 €	391.868 €	94,04
Divisão Financeira	404.100 €	393.132 €	97,29	6.700 €	0 €	0,00	410.800 €	393.132 €	95,70
<i>Departamento de Obras e Urbanismo</i>									
Divisão de Obras Municipais	736.100 €	688.085 €	93,48	13.426.900 €	10.397.147 €	77,44	14.163.000 €	11.085.231 €	78,27
Divisão de Equipamento	1.532.500 €	1.289.622 €	84,15	250.700 €	193.061 €	77,01	1.783.200 €	1.482.682 €	83,15
Divisão de Urbanismo	364.700 €	351.935 €	96,50	323.600 €	177.185 €	54,75	688.300 €	529.120 €	76,87
<i>Departamento de Serviços Municipais</i>									
Divisão de Águas e Saneamento	3.838.100 €	2.439.629 €	63,56	152.300 €	80.486 €	52,85	3.990.400 €	2.520.115 €	63,15
Divisão de Ambiente	3.307.700 €	2.982.795 €	90,18	51.000 €	43.279 €	84,86	3.358.700 €	3.026.074 €	90,10
Divisão de Mobilidade e Energia	1.133.700 €	986.008 €	86,97	278.600 €	246.805 €	88,59	1.412.300 €	1.232.814 €	87,29
<i>Departamento de Educação, Social e Cultural</i>									
Divisão SócioCultural e Turismo	1.510.100 €	1.384.290 €	91,67	10.400 €	6.181 €	59,44	1.520.500 €	1.390.471 €	91,45
Divisão de Educação Desporto e Juventude	2.445.300 €	2.158.271 €	88,26	20.700 €	13.692 €	66,14	2.466.000 €	2.171.963 €	88,08
TOTAL	22.254.500 €	19.070.465 €	85,69	19.145.400 €	15.256.031 €	79,69	41.399.900 €	34.326.495 €	82,91

Em síntese, no gráfico X pode observar-se a concentração das despesas totais pelas cinco grandes unidades orgânicas que integram a estrutura organizativa do Município.

GRÁFICO X – Repartição Departamental da Despesa Total em 2012



À *Administração Autárquica*, com um peso de 29,43% na execução da despesa, estão associados os valores inerentes aos encargos decorrentes da dívida contraída junto de instituições de crédito, as prestações referentes às amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo e as transferências de capital.

As despesas associadas ao *Departamento de Obras e Urbanismo* e *Departamento de Serviços Municipais* e representam 38,15% e 19,75% do total, respetivamente. A natureza das despesas que concentram estes agregados são completamente diferentes, assim:

O Departamento de Obras e Urbanismo apresenta despesas no montante de 13.097.033,30 euros, sendo 10.767.392,57 euros de despesas de capital, ou seja 82,21%;

O Departamento de Serviços Municipais, com despesas na ordem dos 6.779.002,68 euros, 6.408.432,08 euros, ou seja 94,57%, são de natureza corrente, justificada pela maior concentração da aquisição de serviços e fornecimentos externos.

Departamento de Obras e Urbanismo

As despesas associadas ao Departamento de Obras e Urbanismo representam 38,15% do total. É neste departamento que está representada a maior fatia de obras públicas promovidas pela Autarquia.

Os projetos e atividades realizadas pela unidade orgânica de Obras Municipais atingiram um total de despesa paga de 11.085.231,33 euros. A sua desagregação em termos de projetos executados, com maior expressão são:

Reconversão do Forte São João de Deus

As obras de reconversão do Forte São João de Deus (instalações do Município de Bragança) começaram, em janeiro de 2012, com a intervenção denominada de "EcoPolis". Após a demolição do edifício da Guarda-fiscal, onde está a ser construído um novo imóvel onde ficarão instalados o Balcão Único de atendimento e respetivas áreas de apoio, os Departamentos de Obras e Urbanismo, de Educação, Social e Cultural e de Serviços Municipais, o Arquivo e outros serviços comuns, e de uma ligação ao atual "edifício principal" do Município, será criada uma cobertura verde pedagógica, associada aos coletores solares. O edifício abrirá ao público em meados de abril de 2013.



Início das demolições e escavações.

[janeiro. 2012]



Já terminou, no final de 2012, a construção do edifício que alberga os armazéns interno e externo, oficinas, garagem com lavagem de automóveis, serviços sociais, posto de combustíveis e zona de estacionamento coberta para as viaturas municipais, em cuja cobertura será instalado um parque fotovoltaico, que permitirá produzir eletricidade até 250 kva, o que corresponderá a cerca de 50% do consumo de energia nas instalações municipais, e para onde já se encontram a funcionar os serviços municipais.

Handwritten signatures and initials:
Mun
V
H
C
SA



[abril. 2012]



[maio. 2012]



Procedeu-se, ainda, à abertura de uma nova rua de ligação da Av. 22 de Maio à Rua Bragança Paulista, garantindo o acesso ao novo edifício municipal onde funcionam os armazéns, parque de equipamentos e transportes, equipa de obras de administração direta e oficinas.

Casa da Seda

Reabriu, oficialmente, no dia 26 de novembro de 2012, a Casa da Seda, após obras de ampliação, que representam um investimento de cerca de 180 mil euros, estando integradas no Programa "Bragança Ativa – Requalificação e Dinamização do Centro Histórico".

A Casa da Seda (inaugurada a 30 de junho de 2007) resulta da recuperação de um antigo moinho, possivelmente utilizado, durante os séculos XVIII e XIX, no processo de tingimento da seda. Este espaço, integrado no Centro Ciência Viva - dedicado a questões de energia, guarda a memória da forte e significativa indústria da seda de Trás-os-Montes.



Escola de Dança

A Escola Municipal de Dança de Bragança foi inaugurada em 28 de junho de 2012, numa cerimónia presidida pelo então Secretário de Estado da Cultura, Dr. Francisco José Viegas. O novo equipamento, resultante de obras de requalificação e ampliação da antiga Escola Primária do Loreto (no âmbito do Plano de Ação "Bragança Ativa – Requalificação e dinamização do Centro Histórico"), representa um investimento superior a 257 mil euros, cofinanciado em 80 por cento pelo FEDER.



Procedeu-se, ainda, à Correção Acústica dos Espaços de Lecionação do conservatório de Música.

Requalificação dos fogos sociais do Bairro da Mãe d' Água

Foram inauguradas, no dia 25 de abril, as obras de requalificação dos fogos sociais do Bairro da Mãe d' Água. O investimento de 611.733,59 euros, participado pelo FEDER, abrangeu oito blocos, num total de 124 apartamentos, habitados por 316 pessoas, e teve como objetivo contribuir para a eficiência energética das habitações, reforçar a atratividade daquela zona, aumentar a qualidade de vida dos habitantes e a qualidade ambiental, bem como fomentar a coesão e a inclusão sociais. O Município de Bragança prevê, com este projeto, reduzir em 52 por cento o consumo energético, o que corresponde a uma diminuição nos gastos em cerca de 577 euros anuais, por fração.



O Bairro Social da Mãe d' Água, construído na segunda metade da década de 70, destina-se, sobretudo, a agregados familiares de baixos recursos e apresentava até aqui, pese embora o empenho do Município de Bragança em executar obras de manutenção, carências ao nível das caixilharias e das coberturas, influenciando a eficiência energética e o próprio conforto das habitações.

Domus Universitária

Decorreu, no dia 25 de julho, a cerimónia de inauguração de duas residências estudantis, integradas no projeto "Domus Universitária", concretizado no âmbito do programa "Bragança Ativa – Requalificação e Dinamização do Centro Histórico", que contou com a presença do Secretário de Estado do Ensino Superior, Professor Doutor João Queiró.



As duas residências estudantis resultam da reabilitação de dois edifícios, localizados na Rua Eng.º José Beça e na Rua Serpa Pinto, cujas características morfológicas foram mantidas e adaptadas para acolherem 41 estudantes (25 na Rua Serpa Pinto e 16 na Rua Eng. José Beça) e destinam-se, preferencialmente, a estudantes Erasmus e em regime de mobilidade, incluindo bolseiros, no âmbito de protocolos próprios do Município de Bragança (no âmbito de Geminações e outros) e, também, a estudantes integrados em Cursos de Verão.

Trata-se de um investimento de cerca de 1 milhão e 165 mil euros, participado em 80 por cento por fundos comunitários.

Numa segunda fase, e se possível, o Município de Bragança prevê requalificar um terceiro imóvel, na Rua Abílio Beça, destinado a, aproximadamente, dez alunos.

Através deste projeto, a Câmara Municipal de Bragança incrementa mais uma ação, a somar a outras, de elevada importância para a Zona Histórica e Freguesia de Santa Maria, pela criação de condições para que jovens e estudantes qualificados nela vivam e se integrem, contribuindo simultaneamente, à reabilitação de edifícios, por iniciativa particular, para a criação de novas dinâmicas culturais e sociais e a instalação e desenvolvimento de novas atividades económicas.

Casa da Cidade – Sede de Associações

Desde o dia 3 de agosto, que o Centro Histórico de Bragança tem mais um novo espaço que contribui para a requalificação e dinamização daquela zona: a Casa da Cidade – Sede de Associações.

O imóvel resulta da reabilitação de um edifício na Rua Serpa Pinto, no âmbito do Programa “Bragança Ativa – Requalificação e Dinamização do Centro Histórico”, e representa um investimento de 266.793 euros, participado em 80 por cento pelo FEDER.

A cerimónia de inauguração incluiu, ainda, a assinatura do contrato de comodato e auto de entrega das chaves da Casa da Cidade à Associação Convívios Fraternos de Bragança

– Miranda, que tem, agora, instalações condignas e adequadas ao bom desempenho das suas funções.



Ciclovia da Mãe d' Água

A Ciclovia da Mãe d' Água, inaugurada no dia 25 de abril de 2012, tem uma extensão de cerca 2,1 quilómetros e representa um investimento de 549 mil euros, cofinanciada em 446 mil euros pelo FEDER. Com início na antiga

Estação de Comboios (atualmente a Estação Rodoviária), a infraestrutura "funde-se" com o canal da antiga linha de caminho de ferro.



A Ciclovia da Mãe d' Água poderá vir a interligar-se à Ciclovia do Fervença (3,9 quilómetros), passando os cidadãos a disporem de 8 quilómetros cicláveis. Através deste projeto, a Câmara Municipal de Bragança pretende contribuir para a melhoria da paisagem urbana, promover a mobilidade, saúde e bem-estar dos habitantes, oferecendo melhores condições para a fixação de população e instalação de atividades económicas naquele aglomerado urbano.



2.ª fase da Ciclovia do Fervença



Desde 26 de novembro que a 2.ª fase da Ciclovia do Fervença está aberta aos cidadãos. Este troço, que estabelece a ligação da 1.ª fase do projeto da Ciclovia (que circunda o Campus do IPB) até ao Centro Ciência Viva, na Zona Histórica de Bragança, é uma forma de aproximar os cidadãos à Casa da Seda e ao Centro Ciência Viva, facilitando o acesso a estes espaços.

A 2.ª fase da Ciclovia do Fervença, com uma extensão de 850 metros, representa um investimento de 889.813,87 euros, participado em 512.588,80 euros por fundos comunitários, e juntamente com a 1.ª fase do projeto da Ciclovia totaliza cerca de 3.900 metros de pista ciclável. Integrada no programa "Bragança Ativa – Requalificação e Dinamização do Centro Histórico", a Ciclovia do Fervença representa um investimento global de 2.837.099,47 euros, participado em 2.080.000 euros por fundos comunitários, e circunda o Campus Académico do Instituto Politécnico de Bragança ligando-o ao Centro Ciência Viva, ao longo do rio Fervença.



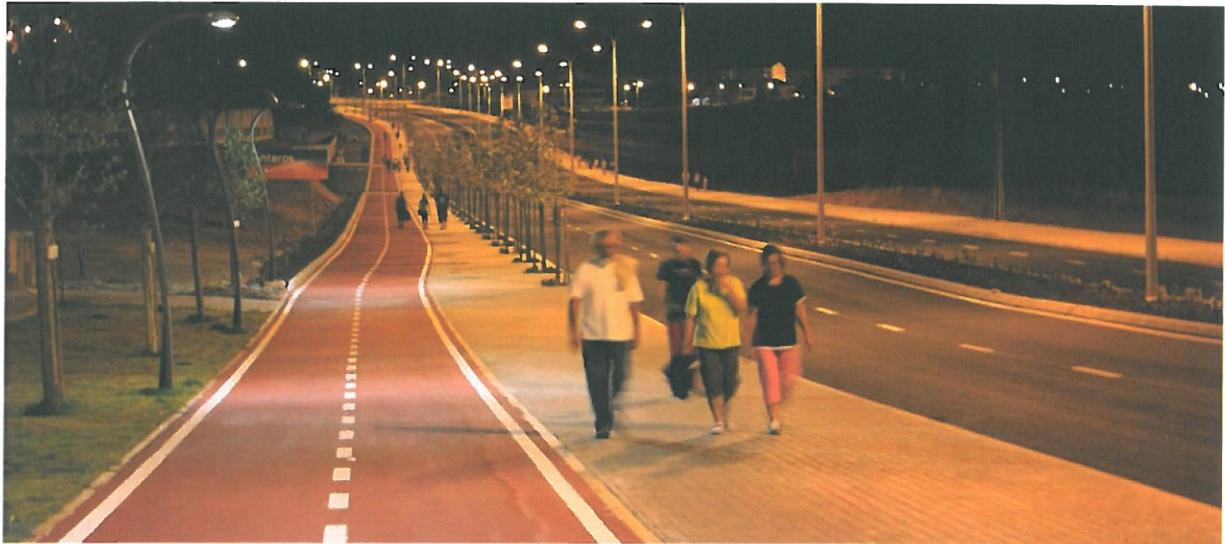
Praça Cónego Valdemar Pires

A Praça Cónego Valdemar Pires, inaugurada a 25 de Abril, foi construída num espaço disponível, pouco valorizado e de depósito de aterros, passando agora a ser um local qualificado e confortável, de encontro e de convivência, nomeadamente para as populações jovem e idosa. Construída em frente ao Bairro Social da Mãe d'Água, a obra, que representa um investimento na ordem dos 472 mil euros, participada em 252 mil pelo FEDER, é uma ligação privilegiada, pedestre e ciclável, desse aglomerado populacional à Estação Rodoviária e, consequentemente, ao centro da Cidade de Bragança, promovendo a integração dos Bairros da Mãe d'Água e da Estação.



Circular Interior de Bragança

O troço da Circular Interior de Bragança, inaugurada no dia 19 de outubro de 2012, com 1,8 quilómetros, inicia no loteamento da Quinta do Rei até à Avenida Abade de Baçal. Integrada no plano de ação "Nova Mãe d' Água", a obra representa um investimento de um 1,28 milhões de euros, participado por fundos comunitários.



Este troço da Circular Interior é "acompanhado" pela já referida Ciclovia da Mãe d' Água, tendo início na Estação Rodoviária. Uma vez totalmente executada, a Circular interior ligará a Rotunda da Avenida do Sabor à Avenida das Cantarias, numa extensão total de oito quilómetros.



Paralelamente à construção da Circular Interior de Bragança, foram executadas obras de repavimentação do Bairro do Campo Redondo e do troço da Avenida Abade de Baçal (entre o Hospital e a Escola de 1.º Ciclo do Campo Redondo), que representaram um investimento superior a 360 mil euros.

Parque Urbano da Coxa



O Parque Urbano da Coxa, inaugurado no dia 19 de outubro de 2012, representa um investimento global de 146 mil euros e participado por fundos comunitários, está integrado no Plano de Ação "Bragança Ativa", e contribuiu para a requalificação de uma área, sem utilização e em situação de abandono, que originava uma imagem negativa associada ao Bairro da Coxa. Situando-se em plena malha urbana da cidade de Bragança e dada a proximidade ao Rio Fervença, o espaço, onde "nasceu" o Parque Urbano da Coxa, é um local privilegiado que tem, agora, uma área com cerca de dois hectares.

Desporto

No mês de fevereiro de 2012 procedeu-se à substituição do pavimento do Pavilhão do Estádio Municipal.



Procedeu-se à montagem e ligação de infraestruturas de balneários pré-fabricados no Parque Desportivo de Santa Apolónia, assim como à montagem da rede de resguardo desse equipamento desportivo.

[Handwritten signatures and initials]

Zona Industrial das Cantarias

Na zona industrial das Cantarias iniciaram-se os trabalhos de requalificação e prolongamento da rua Dr. António Machado.

No que concerne à ampliação da Zona Industrial das Cantarias encontra-se elaborado o projeto da ampliação para a área prevista no Plano de Urbanização da cidade, em cerca de 30 hectares, tendo-se procedido à aquisição de terrenos e à elaboração de estudo de impacte ambiental, no sentido de garantir condições essenciais à obtenção de financiamento comunitário.

Prevê-se que o início das obras ocorra durante o segundo semestre de 2013, sendo o prazo previsto para a sua concretização de 18 meses.

Esta obra poderá vir a ser candidata a fundos comunitários na fase de encerramento do atual Quadro Comunitário, caso seja aberto um aviso de candidatura para o efeito, sendo que a maturidade exigível será correspondente à apresentação de faturação paga.



Brigantia EcoPark



Em construção há cerca de nove meses, a 1.ª fase do Brigantia EcoPark representa um investimento de 6,3 milhões de euros e tem um prazo de execução de 18 meses, estando integrado no Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro, orçado em 19,3 milhões de euros.

A 1ª fase do Brigantia EcoPark abrange a construção de um edifício central, o núcleo inicial do projeto, que será um elemento determinante para o desenvolvimento das restantes áreas empresariais do Parque de Ciência e Tecnologia.

O Brigantia EcoPark será um Centro de Investigação e incubadora para empresas de base tecnológica e indústrias de baixo impacto ambiental, nos clusters da ecoenergia, da ecoconstrução, do ecoturismo e dos produtos tradicionais, disponibilizando serviços de elevada qualidade e apresentando condições favoráveis à criação de redes de colaboração entre as instituições nele instaladas.



Início das escavações. [julho. 2012]



[agosto. 2012]



Rede viária e sinalização

Neste âmbito procedeu-se à renovação de pavimentos em Vale d'Álvaro, Cruzamento da Faurecia e acesso à aldeia de Nogueira, assim como à beneficiação da pavimentação do Bairro do Campo Redondo, melhorando, de igual modo, as condições de mobilidade, de segurança e conforto dos utentes, assim como a atratividade da cidade.



Recinto da Feira de Bragança

Desde há décadas, tem-se procurado encontrar um local de instalação definitiva da feira, com adequadas condições, boas acessibilidades e centralidade urbana. Há cerca de 40 anos, a feira realizava-se no local designado de Antigo Tournal, hoje centro da Cidade. Foi, depois, transferida precariamente para a zona contígua à Avenida General Humberto Delgado, posteriormente para a envolvente do Estádio Municipal (Estádio Eng.º José Luís Pinheiro), sendo que, no início do século XXI, regressa para a zona contígua à Avenida General Humberto Delgado, já com melhores condições para feirantes e cidadãos, ganhando, agora, um espaço nobre, junto ao atual Mercado Municipal e à Feira de Produtos da Terra, com uma localização privilegiada.

A construção do "Recinto da Feira de Bragança – Porta da Rota da Terra Fria de Bragança" começou no final do ano de 2012. O projeto, que envolve um investimento total de 1.113.439,29 euros, prevê a adaptação do espaço que foi ocupado pelo Batalhão de Caçadores nº 3, através da demolição dos edifícios mais degradados e da recuperação de um imóvel (ainda em estado de conservação mínima), para a instalação de sanitários públicos, um espaço para receção e secretariado e três espaços amplos para exposições e outras atividades.



Com uma área de 13.000 m², o novo recinto irá permitir albergar, em excelentes condições, os cerca de 130 vendedores que montam os seus locais de venda no espaço atualmente utilizado para a realização da feira, em condições imperfeitas, ocupando um total de cerca de 6.000 m².

Recinto de Promoção e Valorização de Raças Autóctones

Começou, em novembro de 2012, a construção do Recinto de Promoção e Valorização de Raças Autóctones. Orçado em cerca de 1,17 milhões de euros, o equipamento deverá estar concluído até meados de 2013, a tempo de receber a 16.ª edição do Concurso Concelhio de Bovinos de Raça Mirandesa e as tradicionais chegadas de touros, que terão lugar a 21 de agosto de 2013. O Recinto de Promoção e Valorização de Raças Autóctones localiza-se numa zona desportiva, que integra, atualmente, o Estádio Municipal, o Pavilhão Municipal, o Complexo de Ténis, Piscinas ao ar livre e as Piscinas Municipais, e pode acolher eventos, como o Concurso de Bovinos de Raça Mirandesa, as tradicionais Chegas de Touros de Raça Mirandesa, o Concurso do Cão do Gado Transmontano e o Concurso de Animais de Raça Churra Galega, entre outros. As obras abrangem, também, a pavimentação da área envolvente do Estádio Municipal Eng.º José Luís Pinheiro.



Ao construir o Recinto de Promoção e Valorização de Raças Autóctones, o Município de Bragança pretende revitalizar a tradição secular da pecuária, que sempre caracterizou o Concelho de Bragança, bem como o resto do distrito, e que se tem vindo a perder e esmorecer nas últimas décadas. Este novo espaço dignifica, assim, a pecuária e todas as atividades a ela associadas, podendo acolher todos os eventos relacionados com a pecuária, onde todas as condições de segurança para os animais e público estarão asseguradas, bem como contribuir para o reforço do valor económico dos recursos endógenos locais e regionais, levando, consequentemente, à promoção de uma imagem de qualidade e distinta da região.



Apoios financeiros concedidos no âmbito do Plano de Atividades Municipal (PAM)

No decurso do ano de 2012 foram concedidos apoios financeiros a instituições de solidariedade social, Fábricas da Igreja, Associações Culturais e Recreativas, Juntas de Freguesia, entre outras, para:

Apoio à construção e conservação de equipamentos de instituições e outras do Concelho

- Requalificação dos altares de Nossa Senhora do Rosário e de Santo António, da Igreja de Martim; - Renovação do mobiliário do altar-mor da Igreja de Santa Maria; - Arranjo do adro da Igreja da aldeia de Bragada; - Requalificação do adro da Igreja de Izeda; - Requalificação do adro da Igreja das Quintas da Seara; - Requalificação do adro da Igreja de Viduedo; - Requalificação do adro da Igreja de Faílde; - Conclusão das obras de beneficiação da Igreja de Soutelo de Gamoeda; - Melhoria do edifício da antiga Escola Primária de Vilarinho onde funciona a sede da Associação Cultural e Ambientalista de Cova de Lua.

Apoio à construção de Centros Sociais e Paroquiais

- 2.º fase de construção do Centro Social e Paroquial de S. Tiago; - Reabilitação da Casa Paroquial de S. Pedro de Sarracenos.

Apoio à aquisição de bens de investimento (Associações)

- Aquisição de instrumento musical para a Real Tuna Universitária de Bragança.

Apoio à construção de centros de dia e lares da terceira idade

- Construção de muro de vedação do Lar de Idosos de Baçal.

Apoio à requalificação dos Santuários de Nossa Senhora da Serra, Nossa Senhora do Aviso e outros

- Obras de beneficiação do recinto do Santuário da Nossa Senhora da Serra;- Requalificação da área envolvente do Santuário de Nossa Senhora do Aviso, Serapicos.



Recinto do Santuário de N.ª Sra. da Serra



Recinto do Santuário de N.ª Sra. do Aviso

Apoio à construção de Centros de Convívio (Freguesias)

- Construção do Centro de Convívio de Caravela; - Adaptação da antiga Escola Primária de Vila Nova para Centro de Convívio; - Ampliação do Centro de Convívio de Samil; - Substituição das caixilharias do Centro de Convívio de Carragosa; - Obras de melhoria do Centro de Dia em Paçó de Mós; - Construção do Centro de Convívio do Zoio.



Centro de Convívio e Jardim do Lavrador - Samil

Apoio à requalificação dos largos nas aldeias

- Requalificação de largo de acesso à antiga Escola Primária do Zeive; - Beneficiação de Largo em Maçãs; - Construção do Jardim do Lavrador em Samil; - Calcetamentos em Paradinha de Outeiro; - Pavimentação da zona envolvente do edifício de apoio ao Parque de Merendas e Lazer da Sra. Da Veiga, Alfaião; - Requalificação da área envolvente e acessos da antiga Escola Primária de Vilarinho de Cova de Lua.



Apoio à construção de Sedes de Juntas de Freguesia

- Obras de requalificação e ampliação da Sede da Junta de Freguesia de Rebordãos; - Construção de edifício de apoio à Sede da Junta de Freguesia de Pinela.



Handwritten signatures and initials, including 'Muy' and 'Huri'.

Apoio na realização de obras de beneficiação em vários cemitérios

- Ampliação do Cemitério de Izeda; - Ampliação do cemitério de Fermentãos; - Ampliação do cemitério de Formil.



Apoio à reconstrução de açudes e linhas de água

- Construção da charca de Failde



Apoio à requalificação e reabilitação da Igreja de Santo Cristo de Outeiro

- Realizadas obras de conservação e manutenção da Igreja de Santo Cristo de Outeiro, sob responsabilidade da Direção Regional de Cultura do Norte, numa parceria com a Câmara Municipal de Bragança, no âmbito de um projeto cofinanciado por fundos comunitários.

Outros apoios financeiros concedidos no âmbito do Orçamento Municipal - Juntas de Freguesia

- Construção do muro para o largo da festa na Freixeda; - Construção de muro de suporte de terras em Macedo do Mato; - Pavimentação da envolvente da Capela de Santo Amaro em Alimonde; - Placas de toponímia da freguesia de Sortes; - Reconstrução de um muro em pedra situado na Estrada Municipal Baçal-Rabal; - Restauro do telhado da Capela de Santa Ana em Meixedo; - Arranjo da envolvente da Igreja de Meixedo; - Construção de dois muros em pedra, na aldeia de Refoios; - Calcetamentos em Conlelas; - Calcetamentos em Oleiros; - Calcetamentos na Rua dos Olivais e acesso ao Polidesportivo de Santa Maria; - Construção de pontão em Sanceriz e arranjo da zona envolvente; - Construção da Capela de Santa Bárbara, Sanceriz; - Recuperação do moinho de Fontes Barrosas e respetivo acesso.



Conservação dos edifícios municipais e outros trabalhos



Bairros Sociais da Mãe d'Água e da Coxa (recuperação de apartamentos, substituindo pavimentos em mosaico e flutuante, substituição de azulejos da cozinha e casas de banho, pintura geral, reparação da rede de águas, esgotos, rede elétrica e tratamento de caixilharias); Reparações diversas no Teatro Municipal (substituição de mosaicos nos espaços exteriores, pintura de grafites, pintura de camarins, substituição de fechaduras); Reparações na Piscina Municipal e Pavilhão (Substituição de placas de teto, pintura de cacifos, substituição de azulejos e mosaicos e betumar juntas, limpeza de caleiras, substituição de fechaduras e portas); Reparações nos Centros Escolares de Santa Maria e Sé (reposição de cubos de granito, reparações de fechaduras, colocação de

prateleiras, pinturas); Substituição de pedras de granito, no centro da cidade; Tratamento de madeiras no Polis (corrimão e bancos); Reparações de passeios em diversos locais da cidade (Av. Abade de Baçal, Sá Carneiro, Bairro de S. Tiago e Braguinha).

Trabalhos de apoio às Juntas de Freguesia

O Município de Bragança tem realizado um investimento significativo, em colaboração com as Juntas de Freguesia, disponibilizando a frota de máquinas e recursos humanos para realização de trabalhos diversos, de grande importância para as populações e para a sustentabilidade ambiental, nomeadamente: - enchimento e limpeza de caminhos agrícolas; - abertura e limpeza de caminhos florestais e aceiros; - construção de pontos de água (charcas) para rega e apoio ao combate a incêndios; - limpeza de estradas e caminhos rurais com recurso a destroçadores e aplicação de herbicida.



Neste âmbito destaca-se a realização dos trabalhos infra identificados:

- Alargamento da estrada de acesso a Baçal; - Alargamento da estrada entre o Aeródromo e a aldeia de Varge.



- Reforço dos maciços da ponte de Aveleda; Requalificação, alargamento e colocação de proteção em caminhos na freguesia de Parâmio; - Construção de ponto de armazenamento de água em Calvelhe (Obra a cargo da Junta de Freguesia, com o apoio da Câmara Municipal de Bragança); - Obras de beneficiação da Rua Curvalão Roscal; - Construção de charca em Faílde e Coelhooso; - Trabalhos de limpeza e alargamento da charca no Zoio; - Alteração dos pavimentos no Jardim-de-infância de Gimonde; - Reposição de calçada nas aldeias de: Formil, Rio de Onor, Carrazedo, Babe, Gimonde, Castro de Avelãs, Samil, Paço de Mós, Refega, Rabal, Rio Frio, Alimonde, S. Pedro de Serracenos, Vilarinho, Donai; - Espalhamento de Herbicida nas estradas de: Donai, Espinhosela, Castrelos,

Carrazedo, Refoios, Fontes Barrosas, Soutelo, Terroso, Montesinho, Rio de Onor, Guadramil, Petisqueira, Paradinha de Outeiro ; - Limpezas e manutenções da rede viária municipal (Mós – Paredes; Parada – Coelhooso; Coelhooso – Paradinha Velha; Paradinha Velha – Paradinha Nova; Paradinha Nova – Cavelhe; Calvelhe – Serapicos; Serapicos – Salsas) bem como a limpeza de caminhos (Quintela, Pombares, Bragada, Veigas, Salsas, Moredo, Freixeda, Vale de Nogueira, Fermentãos, Vila Franca e Sendas).

Divisão de Saneamento Básico

Os projetos e as atividades realizadas pela unidade orgânica de Água e Saneamento Básico atingiram um total de despesa de 2.520.114,79 euros.

Setor de Água

Relativamente às atividades desenvolvidas pela Divisão de Águas e Saneamento, no sector de água, cumpre destacar os seguintes trabalhos executados:

- Em fase final de execução encontram-se os trabalhos que constituem a empreitada, adjudicada á empresa Sociedade de Empreitadas faz Via, Lda., para execução das redes de abastecimento de água nas localidades: lote 1 – Frieira, Vila Boa e Lagomar, com um custo de adjudicação de € 164 299, 34;
- Em fase final de execução encontram-se os trabalhos que constituem a empreitada, adjudicada á empresa Multinordeste – Multifunções em Construção e Engenharia, S.A, para execução das redes de abastecimento de água nas localidades: lote 2 – Parâmio, Gondesende e Terroso, com um custo de adjudicação de € 156 107,41;
- Procedeu-se á contratação de serviços para execução de furos de captação de água nas localidades da Paradinha Velha e Paradinha Nova. Estes trabalhos tiveram um custo global de € 16 433, 36;
- Executaram-se por administração direta os trabalhos de ligação dos furos de captação de água nas localidades da Paradinha Velha e Paradinha Nova às redes públicas. Estes trabalhos tiveram um custo de € 25 167, 40;
- Execução dos trabalhos da empreitada "Fornecimento e instalação de reservatório de 30m³ e ligação à rede pública na aldeia de Espinhosela". Estes trabalhos tiveram um custo final no valor de € 46 600, 00+IVA;

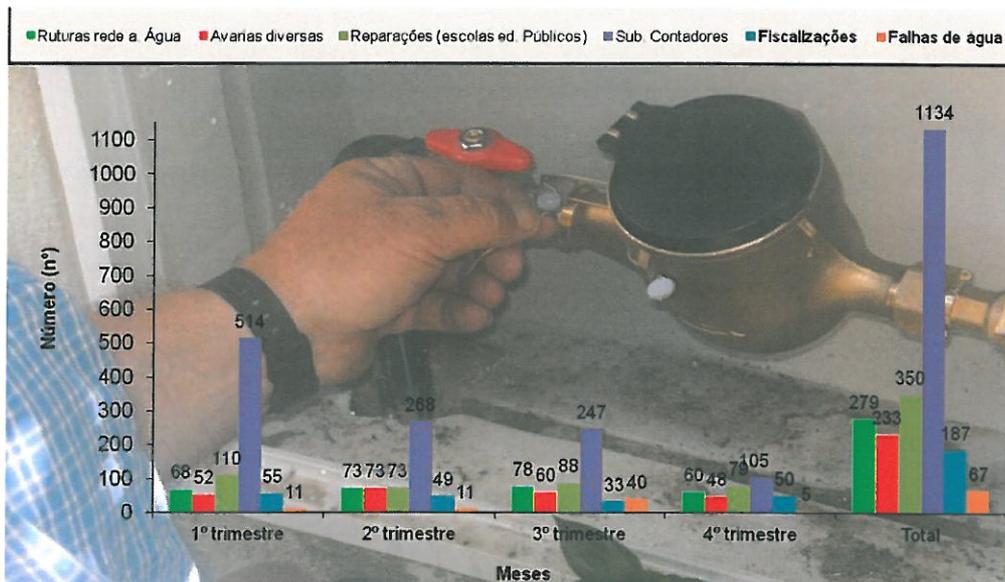




- Eixo Atlântico: Alteração do abastecimento de água ao Clube Académico de Bragança. Executada uma rede nova em PEAD Ø63 com uma extensão de 110ml, tendo um custo de 1.320,00€;
- Bairro do Couto: Ampliação da rede de abastecimento de água em PVC PN10 Ø63, numa extensão de 140ml, tendo um custo de 2.500,00€;
- Bairro da Mãe D`Água: Substituição da adutora elevatória do Sabor, numa extensão de 102ml, em PVC PN16 Ø200, no local onde a mesma passava por baixo de edificações. A obra teve um custo de 9.02,00€;
- Executados os trabalhos da empreitada "SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTA DE ÁGUA NO LOTEAMENTO MUNICIPAL DE SANTIAGO". O valor da adjudicação é de 24.688,00€+IVA;
- Elaborado o projeto para a execução da rede de saneamento no Loteamento do Sabor. A obra tem uma extensão de 1100ml e um custo estimado de 84.600,00€;
- Elaborado do projeto para a substituição da conduta de água e rede de saneamento na rua da Estacada. O valor da obra tem um custo previsto de 28.300,00€;
- Grijó de Parada: Elaborado o projeto e executada a obra de substituição da conduta de água desde a captação até à aldeia (para os fontenários). A conduta foi executada em PVC Ø63 com uma extensão de 470ml. O material foi por conta da Junta de Freguesia. O valor dos trabalhos foi de 1.100,00€;
- Av. Abade Baçal: Substituição de um troço de conduta de água de Ø90 com uma extensão de 90ml, tendo um custo de 3.150,00€;
- Rua Abade Cicouro: Substituição de um troço de conduta de água em PEAD Ø32, com uma extensão de 30ml, tendo um custo de 1.050,00€;
- São Pedro de Serracenos: Alteração do abastecimento de água ao Loteamento do Navalho. Executada conduta em PVC Ø75 com uma extensão de 72ml. O valor dos trabalhos foi de 2.016,00€;
- Babe: Detecção de várias perdas de água ao longo da rede pública de distribuição, que em média contabilizavam cerca de 100 m³/dia, decorrentes da antiguidade da mesma. Para o efeito colocaram-se novas torneiras de seccionamento, em locais estratégicos. Paralelamente foram repostos os pavimentos danificados pela equipa de saneamento;
- Aveleda: Detecção de várias perdas de água ao longo da rede pública de distribuição, que em média contabilizavam cerca de 130 m³/dia. Para o efeito colocaram-se novas torneiras de seccionamento, em locais estratégicos.
- Lanção: Execução de nova captação gravítica para reforço do abastecimento de água na referida localidade.

Handwritten notes and signatures on the left margin.

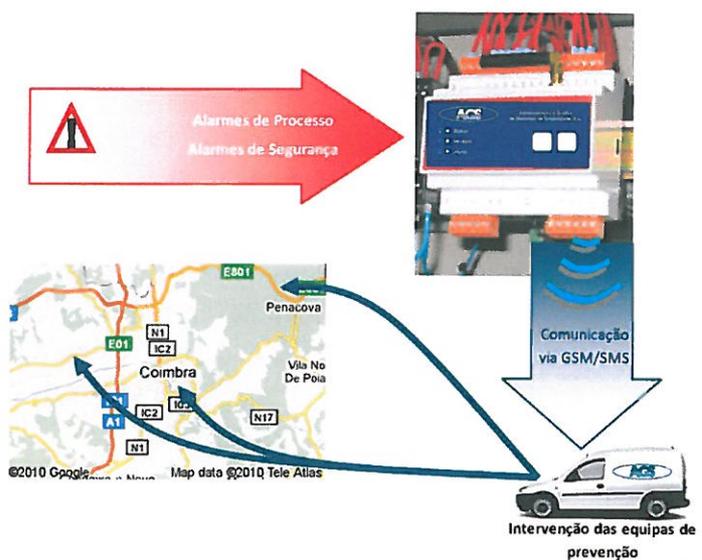
- Executados os trabalhos de ampliação da rede de abastecimento de água no troço da Av. circular compreendido entre a AV. Abade de Baçal e a rotunda do caçador, com a colocação de conduta de água em PVC de Ø200mm a 90mm, numa extensão de 350ml, tendo um custo de 13.712,40€;
- Executados os trabalhos de ampliação da rede de abastecimento de água no troço da Av. circular compreendido entre a rotunda do caçador e o loteamento da Quinta do Rei, com a colocação de conduta de água em PVC de Ø160 mm numa extensão de 1100ml, tendo um custo de 20.611,05€;
- Executados os trabalhos de ampliação da rede de abastecimento de água no troço da AV. Abade de Baçal compreendido entre a Av. circular e a Av. D. Sancho, com a colocação de conduta de água em PVC de Ø200mm a 90mm numa extensão de 630ml, tendo um custo de 24.520,00€;
- Executados vários trabalhos, por administração direta, de ligação das novas condutas instaladas no âmbito das empreitadas da AV. Abade de Baçal e da Av. circular às redes existentes, incluindo a desativação de 3000 ml de diversas condutas em fibrocimento.
- Durante o ano de 2012 foram ainda executadas pelos serviços operativos de águas:



Durante o ano de 2012 procedeu-se ainda à instalação e montagem de sistemas:

A - De Televisilância:

Estes sistemas de televisilância permitem a monitorização em tempo real dos parâmetros funcionais mais críticos dos mecanismos elétricos/eletrónicos existentes nas instalações em causa, tais como: níveis de água, faltos de tensão (sistema autoalimentado), disparos térmicos de equipamentos, entre outros que venham a revelar-se pertinentes. Tal monitorização



[Handwritten signatures and initials]

permite uma deteção precoce de ocorrências e agilizar desta forma a sua resolução.

Através destes sistemas de televigilância, em caso de alarme, é de imediato enviada uma mensagem para um ou mais telemóveis atribuídos a elementos da equipa de exploração. Esta acorrerá, de imediato, ao local, identificando a causa do problema e/ou da avaria, e trabalhará no sentido de providenciar a sua resolução no mais curto espaço de tempo possível. Desta forma encontra-se assegurada a assistência às instalações 24 horas por dia, todos os dias da semana incluindo fins-de-semana e feriados.

B - De telegestão:

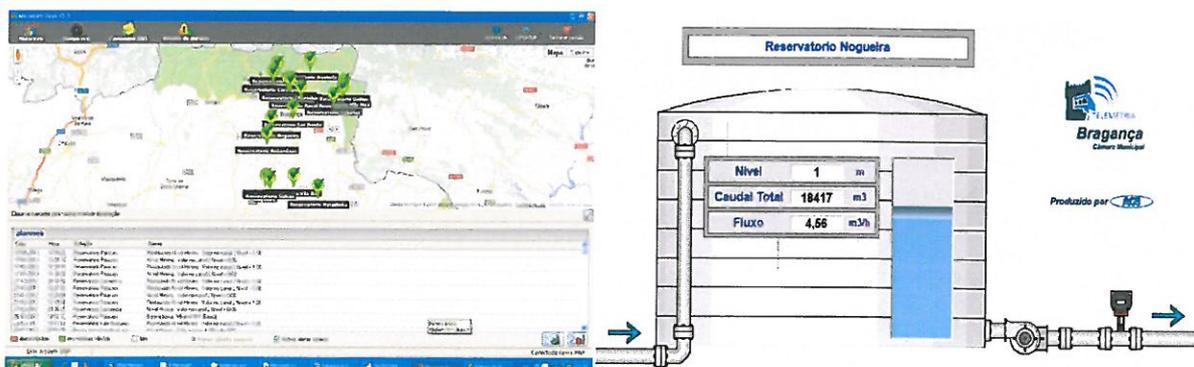
Dada a dispersão e isolamento que caracteriza os sistemas de abastecimento de Bragança, implementou-se, complementarmente aos sistemas de televigilância, a instalação de sistema de telegestão para os diversos sistemas de abastecimento de forma a controlar todo o sistema em cada localidade.

Atualmente já se encontram 31 sistemas instalados no concelho, de um total de 117 sistemas previstos.

Com este sistema de telegestão pretende-se:

- Verificar on-line do caudal e nível de cada reservatório;
- Verificação dos consumos por intervalo de tempo, para controlo de perdas de água e possíveis fugas a jusante do reservatório;
- Comunicação por GPRS (envio de dados)
- Registo de dados de cada reservatório, com intervalos de 15 minutos;
- Envio de SMS quando o reservatório atinge o nível mínimo ou caso tenha um consumo excessivo de água no intervalo definido.

Para o sistema de telegestão de Bragança o sinóptico principal representará de forma simplificada o estado global do sistema, representado a totalidade das instalações monitorizadas e alguma informação de acesso mais genérico. A partir deste sinóptico o operador poderá verificar a existência de alguma situação de alarme.



Exemplos de sinóticos instalados

Com este sistema já foi possível evitar diversas falhas de água, conforme pode ver na seguinte listagem de alarmes/restauro.

my
afm

alarmes			
Data	Hora	Estação	Alarme
12/03/2013	09:01:26	Reservatorio Vila Boa	Estadia baixa. VBat=4.49V (8 avol)
03/03/2013	16:35:19	Reservatorio Vila Boa	Restaurado Nivel Minimo. Valor no canal 2 Nivel = 1.00
02/03/2013	09:22:40	Reservatorio Vila Boa	Nivel Minimo Nivel = 0.00
28/02/2013	20:46:39	Reservatorio Noqueira	Valor no canal 2 Nivel = 0.00 for no canal 2 Nivel = 1.00
26/02/2013	15:55:40	Reservatorio Noqueira	Nivel Minimo. Valor no canal 2 Nivel = 0.00
26/02/2013	10:23:53	Reservatorio Vila Boa	Restaurado Nivel Minimo. Valor no canal 2 Nivel = 1.00
26/02/2013	00:12:05	Reservatorio Vila Boa	Nivel Minimo. Valor no canal 2 Nivel = 0.00
22/02/2013	16:56:42	Reservatorio Vila Boa	Restaurado Nivel Minimo. Valor no canal 2 Nivel = 1.00
22/02/2013	16:49:20	Reservatorio Vila Boa	Nivel Minimo. Valor no canal 2 Nivel = 0.00

alarme não lido
 info/restauro não lido
 lido
 Parar alerta sonoro
 Activar alertas sonoros

Exemplos da lista de alarmes.

Quando este investimento estiver totalmente concluído prevê-se que o número de ocorrências de falha de água possa ser reduzido para níveis residuais.

As obrigações decorrentes da legislação vigente sobre a qualidade das águas distribuída exigem que a operação dos respetivos sistemas de tratamento seja especialmente cuidada.

A Câmara Municipal de Bragança assegurou pois a contratação de serviços com a AGS, para garantir que todas as atividades necessárias ao bom funcionamento dos sistemas, sejam efetuadas com rigor e profissionalismo.

Nas figuras seguintes pode verificar-se o padrão de ocorrências por tipo:



Distribuição das ocorrências por tipo.

A nível do controlo de qualidade da água de abastecimento no concelho, verificam-se que foram cumpridos a 100% os planos de controlo operacional de água quer internos, quer os planos de controlo e qualidade de água externos (PCQA), sendo estes últimos aprovados anualmente pela Entidade Reguladora de Água e Resíduos (ERSAR).

Assim e de uma forma geral tem-se verificado uma progressiva melhoria na qualidade da água distribuída, apesar do excepcional período de seca que se fez sentir, particularmente no ano de 2011 e que se refletiu . em alterações pontuais na qualidade da água bruta, na sua maioria devido a estrutura geoquímica do substrato. Isto levou á

ocorrência de incumprimentos de alguns parâmetros, mais associados às características geológicas dos terrenos onde se encontram as captações.

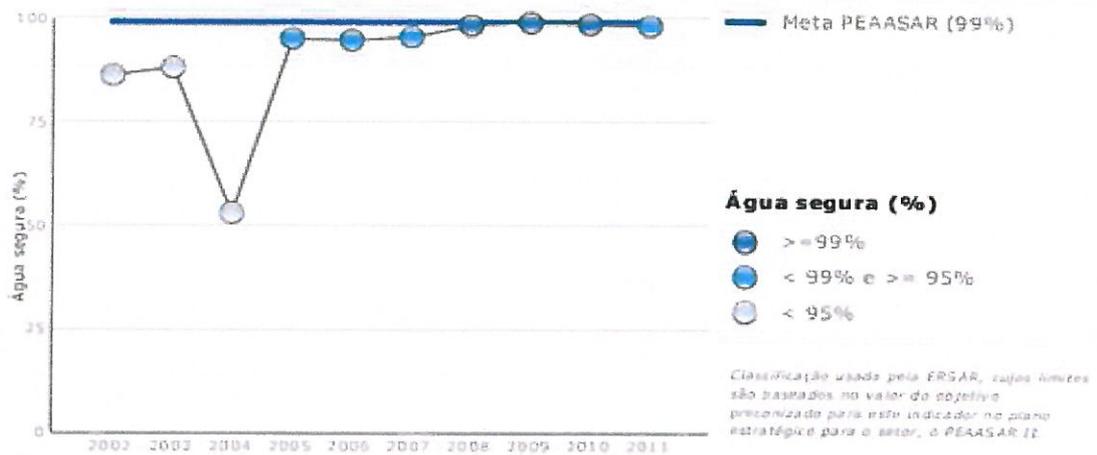
Qualidade da água para consumo humano no concelho de Bragança

::: Dados gerais para 2011 :::

Entidade gestora:	CM de Bragança
População residente (hab.):	34750
População servida (hab.):	33344
Zonas de abastecimento (n.º):	101
Volume distribuído (m ³ /dia):	8581
Análises realizadas (%):	100,00
Cumprimento do valor paramétrico (%):	98,42

Nota: Os dados apresentados são relativos à totalidade das zonas de abastecimento existentes no concelho. Para uma análise mais detalhada, consultar a secção RASARP.

::: Evolução da percentagem de água segura no concelho :::

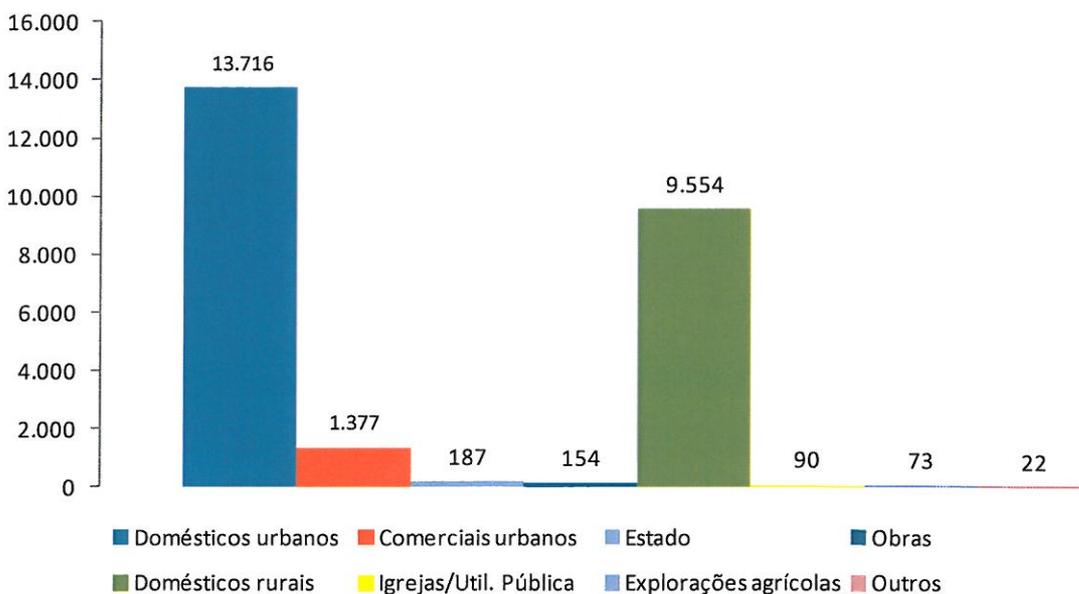


De uma forma geral verifica-se que os resultados obtidos são de levada qualidade, verificando-se o cumprimento dos níveis de potabilidade previsto no PEAASAR.

Na figura seguinte podemos verificar a evolução positiva do índice de qualidade da água distribuída no concelho de Bragança ao longo destes anos:

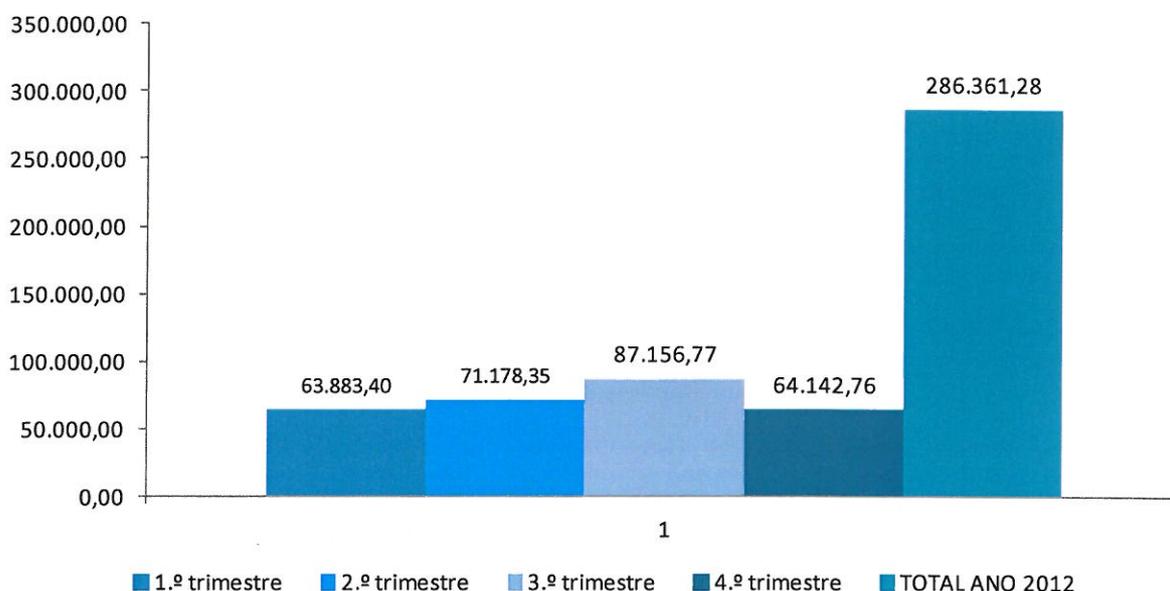


No que diz respeito aos serviços prestados de fornecimento de água no Concelho, em 2012, o número de consumidores registado e com contrato era de 25.424, sendo maioritariamente referentes a consumidores domésticos urbanos (54%) e a domésticos rurais 36%.



Da receita obtida com a faturação de água na área rural, ao longo de cada ano, 40% é, trimestralmente, atribuída às Juntas de Freguesia. Esta verba, destina-se preferencialmente ao apoio às atividades desenvolvidas pelas Freguesias, nos âmbitos das águas e saneamentos, e que entre outras, poderemos destacar pequenas reparações, apoio de máquina e a execução mensal de leituras de consumos.

No ano de 2012 os montantes, em euros, transferidos foram:



Com a entrada em vigor do Decreto-lei nº 194/2009, de 20 de agosto, todas as entidades gestoras de serviços, independentemente do modelo de gestão adotado, ficaram sujeitas à capacidade de intervenção da Entidade

Reguladora (ERSAR). Este decreto-lei atribuiu ainda à ERSAR a competência para, através de regulamento, definir níveis mínimos de qualidade dos serviços prestados aos utilizadores.

Verifica-se, assim, que a avaliação da qualidade dos serviços a promover pela ERSAR assenta na implementação de um sistema constituído por um conjunto de indicadores, resultantes da aplicação das normas ISO 24500, e que visam garantir que os serviços prestados aos utilizadores sejam adequados, sustentáveis e correspondam a práticas ambientais corretas.

FICHA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO ABASTECIMENTO DE ÁGUA:

Indicador	Aval.	Valor do indicador	Valor da referência	Unid.
ADEQUAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR				
AA 01 - Acessibilidade física do serviço		95	[80;100]	%
AA 02 - Acessibilidade económica do serviço		0,36	[0;0,50]	%
AA 03 - Ocorrência de falhas no abastecimento (mais 6h)		0	0/1000 ramais	%
AA 04 - Qualidade da água		99,5	100	%
AA 05 - Resposta a reclamações e sugestões		100	100	%
SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO DO SERVIÇO				
AA 06 - Cobertura dos gastos totais		1,1	[1;1,1]	%
AA 07 - Adesão ao serviço		99	[99;100]	%
AA 08 - Água não faturada (inclui regas espaços verdes)		48,6	[0;20]	%
AA 09 - Adequação da capacidade de tratamento		91	[90;100]	%
AA 10 - Reabilitação de condutas		2	[1;4]/ano	%
AA 11 - Ocorrência de avarias em condutas		18	[0;30]/100 Km/ano	%
AA 12 - Adequação dos recursos humanos		2	[2;4]/1000 ramais	%
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL				
AA 13 - Perdas reais de água		2,8	[0;15]m ³ /(km.dia)	%
AA 14 - Cumprimento do licenciamento das captações		97	100	%
AA 15 - Eficiência energética de instalações elevatórias		0,39	[0;0,4]	%
AA 16 - Destino de lamas do tratamento		100	100	%

Avaliação:

- Qualidade de serviço boa
- Qualidade de serviço mediana
- Qualidade de serviço insatisfatória
- NA Não aplicável
- NR Não respondeu

No quadro acima, apresentam-se os valores dos indicadores da qualidade dos serviços de abastecimento de água, referentes ao ano de 2012, submetidos pela Câmara Municipal de Bragança à Entidade Reguladora, os quais revelam um elevado desempenho e, na sua grande maioria, dentro dos intervalos de máxima qualidade.

Setor de Saneamento

Relativamente às atividades desenvolvidas pela Divisão de Águas e Saneamento, no sector de saneamento, cumpre destacar os seguintes trabalhos executados:

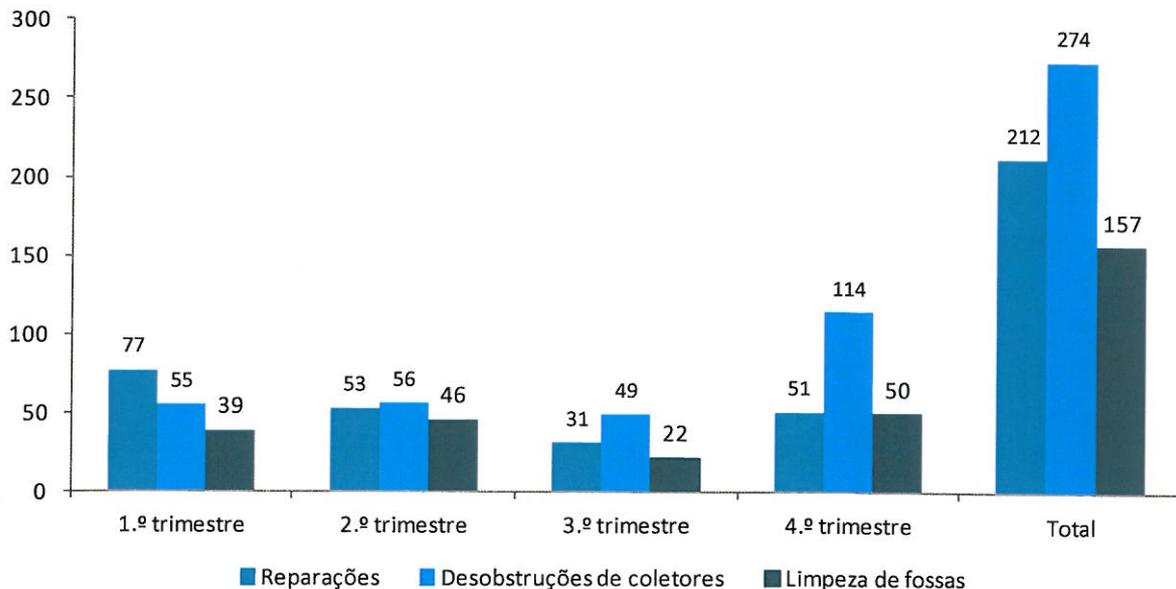
- Em curso os trabalhos que da empreitada, adjudicada á empresa Sociedade de Empreitadas faz Via, Lda., para execução das redes de saneamento de águas residuais nas localidades: lote 1 – Frieira, Vila Boa e Lagomar, com um custo de adjudicação de € 331 095, 06;
- Em curso os trabalhos que constituem a empreitada, adjudicada á empresa Multinordeste – Multifunções em Construção e Engenharia, S.A, para execução das redes de saneamento de águas residuais nas localidades: lote 2 – Parâmio, Gondesende e Terroso, com um custo de adjudicação de € 312.683,59;
- Consignados os trabalhos que constituem a empreitada, adjudicada á empresa Sociedade de Empreitadas Faz Via, Lda., para instalação de estações de tratamento de águas residuais nas localidades: lote etar – Rebordãos, Rabal e França, com um custo de adjudicação de € 601.149,61;



- Bragança (Rua Ana Garcia / João Fernandes): Início da execução da rede de drenagem de águas residuais das ruas Ana Garcia e João Fernandes, numa extensão de 1100 ml. A obra, executada por administração direta da Câmara Municipal de Bragança, tem um custo previsto de € 38 500;
- Vila Meã: Prolongamento da descarga da ETAR em tubo corrugado SN8 Ø200, numa extensão de 675ml. A obra teve um custo de 23.625,00€ ao qual acresce o montante de 2.189,15€ referente a indemnizações pagas pela ocupação de terrenos privados.
- Executados os trabalhos de ampliação da rede de águas residuais domésticas no troço da Av. circular compreendido entre a AV. Abade de Baçal e a rotunda do caçador, com a colocação de coletores em PP de Ø250mm, numa extensão de 350ml, tendo um custo de 10.783,44€;
- Executados os trabalhos de ampliação da rede de águas residuais pluviais no troço da Av. circular compreendido entre a AV. Abade de Baçal e a rotunda do caçador, com a colocação de coletores em betão Ø600mm, numa extensão de 350ml, tendo um custo de 37.943,44€;
- Executados os trabalhos de ampliação da rede de águas residuais pluviais no troço da Av. circular compreendido entre a rotunda do caçador e o loteamento da Quinta do Rei, com a colocação de coletores em betão Ø600mm, numa extensão de 1100ml, tendo um custo de 61.029,63€;
- Soutelo: Prolongamento da descarga da ETAR em tubo corrugado SN8 Ø250, numa extensão de 100ml. A obra teve um custo de 960,00€ + IVA.

- Sarzeda: Correção ao traçado da rede de saneamento, da referida localidade, em virtude das obras que estão em fase de execução para construção da A4 - autoestrada transmontana. S. Pedro de Serracenos: Alteração da rede de saneamento, numa extensão de 254ml, para correção do traçado (em terrenos particulares). A obra teve um custo de 8.153,00€;

Durante o ano de 2012 foram ainda executadas pelos serviços operativos de saneamento:



Projeto de Execução da Barragem de Veiguinhas

Em 1997 foi iniciado o primeiro EIA do Projeto de Execução da Barragem de Veiguinhas ("Aproveitamentos Hidráulicos do Alto Sabor – 6.ª fase – Escalão de Veiguinhas") pela empresa Hidrotécnica Portuguesa, tendo sido solicitada a sua reformulação em 18 de Agosto de 1998, por despacho do Gabinete da Ministra do Ambiente (Direcção-Geral do Ambiente).

Apresentados os estudos adicionais pedidos, a 26 de Outubro de 1999, foi proferido novo despacho no sentido de ser realizado novo Estudo de Impacte Ambiental (EIA) para reinício do processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

Em 2012 a Comissão de Acompanhamento, que integra vários organismos públicos com competência técnica e legal, confirmou e validou ser "Veiguinhas" a única solução viável para resolver o problema de abastecimento de água a Bragança, tendo em 19 de março do mesmo ano a Secretaria de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território emitido Declaração de Impacte Ambiental com decisão favorável ao reforço de abastecimento de água a Bragança a partir de Montesinho contemplando a construção de Reserva de Água de Montesinho em Veiguinhas e o circuito de ligação ao sistema existente (Solução I, Variante B2).

No mês de julho de 2012, a QUERCUS apresentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, o pedido de decretamento de Providência Cautelar de suspensão de eficácia da DIA.

A 19 de julho, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela citou como réu o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e como contra interessado a empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

A 26 de julho a Câmara Municipal solicitou ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território que, "face ao conflito entre dois interesses públicos: o abastecimento de água às populações, vital para a sobrevivência e a violação eventual das regras ambientais com a construção da barragem de Veiguiñas, para a qual, apesar de muitos estudos feitos ao longo de anos, não se identifica alternativa viável, seja dada a prevalência ao interesse público de abastecimento de água...", invoca-se o artº 128º do Código do Processo nos Tribunais Administrativos para defender o interesse público mais relevante.

A 31 de julho a Câmara Municipal recebeu comunicação do despacho do Senhor Secretário de Estado, datado de 26 de julho, em que determinou:

1 – Reconhecer, para efeitos do nº 1 do artº 128 do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, os graves prejuízos para o interesse público resultantes de um eventual diferimento na execução da Declaração de Impacte Ambiental favorável condicionada à solução I, variante B2.

2 – Determinar a continuação da execução da referida Declaração de Impacte Ambiental.

O Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, deduziu oposição invocando impugnabilidade da DIA e a necessária intervenção do município de Bragança enquanto parte Contra-Interessada.

O Tribunal notificou a 17 de agosto a Autora das oposições apresentadas pela Entidade Requerida e pela Contra-Interessada, notificou a Entidade Requerida e a Contra-Interessada de novo requerimento apresentado pela Quercus.

Pelo Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território e pelo Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, no exercício das competências delegadas pela Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, foi declarado de Relevante Interesse Público o Projeto de Execução da Reserva de Água de Montesinho e Circuito de ligação ao sistema existente, por Despacho n.º 1291/2013 de 16 de janeiro, publicado em Diário da República, 2.ª Série, de 23 de janeiro de 2013.

Pela Agência Portuguesa do Ambiente foi emitida aprovação ao projeto da Barragem de Veiguiñas – Reforço de Água a Bragança, no âmbito do Regulamento de Segurança de Barragens (RSB)".

No âmbito da apreciação do Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE), a Comissão de Avaliação (CA) emitiu um parecer favorável em dezembro de 2012, solicitando um conjunto de elementos para se verificar o total cumprimento das disposições do DIA.

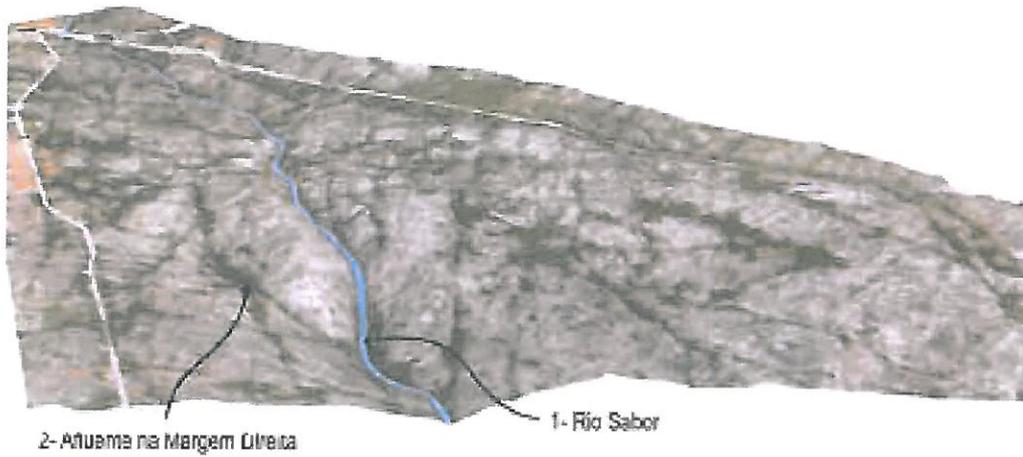
Em fevereiro de 2013 foi apresentada resposta ao parecer da Comissão de Avaliação do RECAPE e remetidos os elementos complementares solicitados, tendo em março do presente a CA emitido novo parecer, estando superados todos os elementos críticos do anterior parecer.

Prevê-se que as obras iniciem durante o mês de junho de 2013.

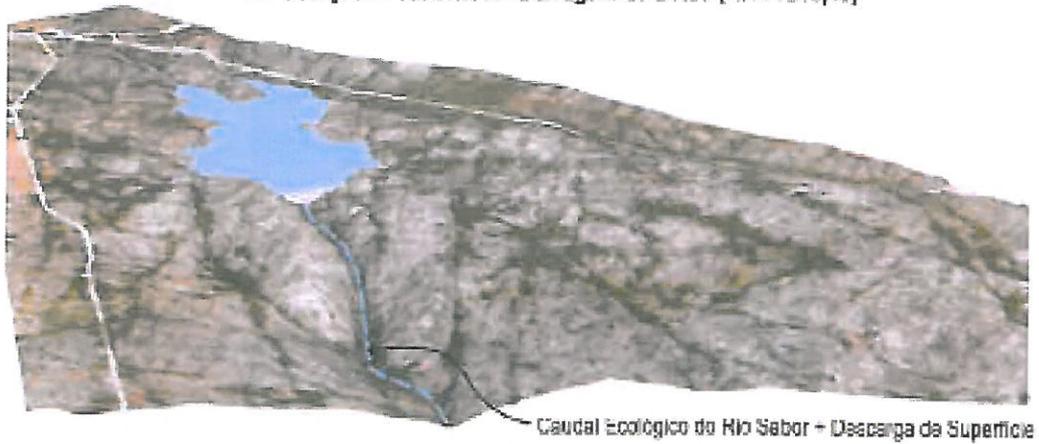
[Handwritten signatures and initials]

Solução: Barragem de Veiguinhas

A - Situação Actual



B - Solução I - Variante A - Barragem de Betão (NPA 1213,10)



C - Solução I - Variante B - Barragem de Enrocamento (NPA 1217,50)



FIG. II.3

Soluções Alternativas.
Fotografia Aérea sobre o
Modelo Digital do Terreno



AGRI PRO CONSULTORIA

Divisão do Ambiente

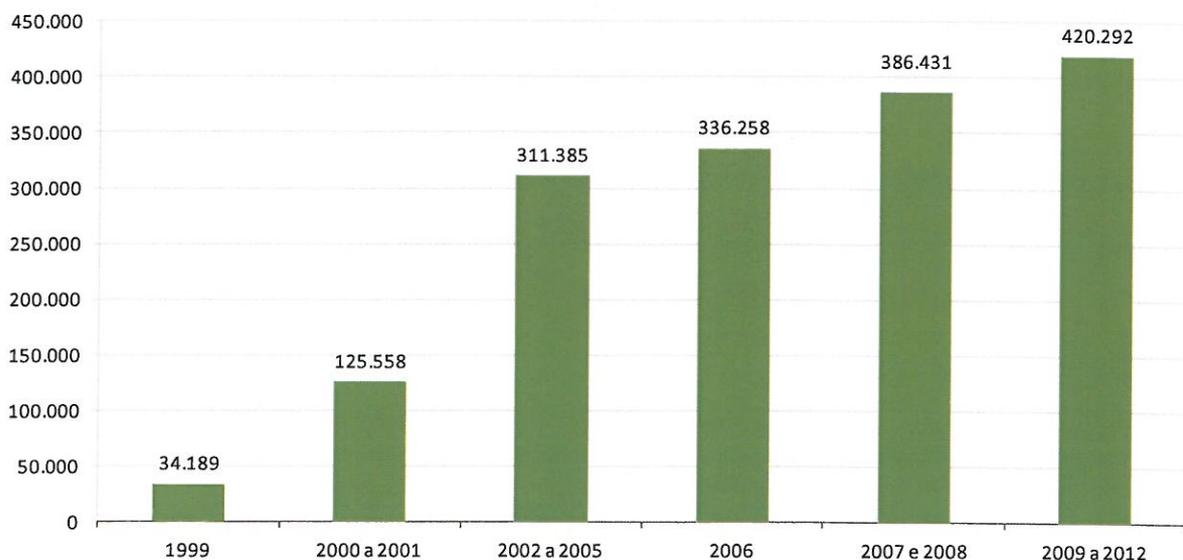
A unidade orgânica do Ambiente realizou projetos e atividades no âmbito de:

No Sector de Espaços Verdes, foram realizadas um conjunto de atividades que contribuíram para a melhoria dos espaços verdes e da imagem de Bragança, optando por uma estratégia de consolidação dos espaços existentes e sustentabilidade.

Bragança considera o ambiente urbano, a conservação e gestão do património natural e paisagístico, fatores fundamentais na estratégia de desenvolvimento sustentável concelhio. A importância dos espaços verdes no meio urbano como elementos essenciais na qualidade de vida, levou o Município a apostar decisivamente no incremento de espaços verdes, passando de uma área de 28.653 m² em 1998, para 420.292 m² em 2012, valor que permite proporcionar 15,2 m²/hab. de espaço verde.

Este valor está acima do preconizado pela Organização Mundial de Saúde e próximo do valor definido pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Evolução da área de espaços verdes na cidade de Bragança (em m²)



No ano 2012 procedeu-se à plantação de 6584 arbustos, 448 árvores e 20000 flores. O Município desenvolveu ainda um importante trabalho de substituição de canteiros de relvado e flores por arbustos, nomeadamente na envolvente do Cemitério do Tournal e Jardim D. Fernando, minimizando os custos de manutenção e rega.



A Divisão de Ambiente preparou e lançou a Concurso Público a aquisição de serviços de manutenção e conservação dos Espaços Verdes da Rotunda e Avenida do Sabor, Zona da Braguinha e Rica Fé, Rotunda e Canteiros do Modelo, Rotunda e Canteiros do Mercado Municipal, Bairro Social da Mãe D'Água, Bairro Social da Coxa e canteiros, separador e taludes da Av. Cidade de Léon. Os trabalhos a contratualizar abrangeram uma área estimada de 70.000m².

Ao nível da Gestão Cemiterial, realizaram-se 106 inumações no Cemitério do Toural e 63 inumações no Cemitério do Santo Condestável. Todos os procedimentos inerentes à Gestão Cemiterial foram centralizados no Setor Administrativo da Divisão de Ambiente, diminuindo os prazos de resposta aos munícipes e as deslocações necessárias. Foram digitalizados e inseridos na Base de Dados de Gestão Cemiterial todos os alvarás existentes em Arquivo Municipal, melhorando o acesso à informação e conseqüente processo de análise.

Setor de Manutenção Urbana

No âmbito do Sector de Manutenção Urbana, foram realizadas um conjunto de atividades que contribuíram para a melhoria da segurança rodoviária, encaminhamento de munícipes e melhoria dos equipamentos de lazer em espaço verde.

Em 2012, devido a ações de vandalismo e acidentes viários, foram recolocados 75 sinais verticais, 17 pilaretes e 6 bolas delimitadoras. No mesmo período, foram colocados 47 sinais de trânsito, cumprindo as diretrizes emanadas pelo Plano de Mobilidade Urbana de Bragança. Contribuindo para a manutenção e melhoria da imagem urbana, foram repintadas 140 bolas delimitadoras e 30 floreiras do Centro Urbano.

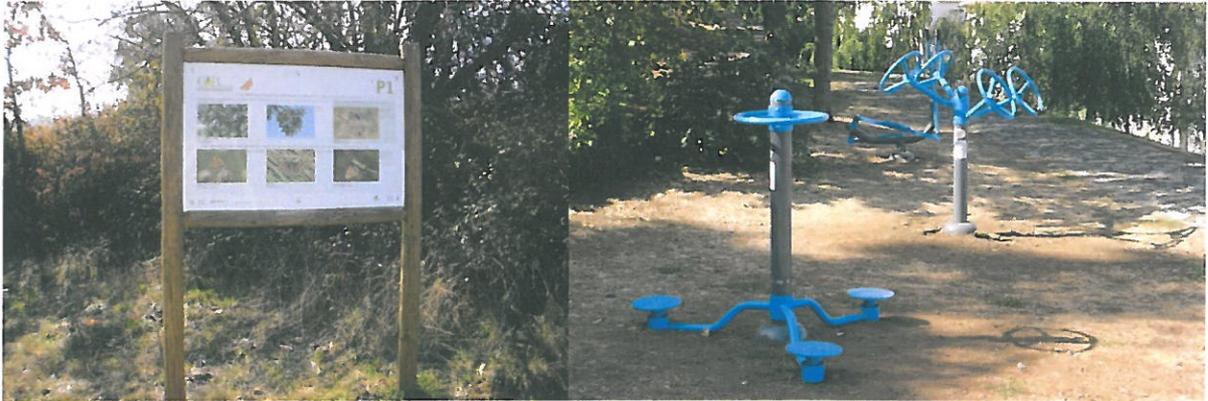


Foram instalados 3 prumos com 8 placas de sinalética direcional na Zona da Estacada e S. Sebastião, melhorando as condições de circulação e fluxo de tráfego na zona do Castelo de Bragança.

O Sector de Manutenção Urbana tem procedido anualmente ao reavivamento das sinalizações horizontais e à marcação de novas sinalizações horizontais (pinturas rodoviárias), tendo sido intervencionadas as principais artérias viárias da cidade e o Bairro do Vale Churrido, Estrada do Turismo, Quinta da Braguinha, estacionamento do Mercado Municipal, Av. do Sabor, Alto das Cantarias até IP4, Rua de Vale d'Álvaro, Estrada Municipal Mós-Paredes, Estrada Municipal Varge – Rio de Onor. Na Estrada Municipal Varge-Rio de Onor foram ainda substituídos 14 sinais verticais e recolocados os restantes, aumentando as condições de segurança rodoviária. Foram ainda realizados avivamentos de pinturas amarelas, nomeadamente de zonas de estacionamento e paragem condicionada na cidade de Bragança.

O rebaixamento de passeios junto a passadeiras tem sido uma iniciativa permanente, iniciada na Semana Europeia da Mobilidade em 2007 e que, até ao final de 2012, já abrangeu mais de 352 rebaixamentos na cidade de Bragança, contribuindo para uma melhoria significativa na acessibilidade e mobilidade urbana.

Foram recolocados os 8 painéis de identificação da biodiversidade da Estação de Carrazedo, os quais já apresentavam um estado de conservação inadequado.



Foram realizadas intervenções profundas de reparação do Parque Infantil do Eixo Atlântico, o qual apresentava diversos danos provocados por ações de vandalismo. Foi ainda substituído o escorrega do parque infantil do Polis, também danificado por vandalismo. Foi instalado um parque geriátrico na Mata do Castelo, composto por 3 equipamentos de manutenção física, os quais contribuem para a melhoria da condição física e saúde dos munícipes. Os trabalhos realizados contribuíram ainda para o aumento da oferta de espaços recreativos, um aumento da utilização dos espaços e melhoria das condições de segurança na utilização.

Setor de Ambiente e Higiene Pública

No âmbito do Sector de Ambiente e Higiene Pública, foram realizadas um conjunto de atividades que contribuíram para a melhoria da higiene e salubridade pública, bem como para uma maior sensibilização e consciencialização da população para a sustentabilidade concelhia.

No âmbito do projeto "Recolha e Valorização de Óleos Alimentares Usados", assente na concretização de uma estratégia eficaz de gestão de resíduos, associada ao cumprimento das metas nacionais, através de ações de informação/sensibilização da população, colocação de oleões em todos concelhos e criação de uma rede de recolha e transformação dos óleos alimentares usados em biodiesel, a Câmara Municipal de Bragança e a Resíduos do Nordeste procederam à instalação de 15 oleões na cidade de Bragança.

A Câmara Municipal de Bragança associou-se à Semana Europeia da Prevenção de Resíduos e, de modo a sensibilizar os cidadãos para esta questão, e sobretudo para a redução da produção de resíduos, procedeu-se ao envio de um folheto informativo que alertou para a quantidade de resíduos sólidos urbanos produzidos em Bragança e as medidas que cada cidadão deverá adotar no dia-a-dia para construir um Futuro Melhor.

O Município de Bragança recebeu, pelo sexto ano consecutivo em 2012, a Bandeira Verde - ECOXXI. O ECOXXI é um projecto, coordenado pela Associação Bandeira Azul da Europa, que visa distinguir as boas práticas no

sentido da sustentabilidade, desenvolvidas a nível local, nomeadamente nos aspectos relativos à qualidade ambiental e às práticas de educação para a sustentabilidade. Inspirado nos objectivos da Agenda 21, procura, através de um sistema de 23 indicadores e diversos sub-indicadores, avaliar diversas vertentes da sustentabilidade desde a gestão de recursos, à informação aos munícipes passando pela energia, mobilidade, floresta, resíduos, turismo, ordenamento do território, qualidade do ar e da água, agricultura sustentável, emprego, etc..

Em 2008 a Divisão de Ambiente iniciou as comemorações da Semana Europeia da Mobilidade, deixando de realizar apenas o Dia Europeu Sem Carros. Assim, de 16 a 22 de Setembro de todos os anos, têm-se realizado um conjunto de atividades que promovem a sustentabilidade urbana e a adoção de formas de mobilidade mais amigas do ambiente, tendo em 2012 realizado as seguintes iniciativas: Passeio BTT cidadão; Entrega de Ecopontos a Instituições; PeddyPaper; Workshop Eco-Condução; Implantação de estacionamento de bicicletas; Promoção dos transportes urbanos – utilização gratuita; Dia Europeu Sem Carros.

A Divisão de Ambiente tem apoiado a iniciativa Eco Escolas, prestando todo o apoio técnico e logístico necessário às escolas que integram a iniciativa. Têm-se verificado uma consolidação das escolas participantes, tendo no ano 2012 sido galardoadas 3 escolas do Concelho de Bragança com a Bandeira Verde.

Em 2012 procedeu-se à captura de 442 canídeos errantes e 21 gatídeos, tendo os mesmos sido encaminhados para o Canil Intermunicipal.

No âmbito da campanha de Vacinação Anti-Rábica, de Controlo de outras Zoonoses e de Identificação Eletrónica, foram realizadas 510 profilaxias anti-rábicas e identificados 105 canídeos. Esta vacinação tem carácter obrigatório, dado que a raiva é uma zoonose grave.

O Município de Bragança procedeu à organização, acompanhamento e realização da 15.ª edição do Concurso Concelhio de Bovinos de Raça Mirandesa, que decorreu no Auditório ao ar livre do Instituto Politécnico de Bragança, no dia 21 de Agosto, reuniu 23 produtores, que apresentaram cerca de 80 animais, nas várias categorias para a participação no Concurso Nacional.

Foram realizadas 11 vistorias a veículos de venda ambulante, 13 vistorias relacionadas com queixas de insalubridade e 7 vistorias a cantinas de estabelecimentos de ensino. No âmbito do PACE (Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos) foi atribuído um N.º de Controlo Veterinário a uma indústria de fumeiro – Unidade Produtiva Local e efetuadas 11 vistorias a estabelecimentos de venda a retalho de carne e peixe.

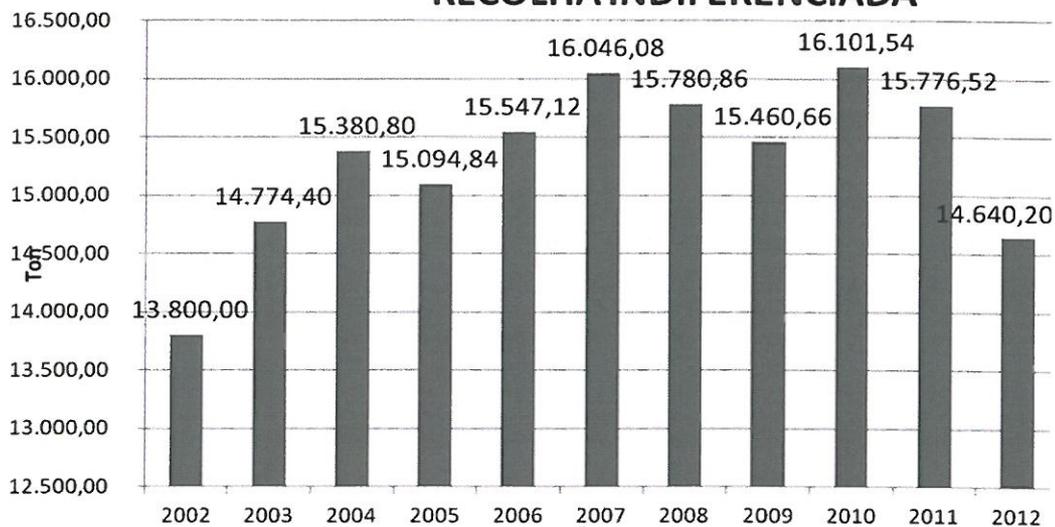
Resíduos Sólidos

O nível de cobertura da população com serviços de recolha de RSU é atualmente de cerca de 100%, o que corresponde a uma melhoria muito significativa e permitiu atingir no Município de Bragança a meta de 100% prevista no PERSU, havendo, no entanto, necessidade de renovação contínua e de redefinição estratégica do Sistema.

O serviço de recolha indiferenciada de resíduos e a exploração da Estação de Transferência de Bragança, incluindo a respetiva manutenção, limpeza e conservação das instalações, tem decorrido com normalidade, registando-se uma ligeira diminuição de RSU recolhidos em Bragança, o que corresponde a uma capitação de 1,13 kg/hab.dia no ano 2012.

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

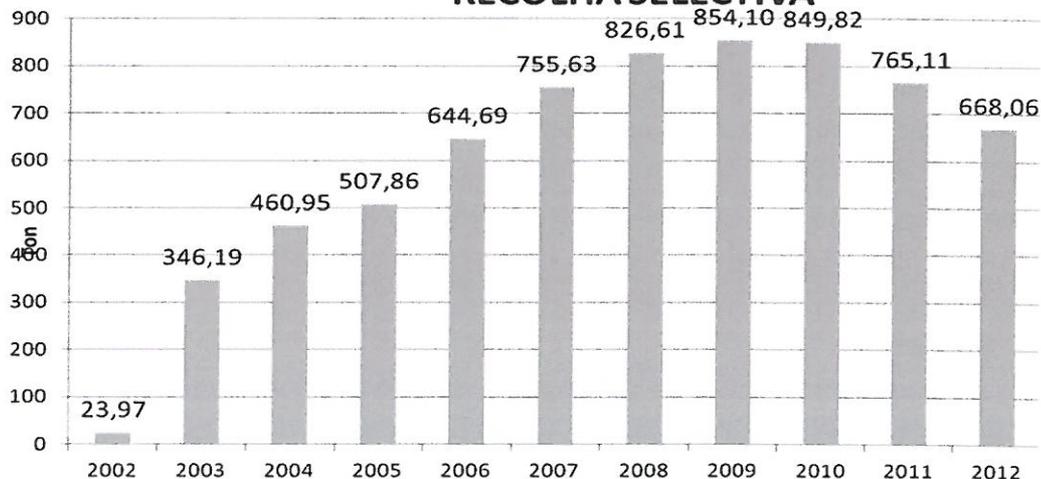
RECOLHA INDIFERENCIADA



Valores em toneladas

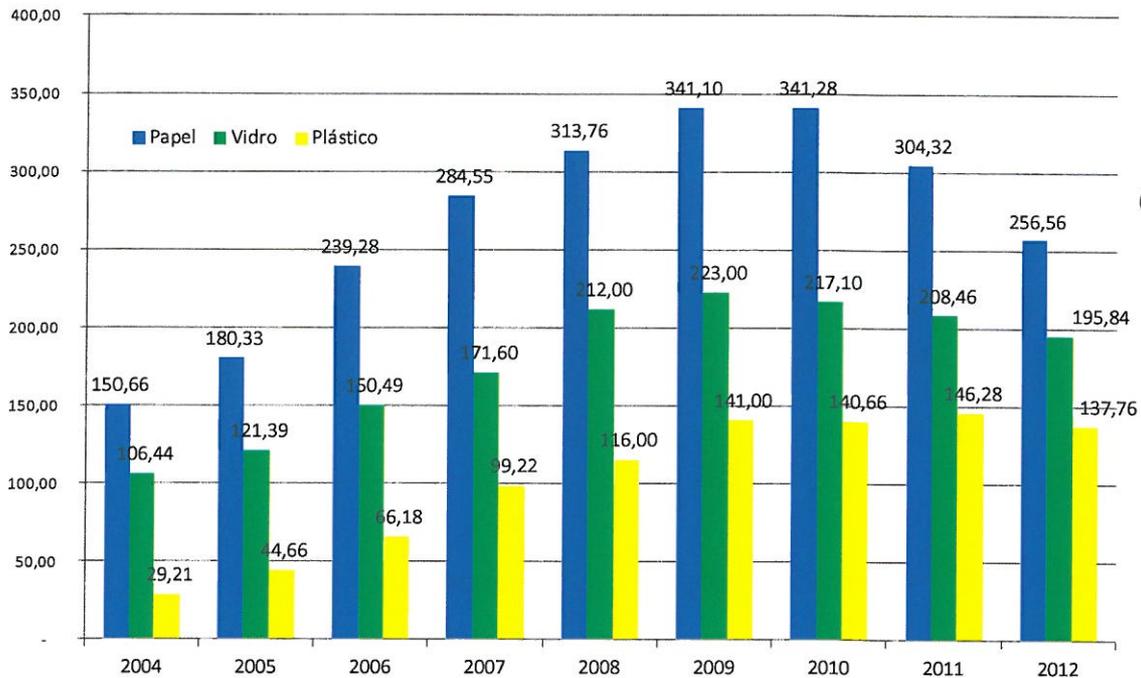
A recolha seletiva registou uma ligeira diminuição, sendo presentemente o rácio de ecopontos de 1/289 por habitante (sendo a média nacional de 1/500), estando instalados no concelho 120 ecopontos. A capitação de recolha seletiva foi em 2012 de 18,90 kg/hab.ano, sendo de realçar que no ano 2005, a capitação era de 13,36 kg/hab.ano.

RECOLHA SELECTIVA



Valores em toneladas

CARACTERIZAÇÃO DA RECOLHA SELECTIVA

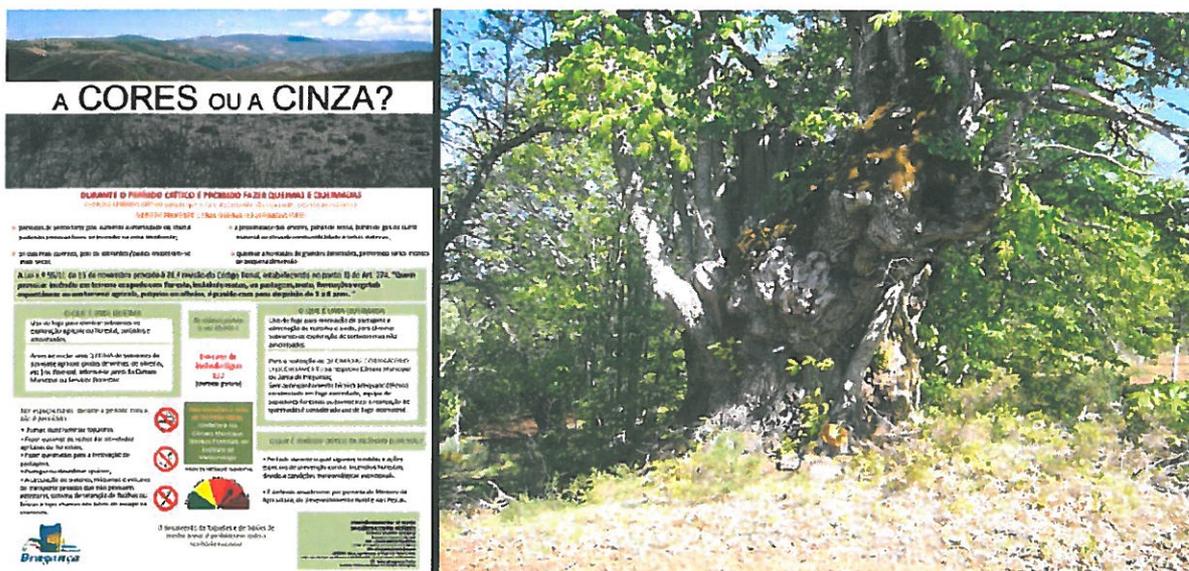


Gabinete Técnico Florestal

O Gabinete Técnico Florestal procedeu à elaboração e proposta de aprovação do Plano Operacional Municipal, tendo o mesmo sido aprovado em sede da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Este Plano tem como objetivo a operacionalização de todo o dispositivo de defesa da floresta contra incêndios, assumindo-se, também, como um auxílio de relevo no planeamento do combate aos incêndios florestais. Para isso, neste Plano estão definidos os meios humanos, técnicos e materiais que serão utilizados nas operações de prevenção, vigilância, primeira intervenção, combate, rescaldo e pós-rescaldo, existentes no Município de Bragança. Desta forma, pretende-se garantir uma intervenção imediata em incêndios nascentes, assim como limitar o seu desenvolvimento. Paralelamente, o Plano procura manter sempre, no concelho, capacidade operacional de primeira intervenção, mesmo quando exista um incêndio de grandes dimensões.

No âmbito da revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), a ser elaborada pela Metacortex no seguimento de procedimento concursal desenvolvido pela Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, foi preparada e compilada toda a informação necessária a boa execução do trabalho e acompanhadas todas as reuniões técnicas.

No âmbito das atividades da Comissão Municipal de Florestal Contra Incêndios (CMDFCI), foi distribuído via correio a todos os Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho Bragança, para afixação nos locais de estilo, um folheto informativo sobre as obrigações e cuidados a ter em matéria de Defesa da Floresta Contra Incêndios.



[Handwritten signature]

No ano 2012 foram verificadas 34 ignições que se traduziram numa área ardida no concelho de Bragança de 1438,97ha.

Durante os meses de Julho, Agosto e Setembro foram concluídos os trabalhos de limpeza dos terrenos municipais de todos os bairros da cidade. Foram efetuadas intervenções de manutenção em todos os estabelecimentos de ensino. Foi ainda efetuada uma ação de limpeza na Quinta da Trajinha. Estes trabalhos foram efetuados com recurso à equipa de reclusos (média de 4 elementos), afeta ao programa de limpeza das áreas de cedência, no âmbito do protocolo estabelecido entre a CMB e os Serviços Prisionais. No total foram limpos cerca de 33 ha de terrenos municipais.

No âmbito do Conselho Cinegético Municipal, foi aprovado o processo de anexação/ desanexação ZC Baixa Lombada.

A Autoridade Florestal Nacional classificou de Interesse Público duas árvores do Concelho de Bragança, por proposta da Câmara Municipal de Bragança, na sequência de um "desafio" lançado no Ano Internacional das Florestas a todas as Juntas de Freguesia de Concelho de Bragança. Um dos exemplares, um Carvalho-Negral, localiza-se no Cimo do Couto de Baixo, na freguesia de Rio de Onor, pertencente ao Conselho Diretivo de Baldios de Rio de Onor e trata-se de uma árvore centenária, de porte considerável, de fuste grosso e copa ampla, constitui uma referência geográfica, fazendo parte das memórias das populações locais. A outra árvore classificada é um Castanheiro localizado no Vale de Quinto – Lugar de Portela, Freguesia de Gondesende, pertencente à Comissão Fabriqueira de Portela, conhecido pela sua antiguidade.

mm
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Proteção Civil Municipal

Na área da proteção civil procedeu-se ao espalhamento de sal em todas as vias urbanas e rurais com ocorrências de formação de geadas, de forma a garantir a segurança de pessoas e veículos.



No âmbito da Comissão Municipal de Proteção Civil procedeu-se à elaboração do Plano de Contingência para a abastecimento de água a Bragança, à elaboração do Plano Prévio de Intervenção de Neve e Gelo e à realização do exercício tipo LIVEX para testar o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Bragança de Bragança. Neste exercício de simulação participaram 125 pessoas, de 12 entidades que integram a Comissão Municipal de Proteção Civil, e 25 viaturas participaram,

Esta ação, para além de observar e testar a operacionalidade dos meios, teve como objetivo avaliar a interação e comunicação entre as diferentes entidades no teatro de operações.

Neste exercício participaram elementos da Câmara Municipal de Bragança, Bombeiros Voluntários de Bragança e de Izeda, GNR, PSP, Santa Casa da Misericórdia de Bragança, Segurança Social, Portugal Telecom, Duriense Gás, EDP, Unidade Local de Saúde do Nordeste e do Centro Distrital de Operações de Socorro.



Divisão de Mobilidade e Energia

A unidade orgânica de Mobilidade e Energia, com uma despesa de 1.232.813,50 euros, realizou projetos e atividades no âmbito de:

Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)

A frota do STUB é composta por 18 autocarros, com uma capacidade média de transporte de 46 lugares, sendo a idade média da frota é de 11,5 anos. Onze autocarros foram adquiridos na última década, razão porque a idade média não é elevada, no entanto temos alguns autocarros com idade muito elevada, por no período de 1990/1997, só ter sido adquirido um autocarro. A caracterização da frota é:



Caracterização da Frota do STUB

Marca	N.º Lugares	Mês da Compra	N.º de anos em Dez. 2012
WV	17	Jan-12	1,0
Mercedes	22	Dez-08	4,1
Mercedes	22	Dez-08	4,1
Mercedes	22	Dez-08	4,1
Gulliver	20	Abr-05	7,8
Gulliver	20	Abr-05	7,8
Gulliver	20	Abr-05	7,8
M.A.N.	40	Abr-03	9,8
M.A.N.	40	Abr-03	9,8
M.A.N.	40	Abr-03	9,8
M.A.N.	40	Abr-03	9,8
M.A.N.	47	Ago-00	12,4
M.A.N.	47	Ago-00	12,4
Volvo B6	66	Jan-98	15,0
Volvo B6	66	Mai-96	16,7
Volvo B10	100	Jul-88	24,5
Volvo B10	100	Fev-88	24,9
Volvo B10	100	Fev-88	24,9
Média =	46	Idade Média =	11,5

No ano de 2011, o STUB efetuou 458.849 quilómetros e transportou cerca de 237.502 passageiros nas 12 linhas diárias e 4 linhas semanais.

Serviço de Transportes de Turismo

A frota afeta ao serviço de transporte de turismo é composta por dois autocarros, com uma capacidade média de 40 lugares, sendo a idade média da frota de 13,7 anos.

FROTA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE TURISMO

Marca	N.º Lugares	Mês da Compra	Anos em Dez. 2012
VOLVO	51	Jan-98	14,9
M.A.N.	28	Jul-00	12,5
Média =	40	Idade Média =	13,7

No ano de 2012, o serviço de transporte de turismo efetuou 241 viagens, transportou 5.906 passageiros percorrendo 36.787 Quilómetros. No período escolar, o serviço de transporte de turismo efetuou transporte diário de alunos do 1.º ciclo para as atividades extra curriculares.

Os dois veículos estão licenciados para o transporte de crianças em conformidade com a Lei n.º 13/2006 e foram ainda formados todos os motoristas na área do transporte coletivo de crianças.

Maquinaria e Equipamento diverso

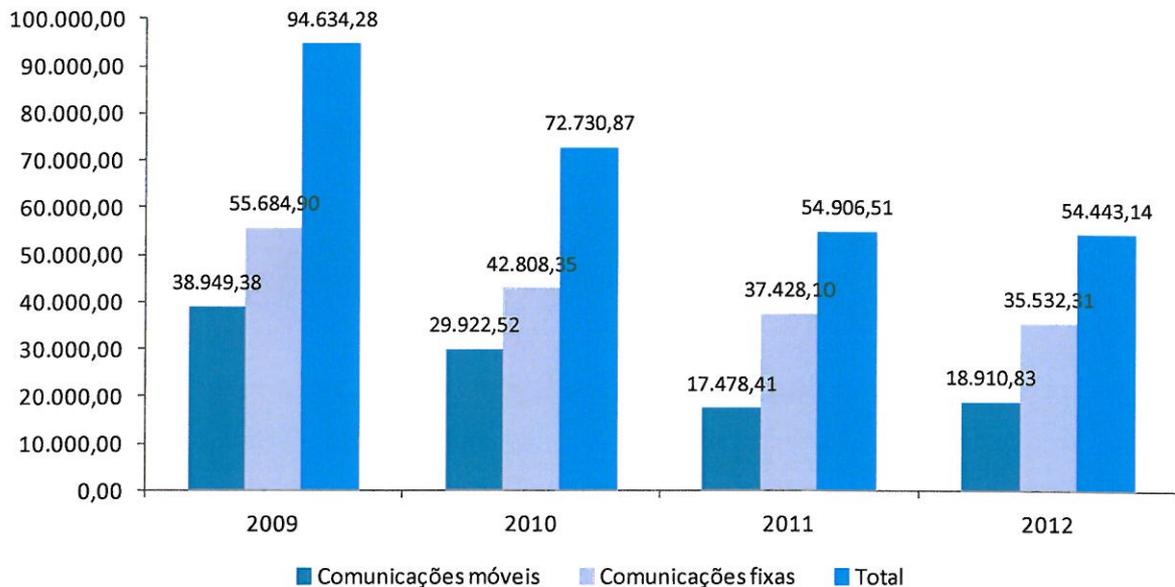
A renegociação dos contratos de fornecimento de telecomunicações com os operadores efetuados em 2007 e implementação de um modelo de gestão baseado na disponibilização para cada utilizador dos seus gastos mensais, permitiu inverter a tendência da evolução crescente da faturação com as telecomunicações. Verificou-se uma redução de mais de 30% da faturação das comunicações fixas no período 2008 a 2011.

A mudança de operador de comunicações móveis ocorrida em Agosto de 2010, no decorrer de um procedimento de concurso público, permitiu uma poupança com a fatura com os telemóveis em cerca 40 % no de 2011 em relação ao ano de 2010.

As evoluções tecnológicas na aérea das telecomunicações permitem arranjar formas de minimizar os gastos em telecomunicações. Para tal, depois de terminado o estudo para reestruturação da rede de telecomunicações do Município, com a integração dos serviços da rede fixa e móvel numa arquitetura única, baseada numa rede virtual de comutação disponibilizada por um operador. E, não tendo sido possível, por imposição legal, a instalação de uma rede de fibra ótica que interliga todos os edifícios municipais, foram estudadas novas soluções tecnológicas baseadas no wireless ou aluguer de canais de banda larga dedicados. Com base nesta arquitetura de telecomunicações, foi lançado, no ano de 2012, um concurso público para o fornecimento destes serviços, integrando as futuras instalações municipais em construção. Espera-se, no ano de 2013, melhorar a qualidade de serviço das comunicações de voz e dados (fixas e móveis), reduzindo os custos de operação em cerca de 50%.

Desta forma, toda a rede de telecomunicações do Município será uma só, independentemente da atual descentralização dos serviços, com um único número de contacto e uma só telefonista.

Evolução dos Custos com Comunicações (2009/2012)



Valores em euros

Iluminação Pública

Continuar os trabalhos de melhoria da iluminação pública no concelho, por intervenção direta do Município ou em colaboração com outras entidades, nomeadamente a EDP, destacando-se a melhoria e reestruturação da rede com instalação de novos postos transformação nas aldeias de Gostei, Sarzeda, Salsas e Vale Lamas, execução de remodelações de redes de Baixa tensão nas aldeias de Gimonde, Calvelhe, Babe e Campo Redondo, bem como, a remodelação de iluminação pública na Av. Pavillon sous bois.

Destaca-se ainda, a substituição, em várias aldeias do concelho, de 410 lâmpadas de mercúrio (brancas) por lâmpadas de sódio (amarela) com melhor eficiência energética.

Continuaremos de forma sustentada a intervir na iluminação da cidade remodelando redes ou substituindo luminárias a par da requalificação urbana. Sendo que, no ano de 2012 foram instalados 41 novos pontos de luz. No âmbito da redução da fatura energética com a iluminação pública, desenvolveu-se as seguintes ações:

1 – Na área rural

Iniciou-se no verão de 2011 uma verificação exaustiva da iluminação pública em todo concelho, com a colaboração da Juntas de Freguesias, no sentido de identificar pontos de luz em situação irregular ou desnecessários. Até ao final de 2012, foram desligados 646 pontos de luz.

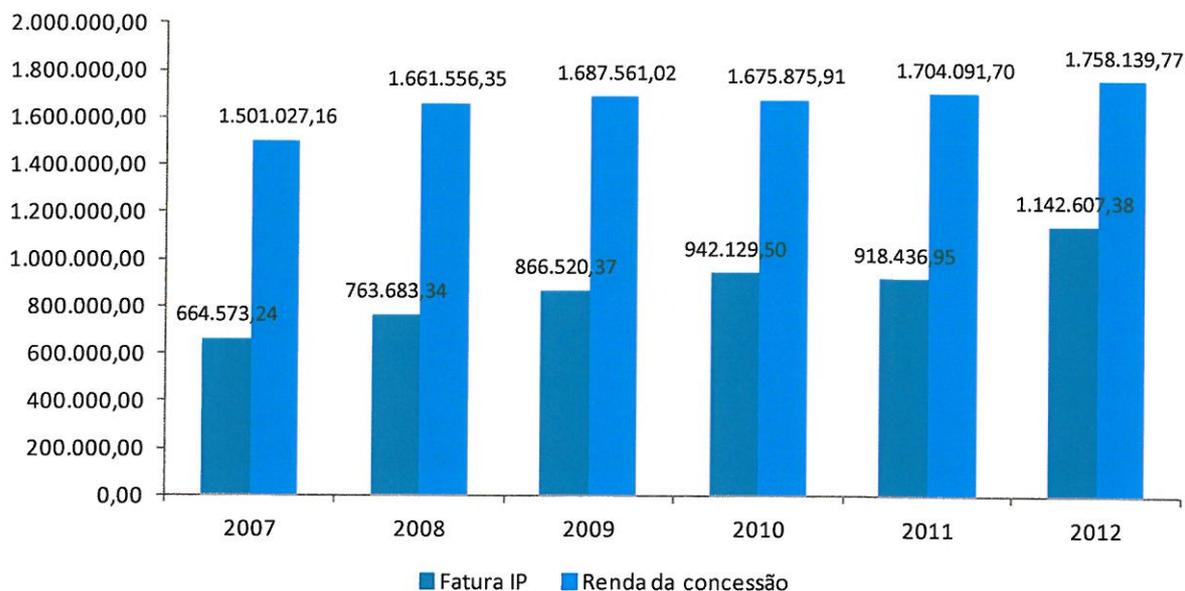
2 – Na área urbana

Durante o ano de 2012, foram desligados 195 pontos de luz durante toda a noite e 394 a partir da meia-noite, pontos de luz que não interferem com a segurança pública.

O gráfico mostra a evolução do custo da energia em iluminação pública e da renda de concessão entre 2007 e 2012. Verifica-se um aumento de cerca de 3,2% no custo da energia em iluminação pública no ano de 2012 em relação ao ano de 2011, tal facto, é consequência do aumento do IVA (de 6 para 23%) ocorrido no final do ano de 2011 compensado pelas medidas de poupança implementadas em 2011 e 2012.

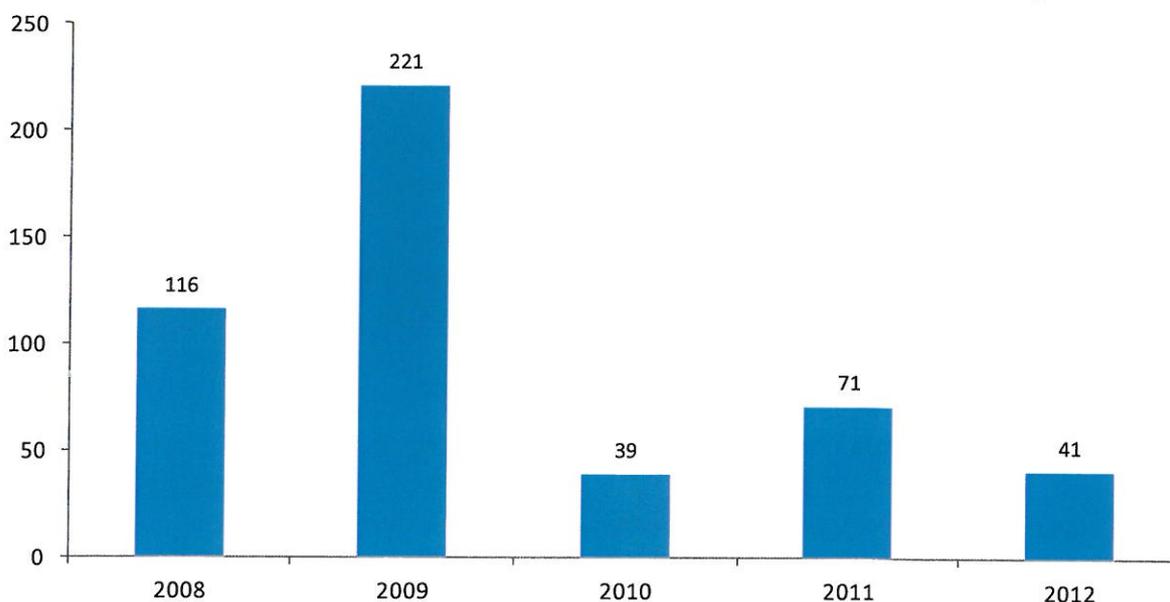
O rácio "Iluminação pública/renda" para o ano de 2012 é de 65%, o que reflete um saldo financeiro positivo evidenciando a gestão cuidada dos últimos anos no que respeita à iluminação pública.

Evolução do custo do consumo de energia em iluminação pública e da Renda de Concessão (2007/2012)



Valores em euros

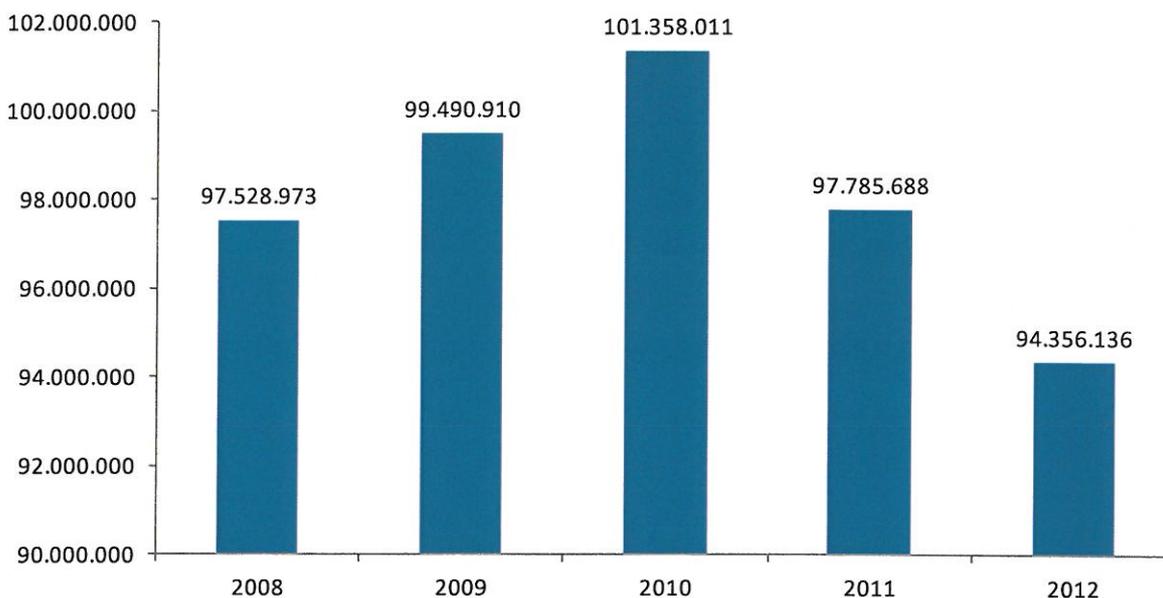
N.º de Pontos de luz colocados nas freguesias do concelho (2008/2012)



Energia

O gráfico descreve a evolução dos consumos de energia elétrica (baixa tensão) verificada no Concelho de Bragança entre 2008 e 2012. Verifica-se uma diminuição de 7% dos consumos de energia entre 2010 e 2012, poderá ser consequência da atual conjuntura económica

Consumos de energia elétrica (baixa tensão) no Concelho de Bragança, em Kwh (2008/2012)

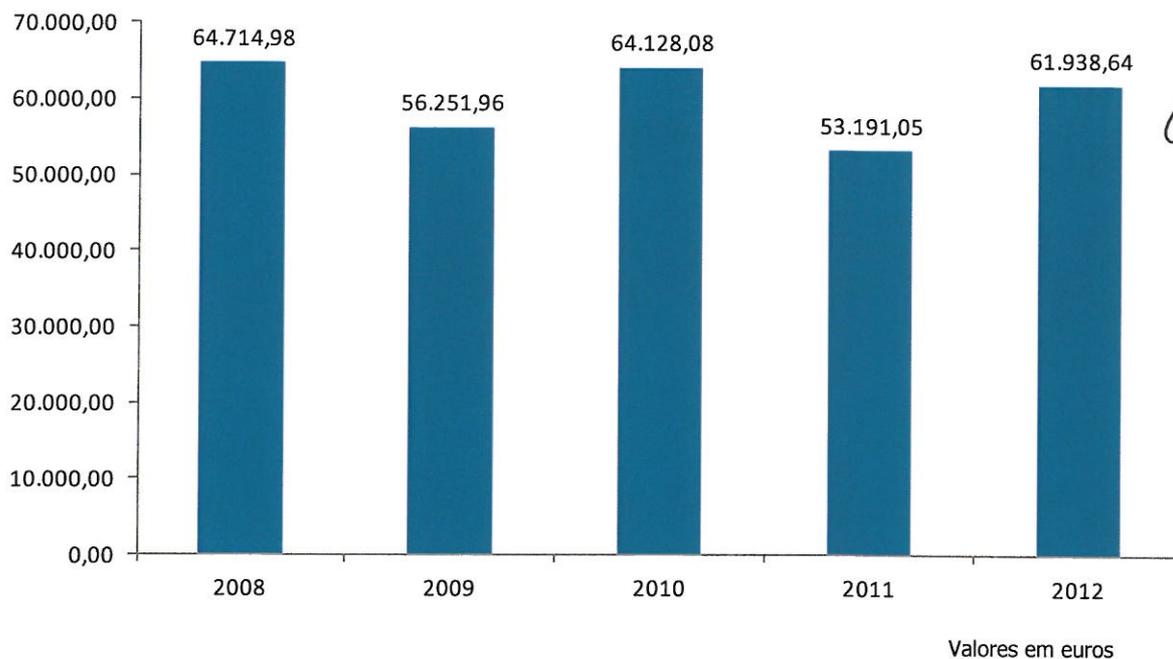


Apostados numa política de contenção de despesa e de estratégia na utilização das energias alternativas, foram, em 2009, instaladas 4 unidades de microprodução com fonte de energia solar em outros tantos edifícios municipais, sendo que, no ano de 2011, foi iniciada a instalação da micro central do Fervença que foi concluída em 2012. No âmbito da reconversão urbanística da zona do Forte São João de Deus, iniciou-se no final do ano de 2012, a construção duma central solar de mini produção com potência instalada de 250 KW.

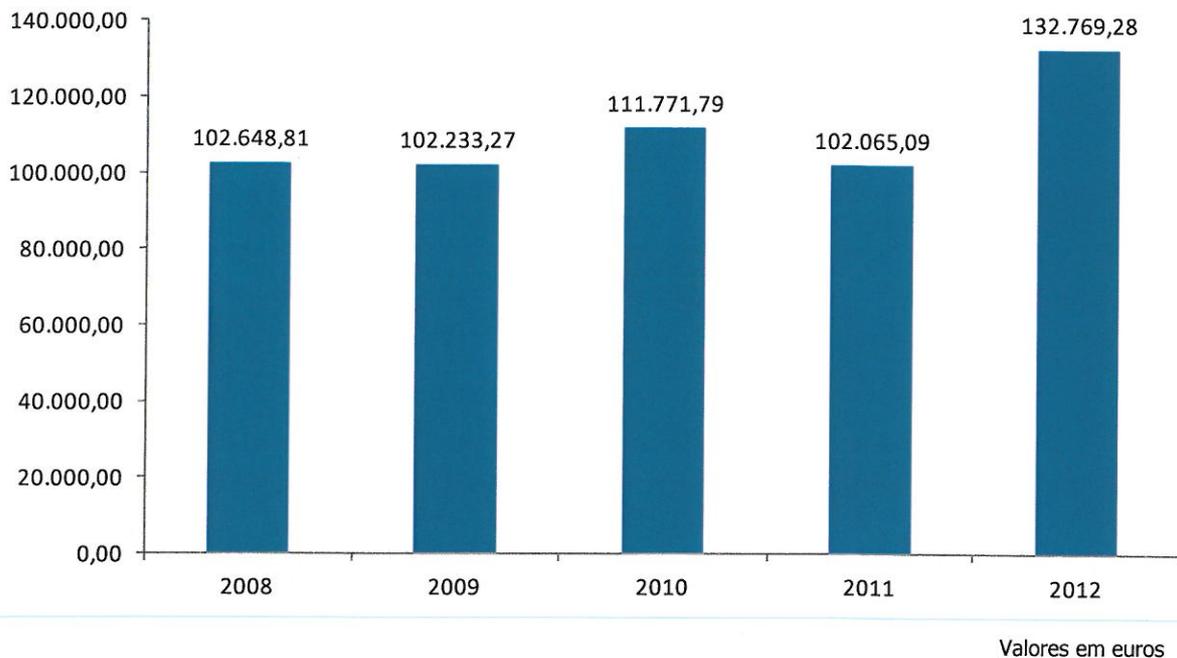
Cientes da importância da poupança de energia e da necessidade de uma política energética concertada para o município, foi executado o "Plano de Ação para a Eficiência Energética do Município de Bragança". Este documento define as possíveis ações a desenvolver pelo município nas áreas das energias renováveis e na eficiência energética, com indicação das prioridades. Iniciou-se em 2011, a aplicação de algumas dessas medidas, nomeadamente a instalação de molas de fecho automáticos nas portas dos equipamentos municipais e colocação de baterias de condensadores em alguns equipamentos para compensar a energia reativa fortemente penalizadora na fatura de eletricidade.

Iniciou-se no ano de 2010, uma campanha progressiva de substituição dos semáforos convencionais existentes na cidade por semáforos com tecnologia a Leds O horizonte da reconversão total dos semáforos da cidade para esta nova tecnologia é o ano de 2013.

Evolução dos custos da eletricidade nas escolas (2008/2012)

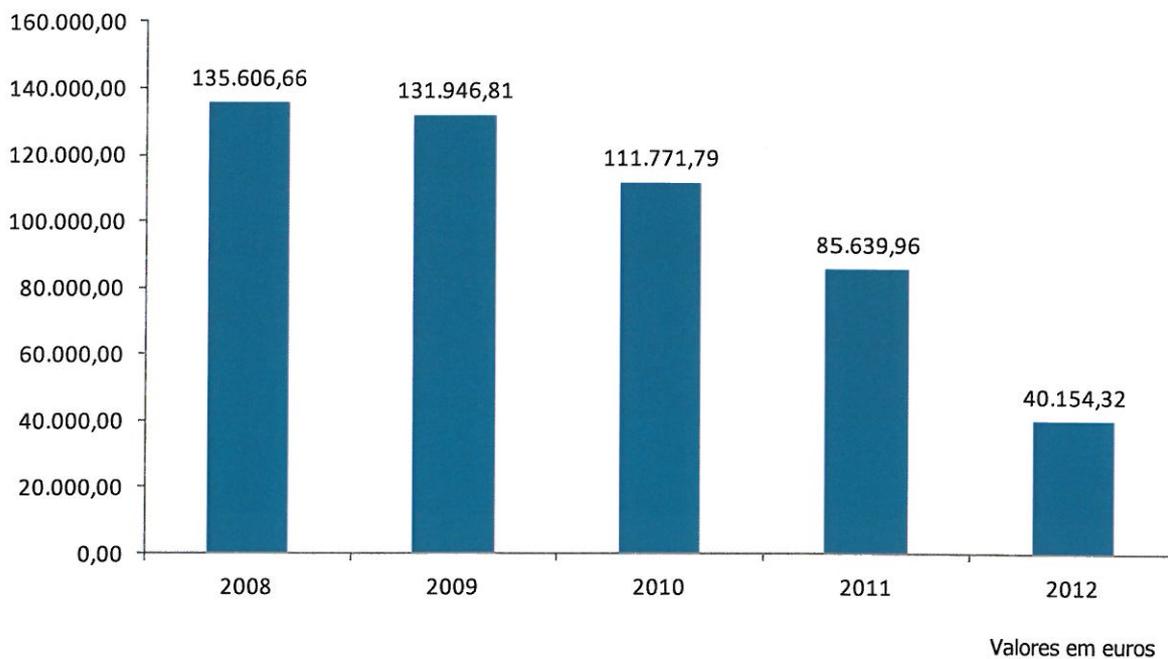


Evolução dos custos da eletricidade com as infra-estruturas "Edifícios em Baixa tensão" (2008/2012)



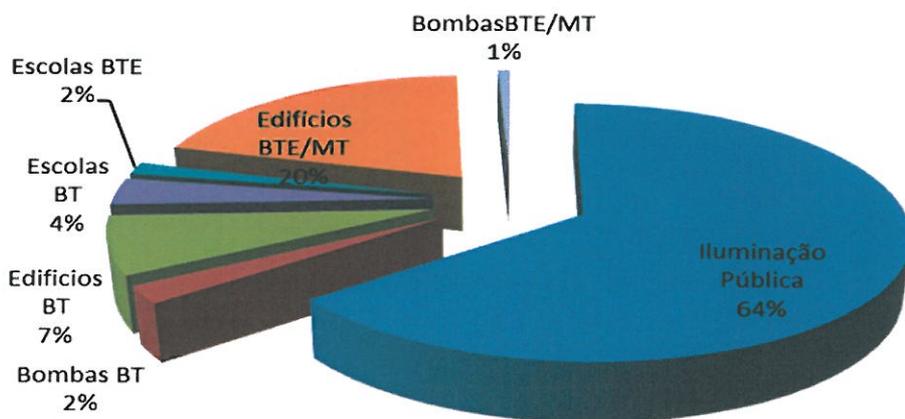
Handwritten signatures and initials:
Muy
Hui
A

Evolução dos custos da eletricidade com Bombas de Água (2008/2012)

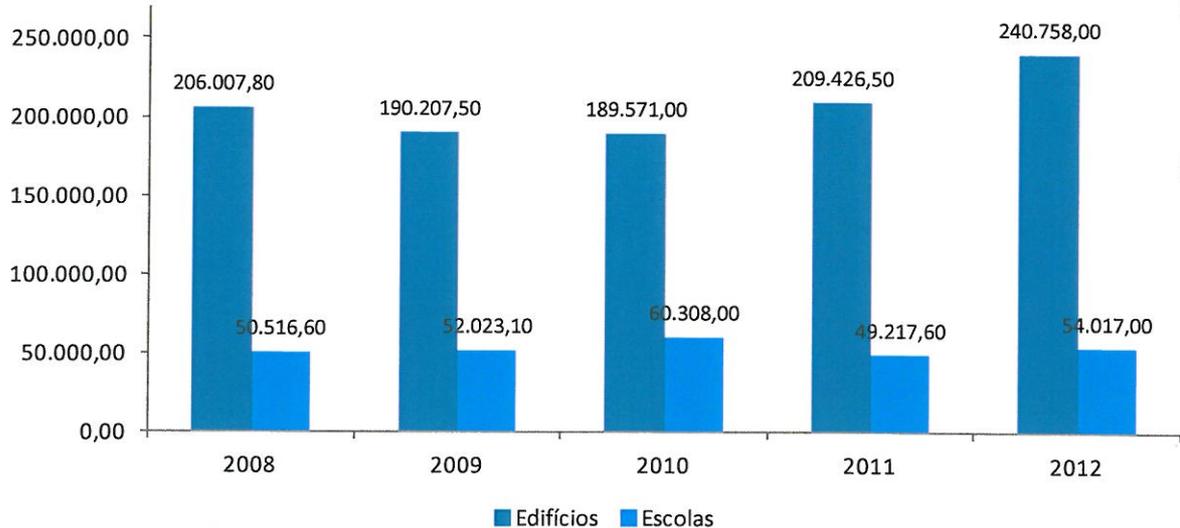


Verifica-se uma diminuição acentuada da despesa energética com as bombas de água, resultante da transferência da gestão e exploração destes equipamentos para a empresa AGS.

Distribuição da fatura de eletricidade por tipo de consumidor (ano de 2012)



Evolução dos custos com gás natural (2008/2012)



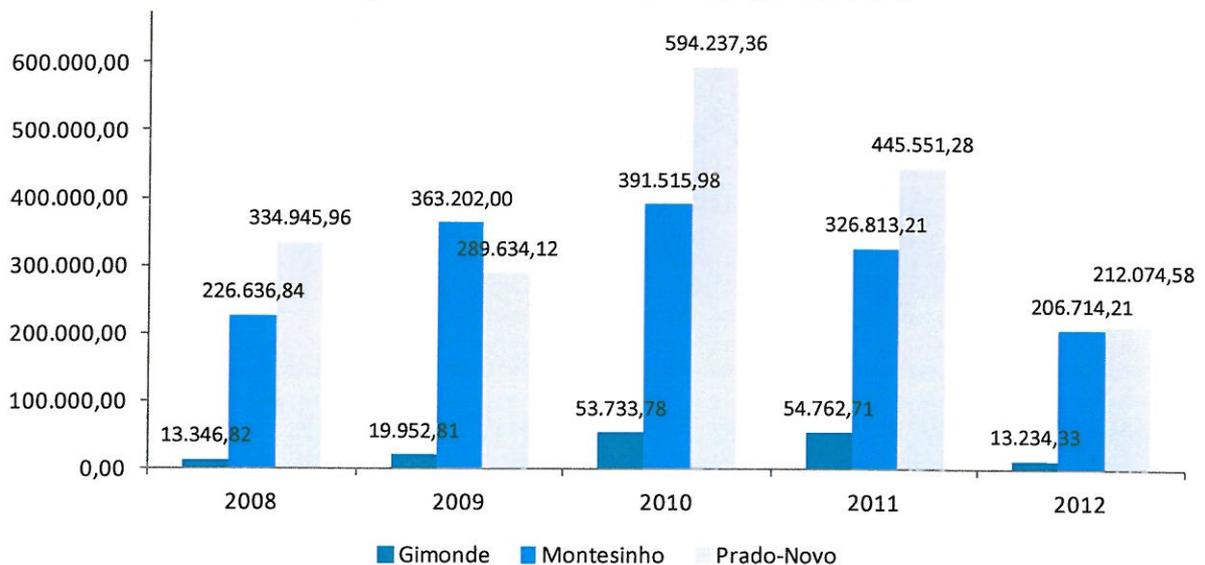
Valores em euros

Distribuição da fatura de gás natural por tipo de consumidor (ano de 2012)



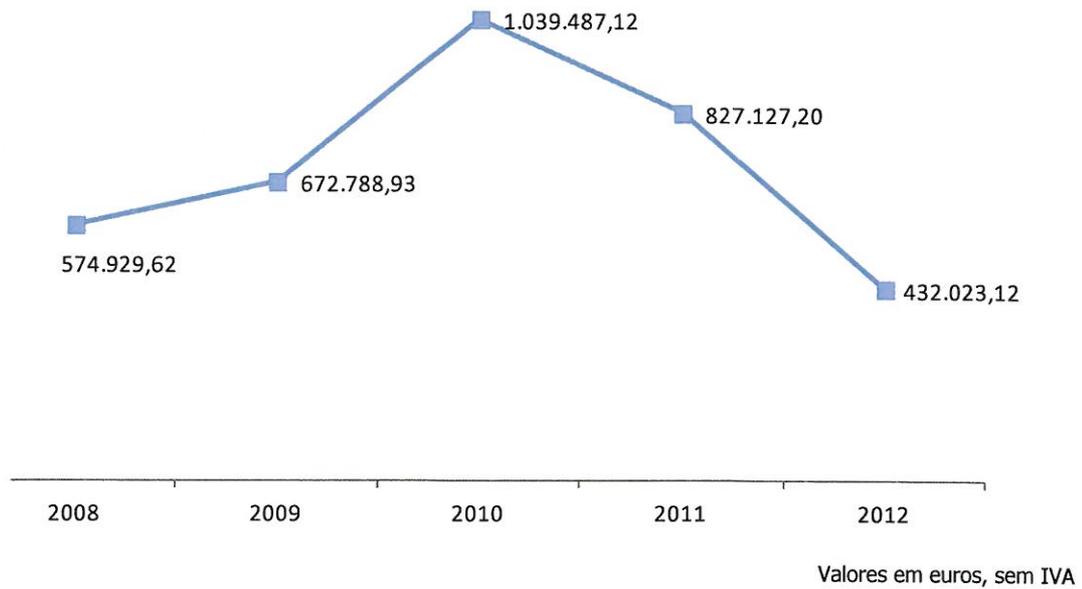
A produção de energia verificada no ano de 2012 nas centrais hidroeléctricas do Prado-Novo, Montezinho e Gimonde foi de 4.866.229 kWh, o que corresponde a uma faturação de 432.032,12 euros (sem IVA), contribuindo para uma redução na emissão de CO₂ em 1.178 Toneladas.

Produção das Centrais Hidroeléctricas (2008/2012)

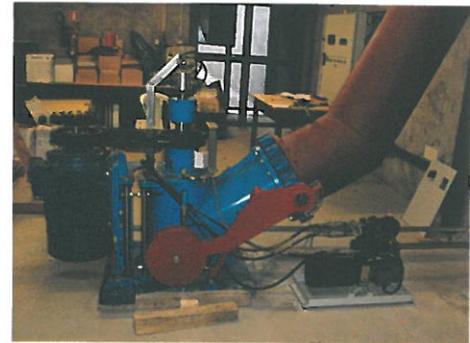


Valores em euros

Evolução da Produção das Centrais Hidroelétricas (2008/2012)



No ano de 2012 procedeu-se à instalação, no Centro de Ciência Viva de Bragança, de uma central de mini-produção baseada numa micro central hidroelétrica de 50 KW destinada a produção de energia elétrica, para utilização do edifício e venda do excedente à EDP, utilizando o sistema adutor da antiga central elétrica do Fervença. No âmbito deste projeto, serão instalados "interfaces" informáticos para fins didáticos.



Apostados numa política de contenção de despesa e de estratégia na utilização das energias alternativas foi otimizado o sistema solar térmico existente nas piscinas, verificando-se no ano de 2012 um ganho de eficiência de 12 % em relação ao ano de 2011.

No ano de 2012, as 4 unidades de microprodução com fonte de energia produziram 22.200 kWh, o que corresponde a uma faturação de 14.650€ (sem IVA), contribuindo para uma redução na emissão de CO2 em 4 Toneladas

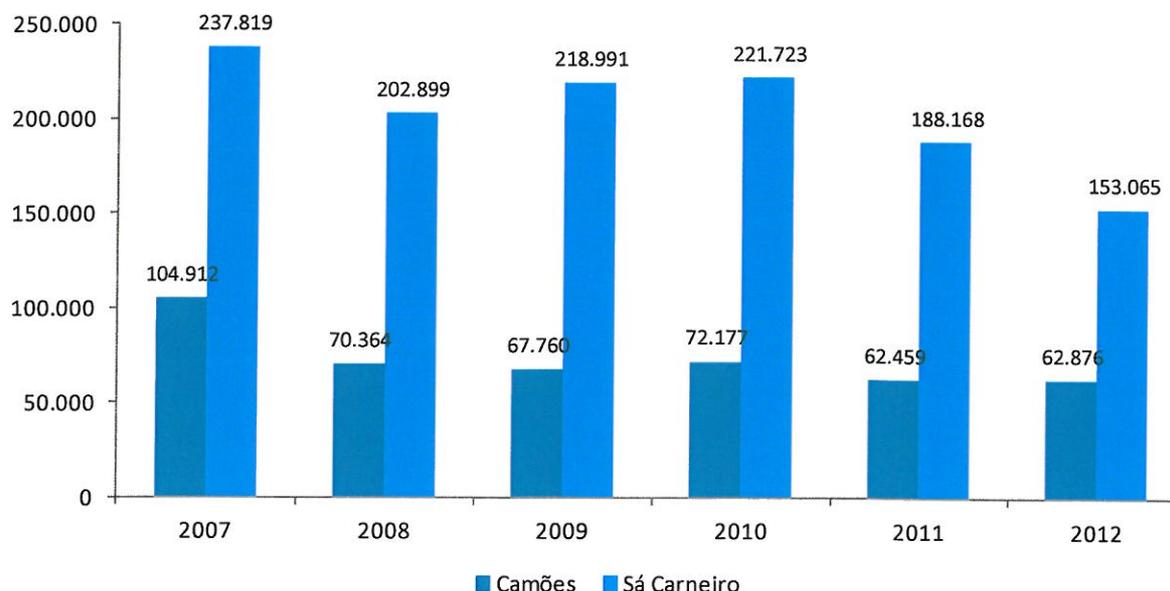


Estacionamento

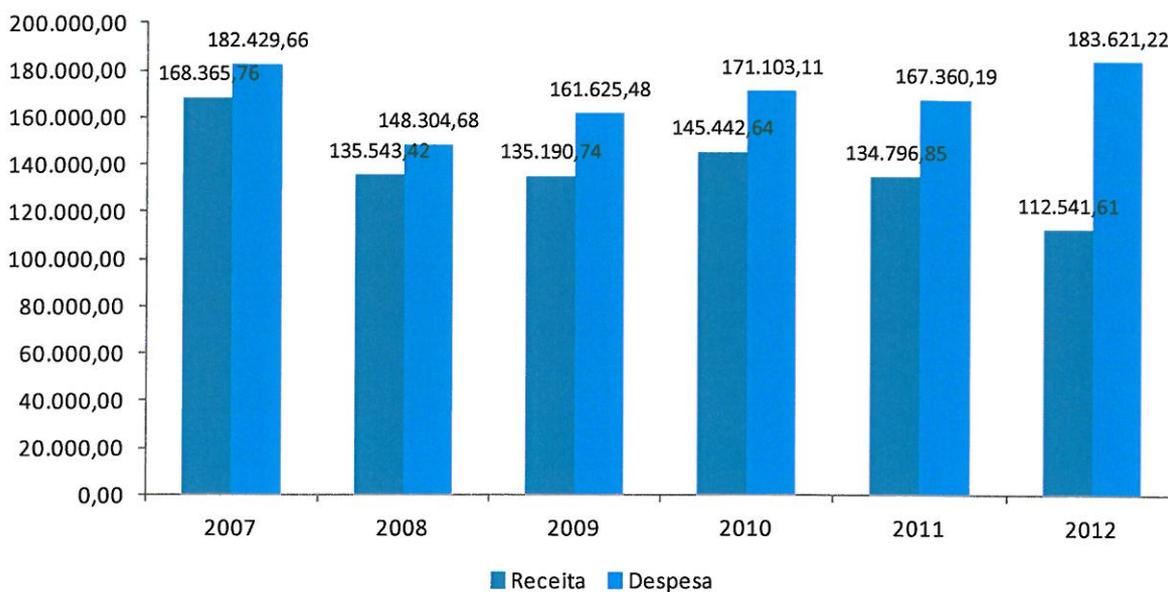
No ano de 2012, verificou-se uma diminuição na utilização do estacionamento subterrâneo em cerca de 14,7% em relação ao ano anterior. No que respeita ao estacionamento condicionado de superfície, também se verificou uma diminuição nas receitas em 15,7% em relação ao ano de 2010.

Tendo em conta que as taxas com estacionamento não sofreram qualquer aumento no ano de 2011, podemos concluir que a menor procura na utilização do estacionamento poderá ser consequência da atual conjuntura económica.

Evolução da procura nos Parques Subterrâneos (2007-2012)

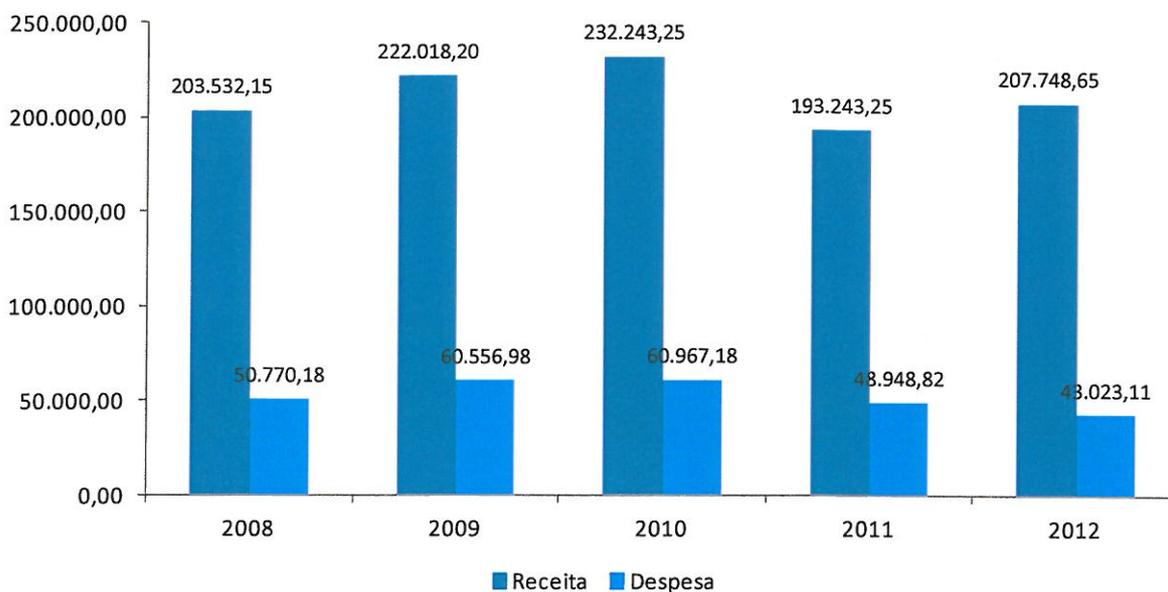


Balço Financeiro dos Parques de Estacionamento subterrâneos (2007/2012)



Valores em euros

Evolução das Receitas e das despesas com Estacionamento Condicionado (2008/2012)



Valores em euros

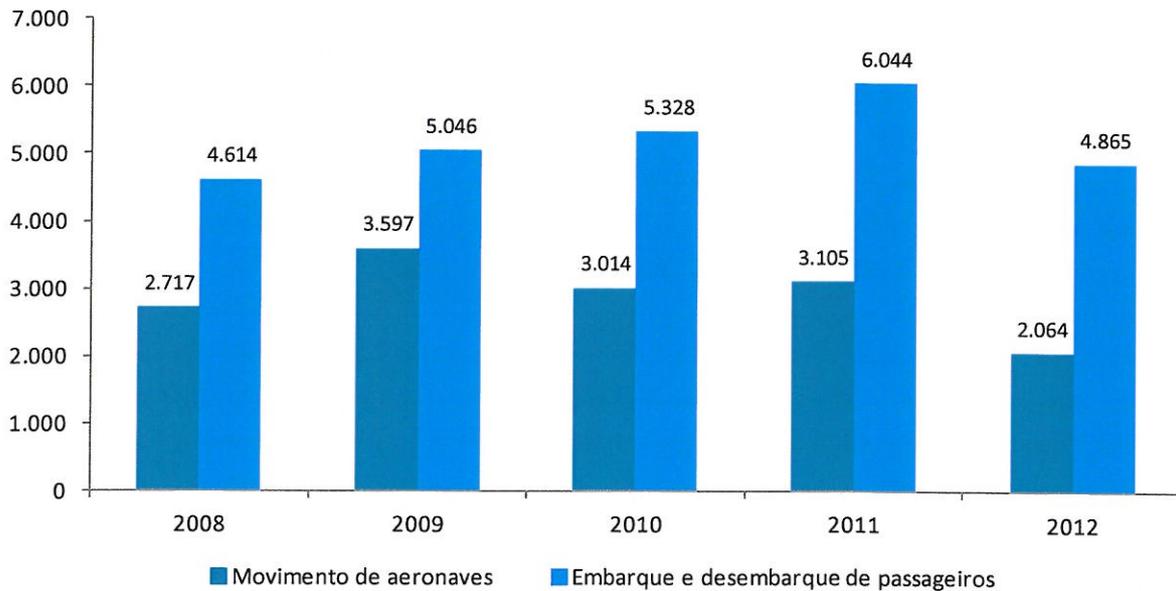
Transportes Aéreos

O aeródromo tem certificação, pelo INAC, para vários serviços prestados por aquela infra-estrutura, nomeadamente, os serviços de informação aeronáutica (AFIS) e prestação de rádio ajudas.

Está para aprovação no INAC, o Manual de Aeródromo, bem como a revisão dos Planos de Emergência e de segurança.

A carreira aérea Bragança-Lisboa-Bragança foi suspensa desde de Outubro de 2012.

Aeródromo Municipal - Evolução do n.º de Passageiros e Aeronaves (2008/2012)



O tráfego verificado no aeródromo no ano de 2012, foi de 2.064 movimentos de aeronaves (-33,5%) e 4.865 embarques ou desembarques de passageiros (-19,5%). Estes resultados são consequência da suspensão da linha aérea Bragança-Lisboa-Bragança em Outubro de 2012.

Departamento de Educação, Social e Cultural

Divisão Sociocultural e Turismo

Serviço de Ação Social

O ano de 2012 representou na área social uma afirmação mais significativa do amplo processo de crise económica e social iniciado em 2008/09. Este ciclo longo de crise económica produziu assim um reforço das desigualdades sociais e aprofundou a situação de carência dos grupos sociais de risco já conhecidos e tipificados em momentos anteriores, mas também originou novas formas de exclusão social e de pobreza que as instituições públicas e sociais habitualmente não geriam e intervencionavam.

No plano local, perante esta tendência de agravamento das condições sociais de várias franjas da população residente no concelho de Bragança, constatou-se que crianças e jovens e pessoas idosas persistem como grupos de elevado risco, ambos correlacionados diretamente com os fracos recursos económicos devidamente ponderados em termos reais e não somente em termos nominais/brutos. Este último fenómeno, aparentemente de cariz económico mas de profundo impacto social, significa que os rendimentos líquidos das famílias sofreram um emagrecimento notório devido ao aumento do custo de vida e à real diminuição das fontes de rendimento (com origem no trabalho/emprego) dos agregados familiares, tornando-os progressivamente mais vulneráveis e expostos a situações enquadradas no limiar de pobreza ou mesmo experimentando uma espiral de empobrecimento.

Acresce assim salientar que os fenómenos de privação económica aumentaram este ano fruto da acumulação anterior de fatores de risco, especificamente, os relacionados com o fenómeno do desemprego, que apesar de relativamente estabilizado representa fundamentalmente em Bragança a falência/redução de oportunidades num mercado de trabalho interno e externo sazonal (com especial incidência nos sectores agrícola e construção civil).

A comprovar este fator podemos verificar um aumento de famílias que regressam ao município por inviabilidade dos seus projetos de vida no exterior do concelho de Bragança, oriundos de cidades nacionais do litoral e/ou de cidades estrangeiras onde residiram e trabalharam temporariamente.

As consequências mais visíveis da privação económica concentram-se na incapacidade das famílias em cumprirem os seus pagamentos mensais mais básicos como a renda/empréstimo da casa, das despesas de água e eletricidade, na alimentação, nas várias responsabilidades perante os filhos menores e em idade escolar. Perante este cenário não constituirá surpresa a enorme pressão social sobre as IPSS da Rede Social de Bragança e sobre a atuação do Município. Acresce a este cenário a persistência de fenómenos de violência doméstica, frequentemente direcionados sobre a população feminina, e manifestamente evidentes em períodos de crise económica traduzidas amiúde em crises conjugais.

Apesar da aposta na continuidade de programas de atenuação das despesas familiares, como o tarifário de água para família carenciada / numerosa (mais de 6 elementos) e da permanente renegociação de dívidas das famílias (rendas sociais e débitos de água) é possível verificar noutros quadrantes a persistência de formas de pobreza que se alargam na sua natureza, forma e características.

O exemplo da área da ação social escolar é categórico e ilustra as dificuldades das famílias em garantir a cobertura de despesas associadas aos restantes elementos dos agregados familiares, verificando-se o aumento gradual do número de isenções e de reduções de pagamentos de refeições e de atribuição de suplementos alimentares, bem como um mais frequente incumprimento de pagamento nos prazos regulamentados, ilustrativo da dificuldade de gerir o orçamento familiar disponível mensalmente.

No domínio da habitação social verifica-se um duplo fenómeno que comprova a elevada pressão nos mecanismos de atribuição de habitações com rendas apoiadas. Por um lado, são atualizados os processos dos anos anteriores significando a persistência de problemas habitacionais graves, por outro lado, denota-se um crescimento de novos pedidos de habitação motivados pela crescente incapacidade de pagamento dos valores de renda praticados no mercado imobiliário do concelho. É relevante salientar a importante intervenção sobre o parque habitacional edificado do Bairro Social da Mãe d'Água que se traduziu numa melhoria significativa das condições habitacionais, intervenção ao nível das coberturas, fachadas e caixilharias, permitindo um inegável conforto aos seus residentes, bem como uma evidente eficiência energética com poupança nas despesas correntes dos seus moradores.

De forma a oferecer uma resposta habitacional aos agregados mais carenciados efetuaram-se obras de recuperação em vários imóveis pertencentes ao município (frações vagas/devolutas dos bairros sociais) tendo-se procedido ao realojamento de 10 famílias (5 famílias, por semestre), em 2012. Os serviços jurídicos do município intensificaram as ações de notificação e de resolução legal de casos irregulares no domínio da habitação social, coadjuvando este esforço de realojamento de famílias com grave carência habitacional, derivada essencialmente de privações económicas, problemas de saúde e incapacidade de garantir aos elementos menores de idade condições condignas e vitais pra o seu bem-estar e salvaguarda do seu normal desenvolvimento.

No domínio da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, verificou-se um relativo agravamento do número de novos casos, sendo que em 2012 foram abertos 47 processos novos face aos 37 casos abertos em 2011. Estes casos revelam igualmente alguns traços da crise pois encontram-se associados mais predominantemente a variadas formas de negligência, como os níveis da higiene e o défice de acompanhamento das crianças, bem como ao nível da qualidade da relação familiar. Por outro lado, verifica-se que persistem problemas associados às deficientes condições habitacionais, bem como ao nível de problemas de absentismo escolar/abandono escolar. Finalmente, a exposição a comportamentos desviantes mantém-se como problemática pertinente, frequentemente correlacionados com fenómenos de violência doméstica.

No domínio da rede social, a sua missão foi concentrada em duas frentes de intervenção sobre os processos de exclusão social mais expressivos no concelho. Desta forma, foi criado o GTPI – Grupo de Trabalho sobre Pessoas Idosas, essencialmente vocacionado para intervir eficazmente nas situações de maior vulnerabilidade da população idosa e melhorar a qualidade de vida e segurança desse grupo de risco. Este objetivo foi concertado com o programa Censos Sénior promovido pela GNR.

Nos dias 9 e 10 de Maio, realizou-se a II Feira de Emprego, Educação e Solidariedade do Concelho de Bragança, em colaboração com o Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires, no âmbito do CLDS. Nesta edição, foi apresentada a Carta Social do Concelho de Bragança, o Guia de Boas Práticas e a Plataforma de Apoios Sociais. Foi, também, realizada uma conferência sobre "O envelhecimento ativo", proferida pela Dr.ª Filomena Morgado.



Foi organizada, no mês de janeiro, a 8.ª edição do "Encontro de Imigrantes" do Concelho de Bragança no qual marcaram presença mais de 260 pessoas de 21 nacionalidades diferentes e, no dia 8 de julho, mais de 1.500 pessoas, de todas as idades e oriundas de todo o concelho de, marcaram presença no 9.º Encontro de Gerações, que teve lugar no Castelo de Bragança e na área envolvente.



Encontro de Gerações



Encontro de Imigrantes

Serviço de Animação e Equipamentos Culturais
Centro de Arte Contemporânea Graça Morais

No núcleo de exposições temporárias foram realizadas quatro exposições durante o ano de 2012: "Pintura Interrogada" do artista Sevilhano Luís Gordillo, "Os caminhos da água e do corpo sobre a terra", de Alberto Carneiro, "Edgar Martins I The Time Machine" e "Lameiros" de Pedro Calapez. Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais estiveram patentes três exposições: "A Caminho do Medo", "Nós na Arte – Graça Morais nas Tapeçarias de Portalegre" e "Mapas e o Espírito da Oliveira".



Em parceria com a Bienal Internacional de Gravura do Douro, o Centro de Arte promoveu no seu espaço uma exposição de Hugo Bésard (Bélgica) e no âmbito do Projeto [RE]ANIMAR, projeto coletivo orientado por Mafalda Almeida e Magda Cordas, docentes do Instituto Politécnico de Portalegre, expôs a instalação [RE]Animar, exercício experimental que visa novas formas de conceber e explorar o brinquedo ótico – Zootrope, no qual se aliam duas temáticas emergentes da atualidade: Cinema de Animação e Reciclagem.

Decorreu entre 13 de abril a 2 de maio a oficina "Cinema de Animação", orientada por João Mendes e José Teixeira, cofundadores da produtora de audiovisuais HUSMA, na qual participaram 500 alunos. Nas férias escolares da Páscoa e no âmbito do Serviço Educativo do Centro de Arte, decorreu uma oficina de pintura de cavalete, arte de e na rua, conceção e exploração de brinquedos óticos, cinema de animação, arte a 3D, caça ao tesouro, jogos, modelagem e pintura de cerâmica.



Numa parceria com o Centro de Formação da Associação de Escolas Bragança-Norte, decorreu, entre os dias 12 e 19 de maio, a ação de formação: "Da Escola ao Museu: Práticas Pedagógicas Inovadoras", destinadas a professores do Ensino Básico e Secundário e público em geral.

Nos dias 19 e 20 de maio realizou-se mais um workshop de fotografia "A Arte de Ver", orientado pelo fotógrafo e repórter *frelancer* António Sá tendo as sessões teóricas decorrido no Centro de Arte Contemporânea e a componente prática no exterior, em espaço natural.

Decorreu nos dias 26 e 27 de maio a 4.ª viagem cultural, este ano a Guimarães – Capital Europeia da Cultura 2012. O Programa incluiu visitas ao Museu Alberto Sampaio, à Fabrica da Asa, ao Palácio dos Duques de Bragança, ao Teleférico, à Senhora da Penha, à Citânia de Briteiros e ao Centro Histórico.

No âmbito da exposição temporária LAMEIROS, de Pedro Calapez, realizou-se, no dia 6 de outubro, com a presença do artista, uma visita guiada à Central Hidroelétrica de Picote, onde se encontra uma das suas intervenções artísticas. Com uma significativa adesão do público, complementava o programa uma visita ao Barrocal do Douro, uma referência na Arquitetura Moderna Portuguesa que ficou conhecida por "Moderno Escondido", uma visita guiada ao Ecomuseu de Picote, ao Miradouro da Fraga do Puio e uma brava passagem pelo centro histórico de Miranda do Douro.

No dia 06 de junho, realizou-se uma visita noturna às exposições de Graça Morais e de Alberto Carneiro, ao som de temas musicais de época, interpretados pelo Coro do Conservatório de Música, BriChoirT, e no dia 6 de julho, numa colaboração com a Associação Coral Brigantino, o jardim do Centro de Arte foi, palco de um concerto de verão levado a cabo pelo Coral Brigantino Infantil e Coral Brigantino Infanto-juvenil.

Numa colaboração com a ACISB, realizou-se pela primeira vez, na noite de 15 de junho, nos espaços exteriores do Centro de Arte, uma nova edição do desfile "Bragança é Moda". Apesar da complexa logística necessária à apresentação do evento, é inegável o sucesso e a procura que representa, trazendo ao equipamento, entre

visitantes e participantes na iniciativa, cerca quinhentas pessoas. A mesma iniciativa, na edição outono/inverno, voltaria a repetir-se no espaço interior do centro, na noite de 16 de novembro.

Durante o ano de 2012 visitaram o espaço 13.027 pessoas e foram realizadas 121 visitas/jogo solicitadas por escolas e instituições.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje

Com o objetivo de promover a proximidade à comunidade escolar, o Museu da Máscara colaborou com a Escola Luciano Cordeiro, de Mirandela, no âmbito da disciplina de Educação Visual e Tecnológica, para a concretização da exposição "A Outra Face da Pedra", patente no Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes, em Mirandela.

Durante o ano, numa tentativa de valorizar o trabalho dos artesãos ligados à temática da máscara, expuseram os seus trabalhos no espaço do museu os artesãos: Miguel Moreira e Silva, Amável Antão e António dos Santos Alves.

Visitaram o Museu durante o ano 8.195 pessoas e foram realizadas 60 visitas guiadas.



Teatro Municipal de Bragança

Realizaram-se 83 espetáculos, num total de 114 sessões, assistidos por 25.137 espetadores. Fazem parte da história deste espaço os 3 festivais anuais que coproduzimos com o Teatro de Vila Real: FAN – Festival de Ano Novo, na sua 6ª edição, Festival Internacional Douro Jazz, na sua 9ª edição, que contou com a participação de Mário Laginha, Marta Hugon, Fanny Roz e Elisa Rodrigues + Júlio Resende e o Festival Internacional de Teatro. Mantivemos, também, os eventos de referência tais como: Cantar dos Reis, Gala das Escolas, Mostra de Teatro Escolar, Tempo para a Infância, Recitais de Fim de Tarde com os professores do Conservatório de Música de Bragança e o XV Encontro Internacional de Grupos Corais Cidade de Bragança.

Murilo
C
H
A



Destaca-se, ainda, a co-produção/residência artística com o Teatro da Garagem que culminou com a apresentação do espetáculo "A Comunidade" e, na dança, o espetáculo "The Elements" do grupo Quorum Ballet que realizou, também, um ensaio aberto ao público, e a Vortice Dance Company com o espetáculo "Drácula". No teatro destaca a presença da Companhia do Chapitô com o espetáculo "Édipo" e a produção "Chão de Água" pelo Teatro da Terra, que contou com a participação local do Coral Brigantino.

Biblioteca Municipal e Biblioteca Adriano Moreira

Durante o ano foi registada a presença de 31.610 utentes em todas as secções da biblioteca. Na seção infantil foram desenvolvidas várias atividades, tais como: projeção de filmes, desenho e pintura, hora do conto e outras atividades desenvolvidas no âmbito das oficinas de Natal e Páscoa.



Paralelamente, no espaço da biblioteca, estiveram patentes as exposições "Presépios de Natal" trabalhos efetuados pelos alunos do Colégio Sagrado Coração de Jesus, "O nosso olhar" de António Sá e AZIMUTE, "China Antiga" organização da Câmara Municipal, Instituto Politécnico de Bragança e Instituto Politécnico de Macau e

"Séculos de Relações Luso-Húngaras. Exposição Bibliográfica e Cartográfica" exposição em parceria com a Embaixada da Hungria e a Academia de Letras de Trás-os-Montes.

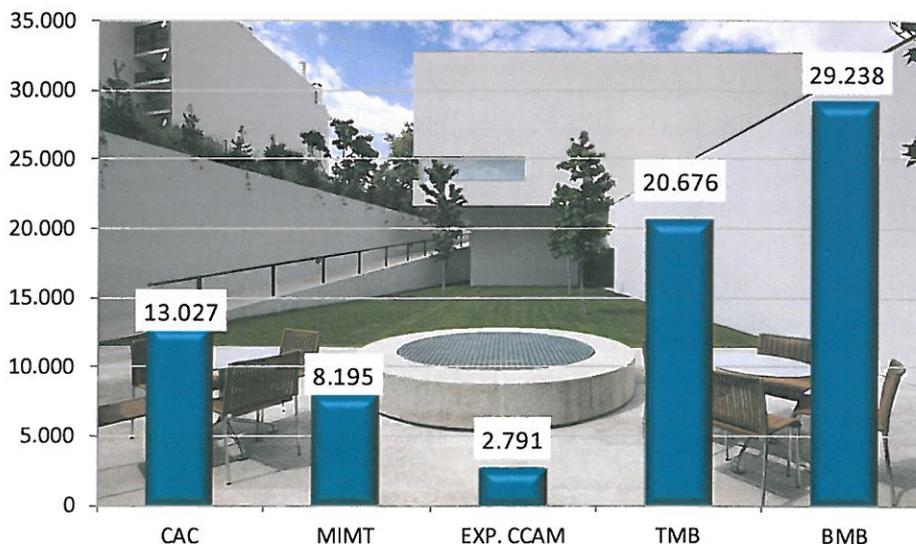
Centro Cultural Municipal Adriano Moreira - Exposições

Durante o ano de 2012 estiveram patentes nas salas Miguel de Cervantes e Luís de Camões 12 exposições de pintura, literatura, documental, música escultura e fotografia: "Caderno de Viagens," de Mário Ortega e Volúpia" de Cala, "Vertido" do artista espanhol José Arias, "Percurso" mostra de trabalhos dos alunos da área artística da Escola Secundária Emídio Garcia, "IX Bienal de Pintura do Eixo Atlântico" – Prémio Jovens Talentos Luso-Galaicos, "Formas de Sentir" de José Augusto Coelho e "Palavras d'olhar" de Jorge Pimentel, "Mielgos" de Manuel Bandarra, Amadeu Ferreira e João Ferreira, "Um Olhar, Outra Perspetiva" de Augusto Nunes, "Aprende-se Fazendo" de Amândio Gomes, "Últimos Combates Navais na Índia", do Museu da Marinha e "II Salão de Artes", docentes de expressão plástica do IPB.



O número de visitantes nos diferentes equipamentos culturais, em 2012 é apresentado no gráfico seguinte:

Visitantes nos equipamentos culturais - 2012



[Handwritten signatures and initials]

Turismo

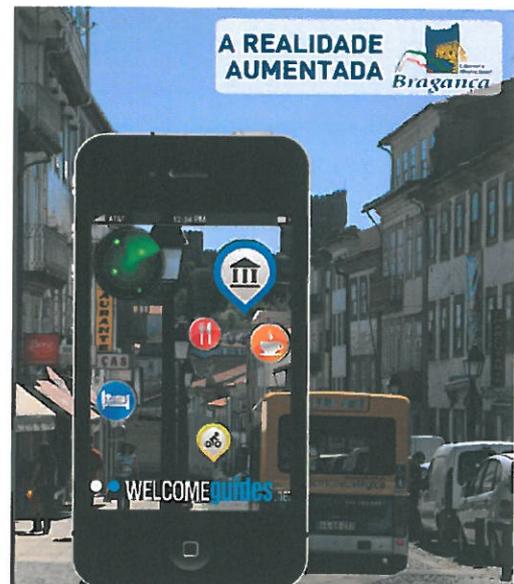
No Posto de Turismo foram atendidos durante o ano 22.469 turistas sendo na sua maioria de nacionalidade estrangeira, principalmente espanhola.

Foram realizadas visitas guiadas ao Centro Histórico e reeditado material de promoção e divulgação.

Em parceria com a entidade Turismo do Porto e Norte de Portugal, a Câmara Municipal de Bragança, organizou, no âmbito do programa "Fins-de-semana Gastronómicos", nos dias 17, 18 e 19 de fevereiro de 2012, o fim-de-semana gastronómico dedicado ao butelo e à casula. Aderiram a esta iniciativa, que teve como objetivos divulgar a gastronomia transmontana e promover a região a nível turístico, 12 estabelecimentos de restauração e bebidas do concelho e, integrada na mesma, foi feita a apresentação da Confraria do Butelo e da Casula.

Entre 29 de fevereiro a 04 de março de 2012, decorreu a Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) e o Município de Bragança esteve representado, conjuntamente com os restantes municípios da Terra Fria pela Associação de Municípios da Terra Fria.

Foi dado início à implementação do sistema Welcome Guides – guia interativo que possibilita o acesso, através de telemóvel, a informação variada relacionada com os equipamentos culturais, monumentos, museus, restaurantes, alojamento, caixas multibanco, etc., existente na área do concelho de Bragança.



No dia 18 de agosto, na *Domus Municipalis*, e integrado na Festa da História, foi apresentado ao público um guia interativo em realidade aumentada. Trata-se de um instrumento de informação que permite conhecer os pontos de interesse do município através de telemóvel ou Ipad.

Nesse mesmo momento foi, ainda, apresentado ao público um sistema de audioguias especialmente orientado para os turistas que pretendem visitar a cidade. Dispõem de informação alargada, e os turistas têm flexibilidade nos seus percursos e no acesso à informação.

De 1 a 4 de novembro, o Pavilhão do Nerba acolheu a 11.ª Feira Internacional do Norte – Norçaça, Norpesca & Norcastanha 2012, onde mais de 15 mil pessoas oriundas, sobretudo, do Norte do País e de Espanha visitaram os cerca de 100 stands de expositores.



Outras atividades

No dia 12 de janeiro de 2012, no Auditório Paulo Quintela, foi apresentado o documentário "Nome de Guerra, A viagem de Junqueiro", numa realização de Henrique Manuel Pereira. Decorreram 2 sessões durante o dia, para a comunidade escolar, e uma à noite, para o público em geral. Pormenores da vida e da obra do escritor transmontano foram revelados com a exibição desta longa-metragem, com 90 minutos de duração, que é o resultado de mais de 100 horas de filmagens e de 30 horas de entrevistas efetuadas a estudiosos, admiradores, familiares e amigos de Guerra Junqueiro.

No dia 18 de fevereiro, no Auditório Paulo Quintela, com o apoio da Câmara Municipal de Bragança, foi apresentado o filme/documentário "Festa dos Rapazes", realizado por Pierre Primetens. No dia 15 de março, no Auditório do Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, em parceria com a Academia de Letras de Trás-os-Montes, foi apresentado o Livro "Fermento de Liberdade", de António Sá Gué.

No dia 21 de março a Câmara Municipal de Bragança organizou, em colaboração com os agrupamentos de escolas e escolas secundárias, as comemorações do "Dia Internacional da Poesia", com várias atividades ao longo do dia: instalações, recitação de poesia, música, pintura ao vivo, estendal de poesia e representações, na Praça da Sé e ruas limítrofes.

No âmbito da exposição "China Antiga", que esteve patente na Biblioteca Municipal, decorreu no Auditório do Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, dia 11 de abril, a Conferência "O Lúdico na História do Oriente Português" e a Apresentação do Livro com o mesmo nome do Prof. Doutor Cândido Azevedo, do Instituto Politécnico de Macau.

No dia 18 de maio, o Museu Ibérico da Máscara e do Traje e o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais organizaram atividades para os mais jovens e concederam entradas gratuitas para todos os visitantes. Esta data foi, também, assinalada pela inauguração da exposição "Nós na Artes – Graça Morais nas tapeçarias de Portalegre" no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais.

Dia 31 de maio, realizou-se, no Auditório Paulo Quintela, em colaboração com a Casa do Professor, o Sarau de Poesia. O evento teve a participação de todos os Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias de Bragança, com alunos do 1º ao 12º ano e integrou vários momentos de poesia e de música.

O Centro Cultural Municipal Adriano Moreira acolheu, no dia 5 de junho, o Laboratório "Lugares Criativos", que contou com a participação de cerca de 30 pessoas, oriundas de instituições do concelho e distrito.

Organizada pela Câmara Municipal de Bragança e pela Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas, esta iniciativa teve como objetivo promover o encontro de pessoas e instituições interessadas em implementar estratégias de desenvolvimento nas áreas criativa e cultural. Tratou-se, essencialmente, de um momento de reflexão e de partilha de experiências, pretendendo potenciar uma melhor organização nas iniciativas desta área e um aprofundamento do potencial de estratégias de desenvolvimento. Foi realizado em duas sessões: uma da parte da manhã, dirigida a agentes ligados ao planeamento e gestão no âmbito das atividades culturais e criativas e da parte da tarde, aberto à comunidade, dinamizou-se um workshop sobre a realidade local, projetos e apresentação de práticas em desenvolvimento, seguido de uma visita guiada a alguns dos equipamentos culturais da cidade.

Entre o dia 6 e o 10 de junho, realizou-se a segunda edição da iniciativa "Artes e Livros", organizada pela Câmara Municipal de Bragança e pela Academia de Letras de Trás-os-Montes.



Apresentações de livros e workshops dirigidos ao público escolar preencheram estes dias. O público teve, também, oportunidade de conhecer escritores jovens que partilharam as suas experiências de escrita, como Vítor Alves Morais com "A menina que sonhava com rosas" e Tomás Silvestre com "As histórias de Tomás".

Hugo Girão apresentou a sua obra "Meninos do vento", dirigida ao público infantil e escrita em português e em castelhano. Rosa Silva apresentou e dinamizou uma sessão de pintura baseada na obra "Iniciação à vida" de Elisa Flora. Denis Alves Viático deu a conhecer a sua obra "Auto Defesa energética", seguida de alguns exemplos práticos desta modalidade.

Várias obras de escritores transmontanos foram apresentadas nesta iniciativa: a antologia, coordenada por Armando Palavras, "Trás-os-Montes e Alto Douro Mosaico de Ciência e Cultura"; "Roteiro do Culto Mariano em Terras de Bragança e Zamora", de Rui Feio; "Bibliografia do Distrito de Bragança - volume II", de Hirondino Fernandes; "Caminhos da Vida", de Manuel Amendoeira; "Camilo Castelo Branco por terras de Barroso e outros lugares" de Bento da Cruz; "Derivações do Ser", de Idalina Brito; "Na demanda do ideal", de Armando Sena; "Histórias que o Povo tece - Contos do Marão", de Maria Hercília Agarez; "Quadros de Transmontaneidade", de António Sá Guê e "Cruzes de Guerra", de Henrique Pedro.

Numa organização conjunta da Câmara Municipal de Bragança e da Junta de Freguesia de Santa Maria realizou-se, no dia 07 de julho, ao final da tarde, na *Domus Municipalis*, a 5ª edição do concerto " Corda Perfeita" com a participação do grupo LACRE, e no dia 21 de julho, o IV Encontro de Música e Dança Popular, no Castelo, com a participação de 2 grupos portugueses e 2 espanhóis.

No dia 07 de julho, numa parceria da Câmara Municipal de Bragança com a Associação Cultural e Recreativa da Mãe de Água realizou-se, na Praça Camões, o XIV Festival Internacional de Folclore Cidade de Bragança que contou com a participação de cinco ranchos folclóricos: Mãe D`Água - Bragança, Danças e Cantares de Marinhas - Esposende, Bajo Duero - Espanha, Tardariz - Gondomar e as Cesteiras de Frende - Baião.



Nos dias 27, 28 e 29 de julho, com o apoio da Câmara Municipal, a Associação Cultural, Recreativa e Ambiental de Palácios organizou mais um Festival de Música e Tradição em Palácios. Ao longo dos três dias, a aldeia voltou a recriar o ciclo do pão, recordando as músicas tradicionais que então animavam os trabalhos agrícolas e promovendo almoços e jantares como em tempos recuados, e recebeu dezenas de forasteiros para assistir e participar na recreação da segada e malha manual, que é feita há 14 anos neste festival, na Feira de Artesanato e Produtos da Terra e aos Concertos de Música Tradicional dos grupos e músicos Magmell, La Nota, Sebastião Nunes, Girassol e Grupo de Pauliteiros de Miranda do Orfeão Universitário do Porto.

No final do ano, decorreu a 12ª edição do concurso "Conto de Natal" que contou com a participação de 12 trabalhos e a 11ª edição do "Concurso Municipal de Presépios" a que concorreram 53 presépios, 19 na modalidade tradicional e 34 na modalidade inovadora.

Festas da Cidade 2012

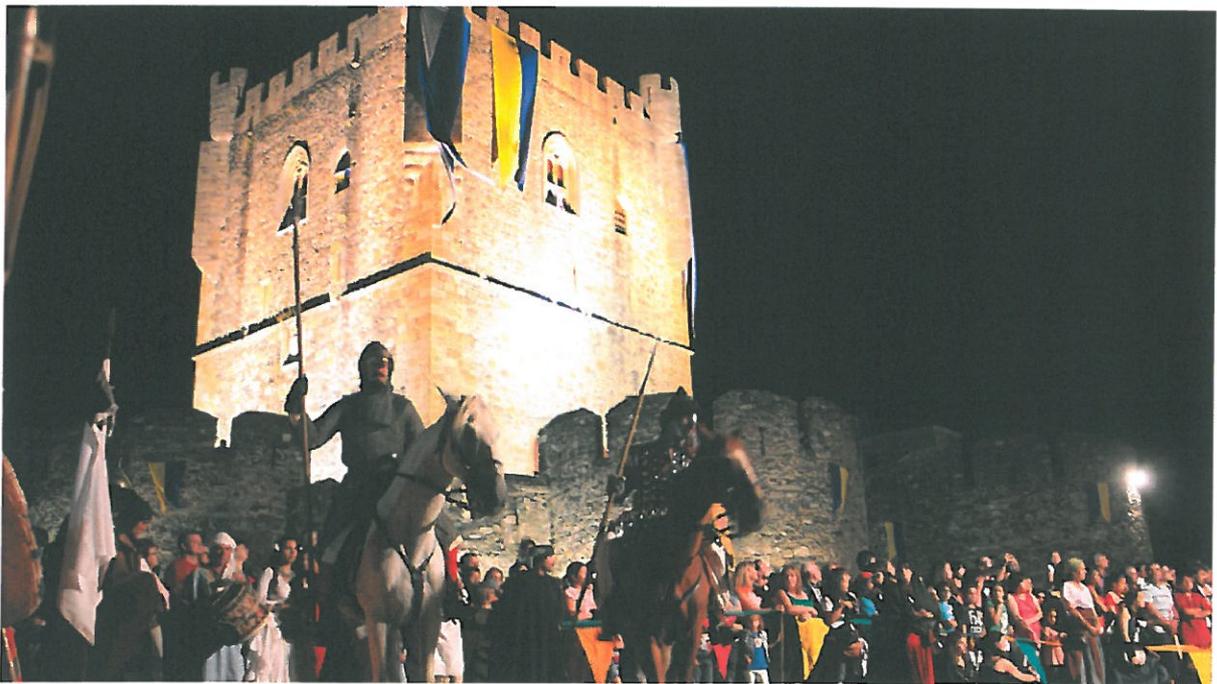
A Fábrica da Igreja de Nossa Senhora das Graças e a Câmara Municipal de Bragança, com o apoio das Juntas de Freguesia, Comissões Fabriqueiras do Concelho, Bombeiros Voluntários, Forças de Segurança e Associações Desportivas e Culturais realizaram, uma vez mais, de 27 de julho a 22 agosto, as Festas da Cidade.

De 27 de julho a 14 de agosto, na Praça Camões, atuaram diversos grupos musicais locais. Com esta atitude, a organização pretende dar oportunidade aos jovens músicos da cidade de, atuando no período festivo, mostrar o trabalho desenvolvido ao longo do ano e, paralelamente, animar o centro histórico da cidade.



Muy
Bragança
Há
Há
Há

De 15 a 19 de agosto, prolongando o clima de festa e antecedendo as Festas no Eixo Atlântico, realizou-se, pela sexta vez em Bragança, na Cidadela, a Festa da História. Ao longo destes cinco dias, houve arruadas, música medieval, jogos medievais, danças de ventre, demonstração de falcoaria, acampamento medieval, teatro de rua, danças medievais, assalto ao castelo, torneio medieval, entre outros.



Participaram milhares de pessoas da cidade, da região e um número elevado de turistas, em particular de Espanha. Integraram-se, também, no espaço dedicado à mostra/feira de produtos, artesãos da nossa região, dando, desta forma, a conhecer os seus produtos. Dos vários contactos estabelecidos, durante e após este período, o balanço foi positivo.

As Festas no Parque Eixo Atlântico decorreram de forma positiva com os concertos dos Deolinda, no dia 19 de agosto, Azeitonas e Janete, no dia 20 de agosto, Dulce Pontes, FN e Nível 6 e o espetáculo piromusical, no dia 21 de agosto.



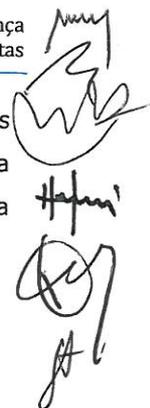
O Programa das Festas da Cidade incluiu, ainda, algumas atividades desportivas, promovidas em colaboração com as Associações e Clubes.

Do dia 21 de agosto, dia dedicado ao mundo rural, destacam-se o Concurso Concelhio de Bovinos de Raça Mirandesa e a Chega de Touros. O certame contou com a participação de 23 produtores, estando em concurso 80 animais, divididos pelas várias categorias. Após a entrega dos prémios e do almoço convívio teve lugar a Chega de touros, que atraiu muitas pessoas oriundas de todo o Concelho.



Paralelamente e de 11 a 22 de agosto, decorreu o programa religioso que culminou na celebração do dia da Padroeira da Cidade, Nossa Senhora das Graças, com eucaristia solene na Catedral, presidida pelo Cardeal

Saraiva Martins e concelebrada pelo Bispo da Diocese Bragança-Miranda, D. José Cordeiro, pelos dois Bispos eméritos D. António Montes Moreira e D. António José Rafael e pelo Bispo do Algarve, D. Manuel Neto Quintas a que se seguiu a grandiosa procissão, na qual se incorporaram 20 andores das paróquias da cidade e da área rural do concelho.



Divisão de Educação, Desporto e Juventude

Serviço de Educação

No âmbito do Programa de Generalização das Refeições Escolares foram fornecidos almoços aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Pré-escolar da área rural e área urbana, transportados e carenciados, abrangendo uma média diária de 951 (309 com escalão 1; 199 com escalão 2 e 443 com outro escalão) alunos do 1º CEB e 328 (101 com escalão 1; 62 com escalão 2 e 165 com outro escalão) alunos do pré-escolar.

São também fornecidos aos alunos do 1º CEB cujos agregados familiares estão integrados no escalão 1 do abono de família de crianças e jovens, um suplemento alimentar, a meio da manhã, constituído por uma sandes, um sumo ou leite e uma peça de fruta, abrangendo um total de 314 alunos.

A autarquia procede anualmente à aquisição e fornecimento de Manuais Escolares aos alunos carenciados do 1º CEB, comparticipando a 100% os abrangidos pelo escalão 1 do abono de família de crianças e jovens, num total de 314 alunos em 2012, e a 50% os posicionados no escalão 2 do abono de família de crianças e jovens, num total de 199 alunos em 2012.

Para assegurar o desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular o município contratualizou o Ensino do Inglês, o Ensino da Atividade Física e Desportiva e o Ensino da Música, abrangendo 1013 alunos do 1º CEB.

No âmbito do "Programa de Controlo de Salubridade das Cantinas do Pré-escolar e 1º CEB", foram visitadas 15 instalações onde são confeccionadas e servidas as refeições escolares dos alunos do pré-escolar e 1º CEB, tendo-se procedido à verificação das condições de instalação e funcionamento.

Com vista a garantir o bom funcionamento do Programa de Generalização de Refeições, nomeadamente no apoio às refeições à hora de almoço (pré-escolar e 1º ciclo) e na componente de apoio à família (pré-escolar) em alguns estabelecimentos de ensino, foram atribuídas verbas às entidades coordenadoras/gestoras do pessoal auxiliar (agrupamentos escolares e juntas de freguesia) e transferência de verbas para os agrupamentos escolares para assegurarem as necessárias condições de funcionamento, higiene, limpeza e consumíveis.

Fez-se a aquisição de material didático, equipamento e mobiliário para alguns estabelecimentos de ensino.

Realizaram-se durante ano três reuniões do Conselho Municipal de Educação (2 e 21 de maio e 14 de novembro) onde foram tratados assuntos relacionados com o reordenamento da rede escolar, o início do ano letivo 2012/2013 e os resultados dos exames nacionais.

Nos meses de março a junho realizaram-se, na Escola Fixa de Trânsito, com a colaboração da PSP, 47 sessões de sensibilização rodoviária dirigidas a alunos dos 1º e 2.º ciclos do EB de vários estabelecimentos de ensino públicos e privados do concelho de Bragança, tendo participado um total 942 alunos.

A Câmara municipal envolveu os alunos das escolas do concelho de Bragança nas Comemorações do Dia da Árvore através da plantação de várias árvores nas respetivas instituições escolares e espaços envolventes.

No dia 1 de Junho comemorou-se o Dia Mundial da Criança com a participação de crianças do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino público de Bragança. Foram colocados insufláveis próximos de todas as escolas do pré-escolar e 1º ciclo da área rural e área urbana do concelho de Bragança, bem como realização de atividades desportivas dinamizadas pelos professores das AEC.



Realizou-se a Festa das AEC, no dia 14 de Junho de 2012, no Pavilhão Municipal, organizada pela Câmara Municipal de Bragança, com a colaboração da empresa Zona Meeting, do Conservatório de Música de Bragança e dos Agrupamentos de Escolas de Bragança. Mais de 800 crianças mostraram no Pavilhão Municipal alguns dos conhecimentos adquiridos ao longo do ano, no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).



O Município de Bragança em parceria com a Universidade de Aveiro realizou um RoadShow de Literacia financeira, apoiando a realização de uma Exposição Interativa de Educação Financeira, em Bragança, dirigida a jovens dos 7 aos 17 anos e público em geral, com o principal objetivo de sensibilizar e mobilizar a população para questões da literacia financeira, contribuindo para a formação de uma geração mais informada e mais consciente dos desafios financeiros do dia a dia. Mais de 500 alunos das escolas do Concelho de Bragança, dos 7 aos 17 anos, puderam, assim, aprender um pouco mais sobre educação financeira.

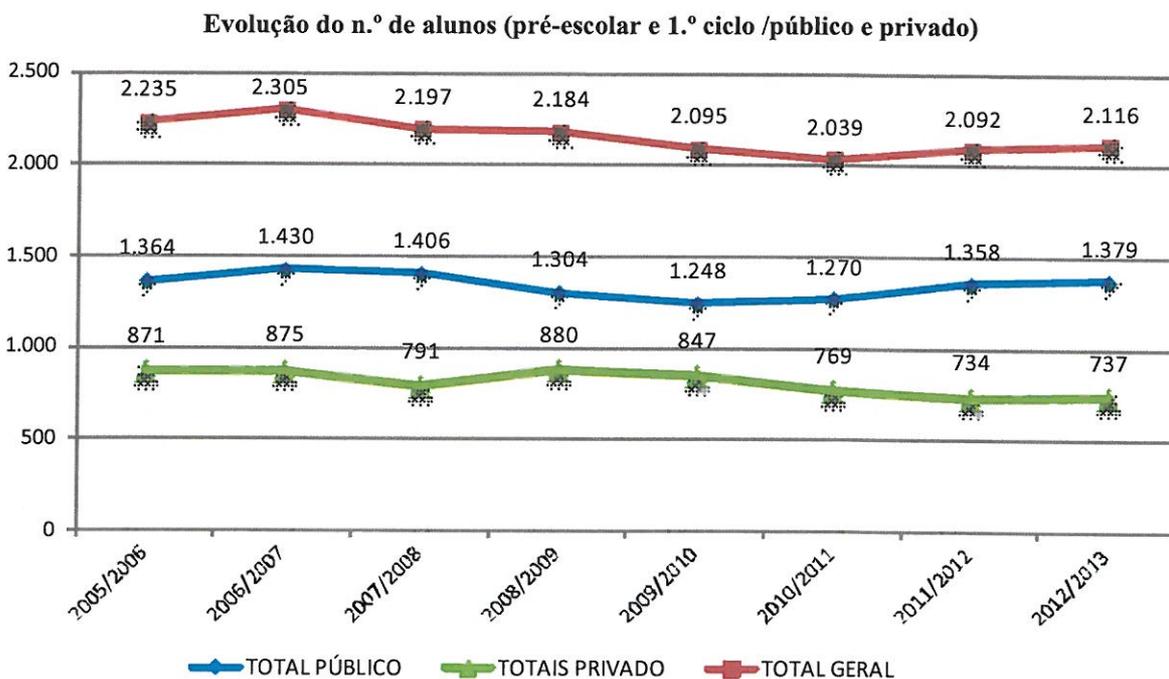
Imbuída do espírito da quadra natalícia a autarquia distribuiu por todos os alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo da rede pública e privada do concelho de Bragança, uma lembrança com votos de Boas Festas e Próspero Ano Novo, num total de 2102 alunos abrangidos.

A Câmara Municipal de Bragança, em parceria com a UCC do Centro de Saúde de Bragança desenvolveu, no decurso do ano letivo 2011/2012, um projeto de Saúde Oral, intitulado "Sorrir Branquinho", tendo como principal objetivo reduzir a incidência e prevalência das doenças orais na população alvo, melhorar conhecimentos e comportamentos sobre higiene oral e promover a equidade na prestação de cuidados de saúde oral às crianças com Necessidades de Saúde Especiais, em idade pré-escolar nos jardins de infância públicos e privados do concelho de Bragança e restante Comunidade Educativa a elas associadas. Ao longo do ano, realizámos várias atividades e estiveram envolvidos, no projeto, todos os jardins de infância (públicos e privados) do concelho de Bragança, num total de 889 alunos, de 20 jardins de infância.

No dia 4 de dezembro, foram apresentados os resultados do projeto tendo-se verificado, entre outros dados, que 65% dos jardins de infância (13 JI) aderiram à escovagem dos dentes em contexto escolar e que a incidência de cáries detetada no rastreio inicial foi de 21% (190 alunos). Todos os alunos a que foram detetados problemas de saúde oral foram encaminhados e acompanhados pelas dentistas do Centro de Saúde.

O programa tem continuidade no ano letivo 2012-2013 durante o qual se espera obter uma diminuição da incidência de cáries em 10% e conhecer a prevalência de cáries nesta faixa etária e aumentar o número de jardins de infância a efetuar a escovagem dos dentes em contexto escolar em 5%.

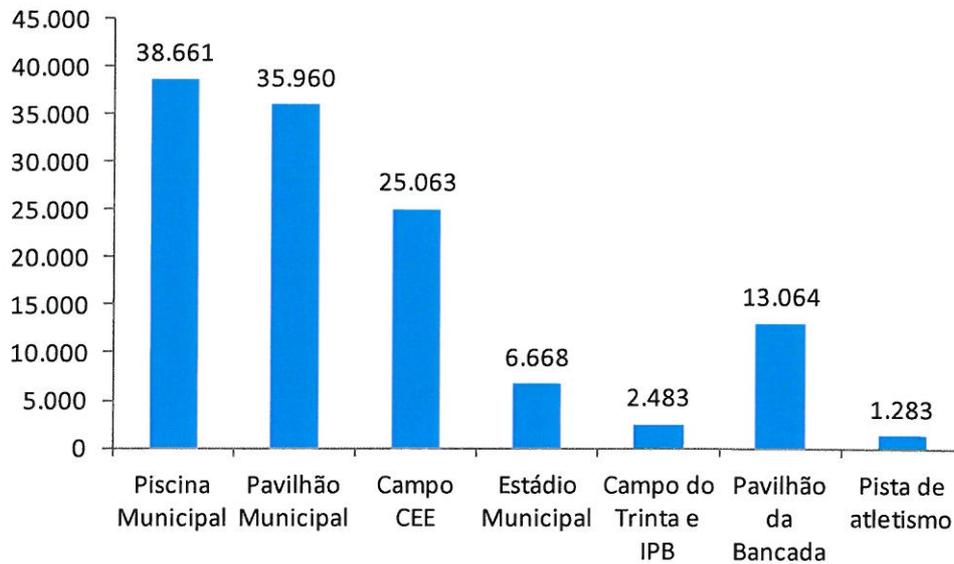
No ano letivo 2012/13 registou-se um aumento de 24 alunos do pré-escolar e ensino básico, dando continuidade à inversão da tendência de diminuição ocorrida no ano letivo anterior, em que houve um aumento de 53 alunos, conforme o demonstrado no gráfico seguinte:



Serviço de Desporto e Juventude

Ao longo do ano foi feita a gestão das instalações desportivas e a orientação de Estágios Curriculares da Escola Superior de Educação de Bragança e Escola Secundária Emídio Garcia realizados nos equipamentos desportivos, realização de torneios e competições oficiais, orientação das atividades na Piscina Municipal e prestado apoio ao Programa Mexa-se em Bragança.

Número de utilizadores dos equipamentos desportivos - 2012



Realizaram-se 18 caminhadas integradas no projeto Bragança Saudável/Bragança Solidária nas quais participaram 953 pessoas, foi prestado apoio logístico à realização do "Torneio Crescer Jogando 2012", organizado pela Escola Crescer, que contou com a participação de cerca de 400 crianças pertencentes a 45 equipas de 11 clubes nos escalões de traquinas, petizes, benjamins e infantis, e organizada a V edição do "Bragança Ativa", no Pavilhão e Piscina Municipais, que contou com a presença de 120 adeptos da atividade física quer na palestra que abordou o tema "Envelhecimento Ativo" quer nas aulas práticas de fitness, no pavilhão, e de Hidroginástica, na piscina.



Na piscina municipal, decorreram os Torneio de Formação – Escolas de Natação, o Torneio Regional de Natação, o Torneio de Natação do Desporto Escolar, que contou com a participação das Escolas do Concelho, reunindo cerca de 100 alunos, e mais uma edição do Torneio Internacional de Natação, que contou com a presença de 150 atletas.



Durante o ano de 2012 deu-se continuidade ao projeto "Desporto Sénior no Meio Rural", que tem como principais objetivos promover a realização de atividades físicas e, simultaneamente, fomentar o convívio entre os munícipes com mais de 65 anos de freguesias da área rural do concelho. Decorre nas localidades de São Julião de Palácios, Grijó de Parada e Paçó de Rio Frio abrangendo cerca de 80 participantes.



No dia 1 de maio decorreu, na freguesia de Nogueira, a XIII Edição dos Jogos Tradicionais do Concelho de Bragança, contando com a presença de cerca de 250 participantes nos jogos da Relha, da Raiola, do Fito, do Ferro, dos Paus e do Cântaro, e na Corrida de Sacos.



Tendo como principal objetivo proporcionar às crianças e jovens a prática de várias modalidades desportivas num ambiente desportivo e saudável, bem como contribuir para o seu enriquecimento desportivo e cultural, o desenvolvimento do sentimento de grupo e das relações interpessoais e o incentivo à criatividade, decorreu no mês de julho mais uma edição das Férias Desportivas e Culturais. Participaram 317 crianças, dos 6 aos 15 anos, inscritos através da Câmara Municipal de Bragança, Associação do Pessoal dos Funcionários do IPB, dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Bragança e da Obra Kolping.



Durante um mês os mais novos ocuparam os tempos livres com atividades desportivas e culturais. Passeios pedestres e de bicicleta, natação, aulas de culinária, visita às redações dos jornais locais, karting... foram algumas das iniciativas que preencheram o dia a dia dos pequenos.

Projetos de Modernização Administrativa

O projeto de Modernização Administrativa encetado pelo Município de Bragança tem-se revelado crucial para a atualização dos procedimentos administrativos do dia-a-dia, tornando as tarefas que lhe são inerentes mais céleres e tecnologicamente ativas.

Não estamos a falar apenas de mudanças de máquinas, atualização de processos ou de ferramentas. O principal objetivo tem sido a aproximação dos serviços aos cidadãos, com qualidade, de forma rápida e a um custo reduzido. Cada vez mais as Tecnologias de Informação e Comunicação são percecionadas como uma ação para atender as necessidades dos cidadãos.

Nos anos mais recentes e particularmente no ano transato, conseguiram-se desenvolvimentos ao nível da desmaterialização e gestão documental, das infraestruturas tecnológicas e das plataformas de disponibilização de informação. Concretizaram-se os seguintes projetos:

Modernização de infraestruturas: servidores de suporte às aplicações, postos de trabalho, segurança e disponibilidade da informação, parque de impressão, cópia e digitação;

Consolidação do backoffice autárquico (conjunto de aplicações de gestão usadas pela autarquia), atualizando e adaptando os vários subsistemas que o constituem;

Gestão documental: implementação de circuitos onde é feito o registo, o acesso, o encaminhamento e a monitorização de documentos em formato digital;

SIG Municipal (consolidação do GISMAT): constituído por um conjunto de aplicações que permitiram dotar os serviços municipais de informação geográfica sobre a realidade do território e as dinâmicas de transformação que sobre ele ocorrem;

Modernização das escolas do 1.º ciclo: dotando os estabelecimentos de quadros interativos, computadores com ligação à Internet, impressoras multifunções, videoprojectores, redes locais, software, conteúdos didáticos e formação dos docentes;

Intranet autárquica: disponibilização de um portal interno para utilização pelos colaboradores e pelo executivo. Esse portal serve de interface para acesso a informação diversificada e integra-se com o backoffice autárquico. Através da intranet foi também implementada uma aplicação onde os funcionários fazem a submissão de pedidos de assistência à informática;

Aplicação de CRM: ferramenta que automatiza as funções de contacto com o munícipe. Através desta aplicação é efetuado o registo de todos os atendimentos feitos no balcão, integra com o backoffice e permite conhecer todas as suas interações com a autarquia;

Sistema de Gestão da Qualidade: obteve-se a certificação para os seguintes serviços: Atendimento (OBP, AGU), Obras Particulares, Recursos Humanos, Aprovisionamento e Gestão de Sistemas de Informação;

Rede de Bibliotecas Escolares – Projeto que congrega num único portal o acesso aos catálogos de publicações existentes nas bibliotecas das seguintes Instituições: CM Bragança, Agrupamento Abade de Baçal, Agrupamento Emídio Garcia, Agrupamento Miguel Torga. A CMB garante as infraestruturas necessárias para o alojamento do site.

Apesar dos projetos concretizados, ainda muito para fazer. Trata-se de um processo contínuo e durante o ano de 2013 o enfoque será nas seguintes áreas:

1. Conclusão de projetos já iniciados;
 2. Consolidação da Gestão Documental;
 3. Operacionalidade e evolução dos sistemas;
 - 4 . Implementação de novas ferramentas de gestão TIC.
-
1. Conclusão de projetos já iniciados:
 - 1.1. Implementação do Balcão Único: local que permitirá aos munícipes e às empresas tratar de vários assuntos numa única interação e num único local;
 - 1.2. Lançamento dos Serviços Online, permitindo a consulta de processos e submissão de formulários;
 - 1.3. Implementação da Faturação eletrónica: solução que visa permitir a emissão de faturas eletrónicas aos munícipes e a receção de faturas eletrónicas dos fornecedores, com integração com o backoffice autárquico;

1.4. ePaper: O ePaper vai permitir a desmaterialização da relação Muncípe/Município admitindo a receção e manipulação de documentos digitais e a execução das tarefas habituais, tais como medir, anotar, carimbar, assinar ou arquivar documentos, suportando os formatos digitais que a Lei 60/2007 prevê;

2. Consolidação da Gestão Documental:

2.1. Criação de novos circuitos (contabilidade, urbanismo, . . .);

2.2. Implementar circuitos que já estão desenhados e criados na aplicação (reclamações, e requisições).

3. Operacionalidade e evolução dos sistemas:

3.1. Apoio na utilização de equipamentos e aplicações;

3.2. Apoio às Escolas;

3.3. Desenvolvimento interno de 2 sites: Norça e STUBS;

3.4. Implementar a segurança dos documentos dos utilizadores, através do redireccionamento para um servidor central;

3.5. Iniciar abordagem com vista ao uso de software Open Source (Nos estabelecimentos de ensino e na Autarquia). É uma solução indicada para um grande número de cenários, tanto na relação custo/benefício, como pela boa qualidade que neste momento já tem. Ex: substituição do Microsoft Office pelo LibreOffice. Existem também boas soluções na área do CAD, SIG, Multimédia, Servidores, Design, . . .;

3.6. Consolidação do Sistema de Gestão da Qualidade;

3.7. Prever a entrada de novos projetos no âmbito da nova candidatura feita ao SAMA (Sistema de Apoio à Modernização Administrativa).

4. Implementação de novas ferramentas de gestão TIC:

4.1. Parametrização e uso de uma ferramenta dedicada ao inventário de equipamentos e software;

4.2. Preparar servidor para a monitorização da rede de dados;

4.3. Fazer a reestruturação da Active Directory e GPOs colocando alguma ordem na estrutura;

4.4. Implementar aplicações open source / freeware adequadas para a administração de sistemas e da rede.

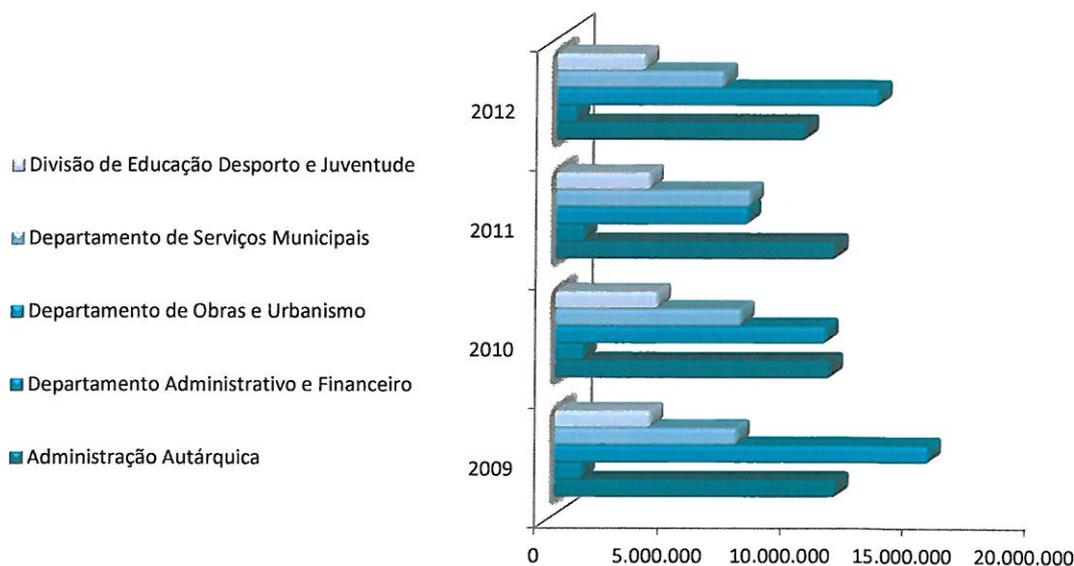
O processo de modernização administrativa têm-se norteado por objetivos de simplificação, eficiência e transparência, no sentido de prestar melhores serviços aos cidadãos.

Neste Município tem-se vindo a assistir, especialmente na última década, a transformações profundas fundamentalmente associadas ao abandono de modelos de gestão burocráticos e à sua substituição por um novo paradigma, assente essencialmente na orientação dos serviços municipais para os munícipes.

QUADRO 16 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação no período 2009/2012

Unidades Orgânicas	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	2012	Coeficiente de variação (n a n-1)		
	Total da Despesa	Total da Despesa	Total da Despesa	Total da Despesa	2009-2010	2010-2011	2011-2012
Administração Autárquica							
Assembleia Municipal	44.371 €	87.175 €	56.184 €	71.651 €	96,47%	-35,55%	27,53%
Câmara Municipal	9.021.616 €	8.932.114 €	9.474.862 €	8.616.732 €	-0,99%	6,08%	-9,06%
Operações Financeiras	2.324.722 €	2.124.297 €	1.808.513 €	1.414.642 €	-8,62%	-14,87%	-21,78%
Departamento Administrativo e Financeiro							
Divisão Administrativa	512.397 €	485.464 €	522.532 €	391.868 €	-5,26%	7,64%	-25,01%
Divisão Financeira	448.890 €	504.853 €	476.954 €	393.132 €	12,47%	-5,53%	-17,57%
Divisão de Informática e Sistemas	121.803 €	125.057 €	118.587 €	0 €	2,67%	-5,17%	-100,00%
Departamento de Obras e Urbanismo							
Divisão de Obras	13.352.436 €	8.563.453 €	5.228.179 €	11.085.231 €	-35,87%	-38,95%	112,03%
Divisão de Equipamento	1.188.863 €	1.614.446 €	1.436.865 €	1.482.682 €	35,80%	-11,00%	3,19%
Divisão de Urbanismo	646.292 €	775.158 €	1.108.276 €	529.120 €	19,94%	42,97%	-52,26%
Departamento de Serviços Municipais							
Divisão de Águas e Saneamento	3.110.582 €	3.071.759 €	3.073.593 €	2.520.115 €	-1,25%	0,06%	-18,01%
Divisão de Ambiente	2.645.366 €	3.149.204 €	3.509.744 €	3.026.074 €	19,05%	11,45%	-13,78%
Divisão de Mobilidade e Energia	1.608.908 €	1.304.013 €	1.288.088 €	1.232.814 €	-18,95%	-1,22%	-4,29%
Departamento de Educação, Social e Cultural							
Divisão SócioCultural e Turismo	1.651.468 €	1.568.388 €	1.409.649 €	1.390.471 €	-5,03%	-10,12%	-1,36%
Divisão de Educação Desporto e Juventude	2.181.256 €	2.536.196 €	2.371.444 €	2.171.963 €	16,27%	-6,50%	-8,41%
TOTAL	38.858.971 €	34.841.576 €	31.883.470 €	34.326.495 €	-10,34%	-8,49%	7,66%

GRÁFICO XI – Repartição Departamental da Despesa Total no período 2009/2012



Quanto à natureza das despesas, correntes e de capital, encontra-se distribuída diferenciadamente pelos diversos departamentos. Isto porque, também estes, desempenham na estrutura da Autarquia funções diferenciadas. Seguidamente, evidencia-se essa distribuição e evolução num horizonte temporal de quatro anos.

QUADRO 17 – Mapa de controlo orçamental da despesa por classificação e natureza das despesas no período 2009/2012

Unidades Orgânicas	2009		2010		2011		2012	
	despesas correntes	despesas de capital						
<i>Administração Autárquica</i>								
<i>Assembleia Municipal</i>	44.371 €	0 €	87.175 €	0 €	56.184 €	0 €	71.651 €	0 €
<i>Câmara Municipal</i>	5.121.667 €	3.899.949 €	5.816.956 €	3.115.158 €	5.751.891 €	3.722.971 €	5.682.569 €	2.934.163 €
<i>Operações Financeiras</i>	364.358 €	1.960.364 €	246.629 €	1.877.668 €	288.529 €	1.519.984 €	250.654 €	1.163.988 €
<i>Departamento Administrativo e Financeiro</i>								
<i>Divisão Administrativa</i>	497.460 €	14.937 €	484.963 €	501 €	522.197 €	335 €	391.825 €	43 €
<i>Divisão Financeira</i>	447.980 €	910 €	503.975 €	878 €	476.536 €	418 €	393.132 €	0 €
<i>Divisão de Informática e Sistemas</i>	121.803 €	0 €	125.057 €	0 €	118.587 €	0 €	0 €	0 €
<i>Departamento de Obras e Urbanismo</i>								
<i>Divisão de Obras</i>	968.515 €	12.383.921 €	921.794 €	7.641.659 €	854.576 €	4.373.603 €	688.085 €	10.397.147 €
<i>Divisão de Equipamento</i>	1.137.423 €	51.440 €	1.334.729 €	279.717 €	1.329.393 €	107.472 €	1.289.622 €	193.061 €
<i>Divisão de Urbanismo</i>	525.929 €	120.363 €	567.967 €	207.191 €	508.793 €	599.483 €	351.935 €	177.185 €
<i>Departamento de Serviços Municipais</i>								
<i>Divisão de Águas e Saneamento</i>	2.645.946 €	464.636 €	2.869.951 €	201.808 €	2.908.717 €	164.876 €	2.439.629 €	80.486 €
<i>Divisão de Ambiente</i>	2.504.860 €	140.506 €	3.117.500 €	31.704 €	3.402.548 €	107.196 €	2.982.795 €	43.279 €
<i>Divisão de Mobilidade e Energia</i>	1.017.399 €	591.509 €	1.190.284 €	113.729 €	1.117.102 €	170.986 €	986.008 €	246.805 €
<i>Departamento de Educação, Social e Cultural</i>								
<i>Divisão SócioCultural e Turismo</i>	1.594.271 €	57.197 €	1.541.775 €	26.613 €	1.323.758 €	85.891 €	1.384.290 €	6.181 €
<i>Divisão de Educação Desporto e Juventude</i>	2.174.244 €	7.012 €	2.487.015 €	49.181 €	2.297.340 €	74.104 €	2.158.271 €	13.692 €
TOTAL	19.166.227 €	19.692.744 €	21.295.769 €	13.545.807 €	20.956.151 €	10.927.320 €	19.070.465 €	15.256.031 €

2.6. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos – POCAL, consta do capítulo dos Mapas de Prestação de Contas, apenso a este Relatório de Gestão. Conjuntamente com o Plano de Atividades Municipal refletem, sob a forma de objetivos específicos, a execução das prioridades já previamente definidas com base em recursos previstos em sede de elaboração do Orçamento Municipal.

O quadro seguinte demonstra os montantes de investimento previstos e executados e o coeficiente percentual de realização para cada um dos grandes sectores estruturais, apresentando o esforço financeiro despendido, pelas diversas áreas de intervenção e que se concentram em três grandes objetivos: as funções gerais, funções sociais e as funções económicas.

QUADRO 18 – Resumo das Grandes Opções do Plano no ano de 2012

Descrição	Grandes Opções do Plano (GOP'S) 2012								
	Plano Plurianual de Investimentos (PPI)			Plano de Actividades Municipal (PAM)			Total GOP'S		
	Previsto	Executado	Taxa Execução	Previsto	Executado	Taxa Execução	Previsto	Executado	Taxa Execução
Funções Gerais	7.163.200	5.713.401	79,76%	15.800	0	0,00%	7.179.000	5.713.401	79,58%
Serviços gerais de administração pública	7.126.500	5.712.813	80,16%	500	0	0,00%	7.127.000	5.712.813	80,16%
Segurança e ordem públicas	36.700	588	1,60%	15.300	0	0,00%	52.000	588	1,13%
Funções Sociais	7.216.400	5.655.050	78,36%	1.506.200	1.399.801	92,94%	8.722.600	7.054.851	80,88%
Educação	150.900	125.353	83,07%	203.200	202.098	99,46%	354.100	327.451	92,47%
Saúde	500	0	0,00%	0	0	0,00%	500	0	0,00%
Segurança e acção sociais	0	0	--	517.400	502.414	97,10%	517.400	502.414	97,10%
Habitação e serviços colectivos	6.360.700	4.912.596	77,23%	350.900	332.721	94,82%	6.711.600	5.245.318	78,15%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	704.300	617.100	87,62%	434.700	362.567	83,41%	1.139.000	979.668	86,01%
Funções Económicas	1.475.100	697.610	47,29%	615.700	511.049	83,00%	2.090.800	1.208.659	57,81%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1.000	0	0,00%	4.800	3.800	79,17%	5.800	3.800	65,52%
Indústria e energia	462.000	345.589	74,80%	387.000	300.000	77,52%	849.000	645.589	76,04%
Transportes e comunicações	474.400	297.209	62,65%	11.800	0	0,00%	486.200	297.209	61,13%
Comércio e Turismo	537.700	54.812	10,19%	212.100	207.249	97,71%	749.800	262.061	34,95%
TOTAL	15.854.700	12.066.061	76,10%	2.137.700	1.910.850	89,39%	17.992.400	13.976.911	77,68%

Com uma taxa de execução de 77,68%, as Grandes Opções do Plano para o ano de 2012, atingem o valor absoluto de 13.976.910,67 euros, dos quais 12.066.060,82 euros referem-se ao Plano Plurianual de Investimentos e 1.910.849,85 euros ao conjunto das ações consideradas como relevantes e que cuja despesa efetuada, como base em normativos estabelecidos no POCAL, não é considerada de investimento.

QUADRO 19 – Desagregação da execução das despesas nas Grandes Opções do Plano em 2012

Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro do Obj./Prog.	% em relação ao total das GOP'S
1	Funções gerais	5.713.401	100,00%	40,88%
1.1.0	Serviços gerais de administração pública	5.712.813	99,99%	40,87%
1.1.1	Administração geral	5.712.813	99,99%	40,87%
1.1.1.1	Edifícios	5.455.582	95,50%	39,03%
1.1.1.2	Material de transporte	86.721	1,52%	0,62%
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento	170.510	2,98%	1,22%
1.2.0	Segurança e ordem pública	588	0,01%	0,00%
1.2.1	Proteccção civil e luta contra incêndios	588	0,01%	0,00%
1.2.1.1	Bombeiros	0	0,00%	0,00%
1.2.1.2	Segurança pública	588	0,01%	0,00%
2	Funções sociais	7.054.851	100,00%	50,48%
2.1.0	Educação	327.451	4,64%	2,34%
2.1.1	Ensino não superior	125.353	1,78%	0,90%
2.1.1.1	Ensino Pré-escolar	2.323	0,03%	0,02%
2.1.1.2	Ensino Básico	123.030	1,74%	0,88%
2.1.1.3	Educação de adultos	0	0,00%	0,00%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	202.098	164,27%	1,45%
2.2.0	Saúde	0	0,00%	0,00%
2.2.1	Serviços individuais de saúde	0	0,00%	0,00%
2.3.0	Segurança e acção sociais	502.414	7,12%	3,59%
2.3.2	Acção social	502.414	7,12%	3,59%
2.4.0	Habitação e serviços colectivos	5.245.318	74,35%	37,53%
2.4.1	Habitação	1.647.061	4,58%	11,78%
2.4.2	Ordenamento do Território	2.470.000	35,01%	17,67%
2.4.2.1	Planeamento Urbanístico	177.185	2,51%	1,27%
2.4.2.2	Urbanização	2.292.815	32,50%	16,40%
2.4.3	Saneamento	637.606	9,04%	4,56%
2.4.4	Abastecimento de água	127.895	1,81%	0,92%
2.4.5	Resíduos sólidos	0	0,00%	0,00%
2.4.6	Proteccção do meio amb. e conserv. da natureza	362.756	5,14%	2,60%
2.4.6.1	Higiene pública	21.352	0,30%	0,15%
2.4.6.2	Cemitérios	85.869	1,22%	0,61%
2.4.6.3	Meio Ambiente	255.535	3,62%	1,83%
2.5.0	Serviços culturais, recreativos e religiosos	979.668	13,89%	7,01%
2.5.1	Cultura	381.207	5,40%	2,73%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	598.461	8,48%	4,28%
3	Funções económicas	1.208.659	100,00%	8,65%
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	3.800	0,31%	0,03%
3.2.0	Indústria e energia	645.589	53,41%	4,62%
3.2.1	Iluminação pública	80.351	6,65%	0,57%
3.2.2	Energia	157.018	12,99%	1,12%
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	408.221	33,77%	2,92%
3.3.0	Transportes e Comunicações	297.209	24,59%	2,13%
3.3.1	Transportes rodoviários	275.479	22,79%	1,97%
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	272.527	22,55%	1,95%
3.3.1.2	Estacionamento	2.952	0,24%	0,02%
3.3.2	Transportes aéreos	21.730	1,80%	0,16%
3.4.0	Comércio e turismo	262.061	21,68%	1,87%
3.4.1	Mercados e feiras	237.461	19,65%	1,70%
3.4.2	Turismo	24.600	2,04%	0,18%
TOTAL		13.976.911	100,00%	100,00%

O quadro anterior apresenta a execução das Grandes Opções do Plano (PPI+PAM) por funções. Neste âmbito, podemos salientar alguns objetivos, num contexto de volume dos montantes envolvidos:

Para um montante executado no valor de 13.976.910,67 euros, as **Funções Sociais** são as que absorvem a maior fatia de investimento com um valor nominal de 7.054.850,80 euros, representando 50,48% das GOP'S. Nestas funções a Habitação e Serviços Coletivos registam 5.245.317,69 euros.

As **Funções Gerais**, que representam 40,88% das despesas, apresentam um valor de 5.713.400,74 euros, sendo consumidas estas verbas, na sua maior parte – 5.455.581,68 euros – em edifícios.

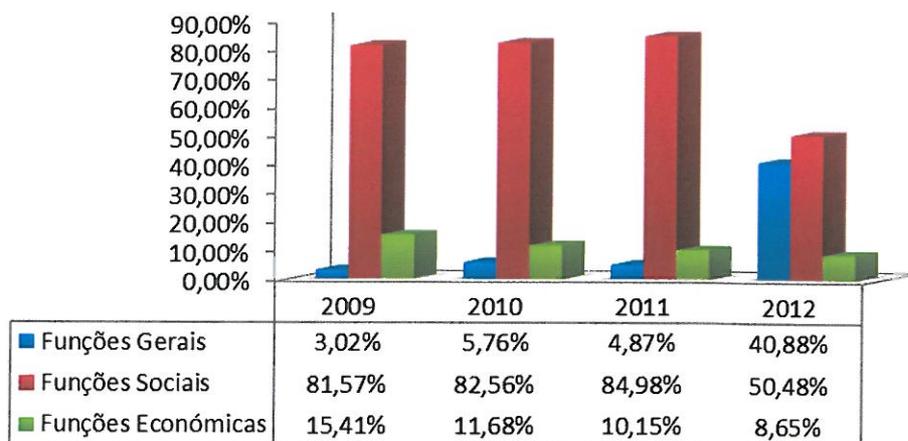
As **Funções Económicas** representam 8,65% do investimento, com um valor executado de 1.208.659,13 euros, sendo que a área da indústria e energia é a que absorve uma maior fatia destes investimentos, apresentando um valor de 645.589,23 euros.

Da leitura dos valores desagregados destacam-se três grandes áreas de investimento realizado por ordem decrescente de importância – percentual - na despesa global:

- ✓ **Administração geral (40,87%)**, através de investimento em Edifícios (39,03%);
- ✓ **Habitação e serviços coletivos (37,53%)**, destacando-se as intervenções no âmbito do Ordenamento do Território (17,67%) e Habitação (11,78%);
- ✓ **Serviços culturais, recreativos e religiosos (7,01%)**, com intervenções na área do Desporto, Recreio e Lazer (4,28%) e da Cultura (2,73%);

No que concerne à evolução das despesas pelas grandes funções, o gráfico seguinte permite a sua comparação no período 2009-2012.

GRÁFICO XII – Repartição das despesas do Plano Plurianual de Investimentos no período 2009/2012



2.7. RÁCIOS

De seguida apresentam-se um conjunto de Rácios, reportando-se a uma análise comparativa nos últimos cinco anos e que podem sustentar parte das análises apresentadas neste relatório de gestão.

QUADRO 20 – Rácios de Estrutura e Financeiros

<i>Rácios de Estrutura da Receita (%)</i>	2008	2009	2010	2011	2012
Imp. Directos / Rec. Correntes	20,4%	19,3%	18,4%	18,9%	20,8%
Venda de Bens e Serv. / Rec. Correntes	20,2%	21,9%	23,7%	23,0%	23,3%
Rec. Correntes / Rec. Totais	68,3%	67,8%	68,6%	74,8%	69,1%
Rec. de Capital / Rec. Totais	31,7%	47,6%	31,2%	24,5%	35,3%
<i>Rácios de Estrutura da Despesa (%)</i>	2008	2009	2010	2011	2012
Pessoal / Desp. Correntes	33,9%	35,9%	32,7%	32,6%	31,1%
Aquisição de Bens e Serv. / Desp. Correntes	57,2%	54,3%	58,4%	59,0%	60,7%
Investimentos / Desp. de Capital	92,1%	91,7%	88,9%	90,0%	92,4%
Passivos Financeiros / Desp. de Capital	3,3%	4,2%	4,3%	3,4%	3,4%
Desp. Correntes / Desp. Totais	58,9%	49,3%	61,1%	65,7%	55,6%
Desp. de Capital / Desp. Totais	41,1%	50,7%	38,9%	34,3%	44,4%
<i>Rácios Financeiros (%)</i>	2008	2009	2010	2011	2012
Pessoal / Rec. Correntes	29,3%	30,2%	29,1%	28,8%	26,7%
FGM+FCM+FBM / Desp. Totais	42,0%	38,2%	42,6%	44,7%	39,4%
Amortiz.+Juros / Desp. Correntes	7,5%	10,6%	8,9%	6,6%	7,4%
Rec. Correntes / Desp. Correntes	115,7%	119,0%	112,4%	113,2%	116,3%
Rec. de Capital / Desp. de Capital	77,3%	81,4%	80,4%	71,6%	79,3%

De modo a completar a análise efetuada, o quadro n.º 21 que a seguir se apresenta, revela a evolução no período 2008-2012 de alguns indicadores de atividade e de estrutura:

QUADRO 21 – Indicadores Financeiros e de Estrutura

	2008	2009	2010	2011	2012
<i>Financeiros</i>					
Receitas Fiscais					
<i>Imp.Directos+Impostos Indir.+Taxas, Multas e Outras Penalid.</i>	5.939.808 €	5.702.458 €	5.795.322 €	5.530.892 €	5.898.910 €
Receitas Próprias de Funcionamento					
<i>Receitas Totais-Transf.ºs Capital-Passivos Financeiros</i>	23.453.852 €	23.230.155 €	25.258.923 €	24.402.196 €	22.198.622 €
Autonomia Financeira					
<i>Receitas Próprias Funcionamento-Despesas Obrigatórias Correntes</i>	3.598.501 €	4.063.929 €	3.963.153 €	3.446.045 €	3.128.157 €
Saúde Financeira					
<i>Autonomia Financeira/Receitas Próprias de Funcionamento</i>	15%	17%	16%	14%	14%
<i>Estrutura</i>					
Poupança					
<i>Corrente (Receitas Correntes/ Despesas Correntes)</i>	1,16	1,19	1,12	1,13	1,16
Aplicações da Receita Corrente em Despesa de Capital					
<i>Receitas Correntes-Despesas Correntes</i>	3.119.105 €	3.637.505 €	2.631.336 €	2.756.576 €	3.111.915 €
% Custos com Pessoal sobre Despesas Correntes					
<i>Despesas c/ Pessoal / Desp. Correntes</i>	33,9%	35,9%	32,7%	32,6%	31,1%
% Custos com Pessoal sobre Despesas Totais					
<i>Despesas c/ Pessoal / Desp. Totais</i>	20,0%	17,7%	20,0%	21,4%	17,3%

Em síntese, podemos extrair a seguinte informação:

Em trâmites financeiros:

- Verificou-se em 2012 um acréscimo das receitas fiscais;
- As receitas próprias de funcionamento, diminuídas em 2012, refletem-se na autonomia financeira do município.

Nos trâmites da estrutura ou atividade:

- Um ligeiro aumento da poupança corrente originada pela diminuição da despesa corrente;
- Em relação às despesas totais, em 2012, os encargos dos custos com o pessoal representam 31,10%;



3. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

3.1. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

(Base Orçamental)

A análise realizada, na perspetiva da dívida, durante os anos precedentes à entrada em vigor do POCAL, à exceção dos empréstimos contraídos junto de instituições financeiras, era efetuada no âmbito do curto prazo (fornecedores de bens e serviços e de imobilizado conta-corrente). Assim, para efetuarmos um estudo evolutivo, foi utilizado desde o ano de 2002 (entrada em vigor do novo sistema contabilístico) o mesmo critério, pelo que as conclusões serão necessariamente diferentes da análise patrimonial, que se apresenta no ponto seguinte.

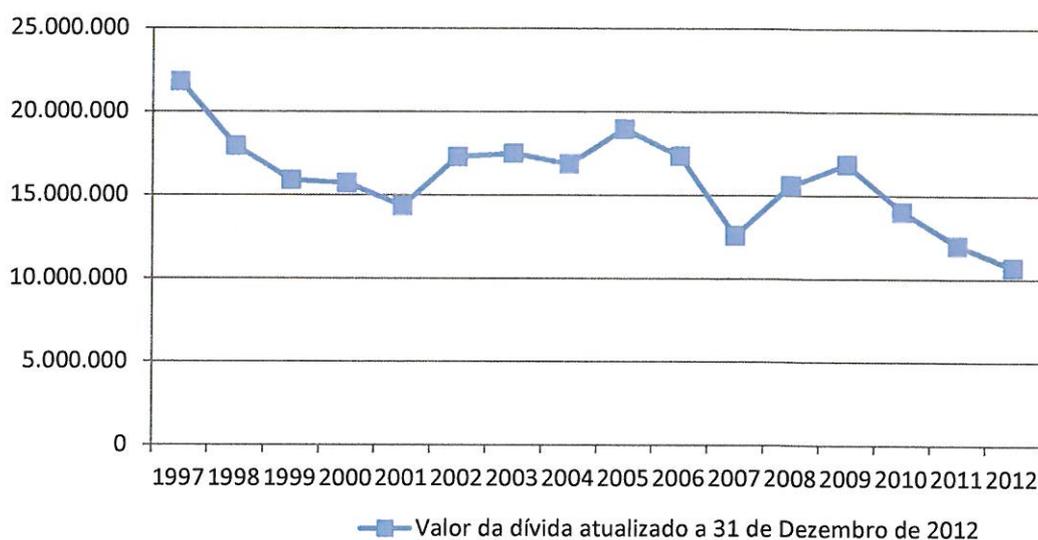
Apresentamos, de seguida, um quadro que traduz a evolução - na última década - dos cenários previsíveis e reais se a dívida existente em 31 de Dezembro de cada ano fosse atualizada à data de 31 de Dezembro de 2012.

QUADRO 22 – Evolução da dívida do Município no período 1997 a 2012

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Valor da dívida a 31 de Dezembro (Conta de Gerência)	14.684.840	12.430.961	11.260.791	11.458.859	10.912.845	13.637.402	14.258.667	14.063.578
Valor da dívida atualizado a 31 de Dezembro de 2012	21.798.631	17.950.295	15.894.986	15.718.723	14.338.819	17.296.064	17.506.295	16.862.081
Valor percentual da taxa de atualização (fonte: INE)	----	----	2,30%	2,90%	4,40%	3,60%	3,30%	2,40%

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Valor da dívida a 31 de Dezembro (Conta de Gerência)	16.190.663	15.259.444	11.343.637	14.431.319	15.597.187	13.175.746	11.689.970	10.696.139
Valor da dívida atualizado a 31 de Dezembro de 2012	18.975.986	17.346.816	12.580.836	15.599.686	16.859.943	14.045.820	12.017.289	10.696.139
Valor percentual da taxa de atualização (fonte: INE)	2,30%	3,10%	2,50%	2,60%	-0,80%	1,40%	3,70%	2,80%

GRÁFICO XIII – Evolução da Dívida



Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

3.2. DÍVIDA TOTAL

QUADRO 23 - Estrutura e evolução da Dívida a Terceiros no período 2006-2012

Anos	Dívidas a Médio e Longo prazos	Dívidas a Curto prazo	TOTAL	Var. %
	<i>Empréstimos de M/L prazos e Fornecedores de imobilizado c/c</i>	<i>Empréstimos de CP, Fornecedores, EOEP, O. Credores e Credores de Cauções</i>		
2006	11.304.907 €	6.027.209 €	17.332.116 €	
2007	9.678.702 €	3.785.881 €	13.464.583 €	-22,31%
2008	9.784.097 €	6.496.594 €	16.280.691 €	20,91%
2009	10.328.189 €	7.532.618 €	17.860.807 €	9,71%
2010	9.702.133 €	5.475.375 €	15.177.508 €	-15,02%
2011	8.481.371 €	5.070.266 €	13.551.638 €	-10,71%
2012	7.252.783 €	5.064.554 €	12.317.337 €	-9,11%

A **dívidas a terceiros** no valor de 7.252.782,75 euros, reflete no ano de 2012, na sua componente de médio e longo prazo, uma diminuição relativamente ao ano anterior de 14,49%. Estão incluídas neste agregado a dívida às instituições bancárias no valor de 7.010.927,34 euros e as dívidas a fornecedores de imobilizados exigíveis a mais de um ano, no valor de 241.855,41 euros. Estas últimas, referem-se nomeadamente à permuta de edifícios adquiridos à Direcção-Geral do Património.

No cômputo geral a dívida total do município reduziu relativamente ao ano de 2011, 9,11%, em valores nominais esse montante é de 1.234.301 euros.

3.3. ESTRUTURA DA DÍVIDA DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

QUADRO 24 – Estrutura e evolução da Dívida a Terceiros no período 2009-2012

	2009	2010	2011	2012
<i>Dívidas a terceiros</i>				
Médio e Longo prazos	10.328.189,32	9.702.132,97	8.481.371,15	7.252.782,75
Instituições Financeiras	9.669.398,71	9.264.899,34	8.174.915,44	7.010.927,34
Fornecedores de Imobilizado c/c	658.790,61	437.233,63	306.455,71	241.855,41
Curto prazo	7.532.617,70	5.475.375,00	5.070.266,43	5.064.554,14
Instituições Financeiras	415.945,64	0,00	0,00	0,00
Fornecedores c/c	1.186.113,27	702.667,23	996.713,08	1.539.012,44
Fornecedores - faturas em rep/conferência	1.778.219,06	1.821.381,61	1.340.226,92	680.071,38
Fornecedores de imobilizado c/c	2.547.509,88	1.386.797,88	1.178.114,24	1.466.128,23
Estado e outros entes públicos	170.072,80	183.724,11	148.341,45	128.988,52
Administração Autárquica	0,00	7.500,00	0,00	3.632,75
Outros credores	101.262,63	16.470,38	6.962,15	6.910,89
Credores de Cauções	1.333.494,42	1.356.833,79	1.399.908,59	1.239.809,93
TOTAL	17.860.807,02	15.177.507,97	13.551.637,58	12.317.336,89

QUADRO 25 – Resumo da estrutura e evolução da Dívida a Terceiros no período 2009-2012

	2009	2010	2011	2012	<i>composição da estrutura</i>			
					2009	2010	2011	2012
<i>Dívidas a terceiros</i>								
Médio e Longo prazos	10.328.189	9.702.133	8.481.371	7.252.783	57,83%	63,92%	62,59%	58,88%
Instituições Financeiras	9.669.399	9.264.899	8.174.915	7.010.927	54,14%	61,04%	60,32%	56,92%
Fornecedores de Imobilizado c/c	658.791	437.234	306.456	241.855	3,69%	2,88%	2,26%	1,96%
Curto prazo	7.532.618	5.475.375	5.070.266	5.064.554	42,17%	36,08%	37,41%	41,12%
Instituições Financeiras	415.946	0	0	0	2,33%	0,00%	0,00%	0,00%
Fornecedores, EOEP, Outros Credores	5.783.178	4.118.541	3.670.358	3.824.744	32,38%	27,14%	27,08%	31,05%
Credores de Cauções	1.333.494	1.356.834	1.399.909	1.239.810	7,47%	8,94%	10,33%	10,07%
TOTAL	17.860.807	15.177.508	13.551.638	12.317.337	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Salienta-se que, relativamente às dívidas a curto prazo - credores de cauções, as quais constituem importâncias retidas de e para terceiros, são fundos alheios à autarquia, encontrando-se depositadas em contas específicas de disponibilidades e possíveis de utilização – para restituição das cauções - em qualquer momento.

A dívida registada em fornecedores, EOEP, outros credores (de curto prazo), no valor de 3.824.744,00€ apresenta em 31.12.2012 um aumento comparativamente a 31.12.2011 de 154.386,00€ (i.e. 4,21%).

Importa esclarecer que o aumento verificado fica a dever-se de modo expressivo ao registo da faturação emitida (com pagamentos parciais e correspondentes aos valores reconhecidos como devidos) pela empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. (Fornecimento de água SAA Azibo - PE Izeda e saneamento - recolha e tratamento de efluentes ETAR Bragança/Izeda).

Sobre esta temática há a informar que, desde 28 de fevereiro de 2009 tem vindo esta autarquia a reclamar junto da ATMAD, S.A. a emissão de notas de crédito que anulem parte da faturação que, em nosso entender, é indevida e que abusivamente nos tem sido debitada. Sobre esta matéria têm sido apresentados, pela empresa, processos de injunção junto das entidades competentes.

Em contraponto foi instaurada - em março de 2013 - pelo Município de Bragança uma ação contra a ATMAD, SA.

Face ao anteriormente exposto e até trânsito em julgado, ou seja, até decisão judicial, não reconhecemos em dívida a faturação que consideramos indevida a qual representa – em 31.12.2012 – o montante de 1.084.812,33 euros, nomeadamente porque em primeiro lugar não respeita o Acordo de Repartição de Custos para Recolha e Tratamento de Águas Residuais Domésticas dos Subsistemas de Águas Residuais de Bragança e Izeda, assinado em 27 de Junho de 2007 e porque, em segundo lugar, desde 2011 a faturação não respeita os valores corrigidos para a tarifa de saneamento (0,53€/m³) e para a tarifa de água (0,48€/m³), conforme proposta da Associação Nacional de Municípios Portugueses para o Fundo de Equilíbrio Tarifário aplicada ao ano zero - reconhecida pela Águas de Portugal e pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, bem como por não considerar como referência de cálculo, para efeitos de faturação, os caudais afluentes e os caudais máximos diários que cada uma das ETAR tem capacidade de tratar.

<i>Dívidas a terceiros</i>	<i>31.12.2011</i>	<i>31.12.2012</i>	<i>Var.</i>
Curto prazo			
Instituições Financeiras	0	0	-----
Fornecedores, EOEP, Outros Credores	3.670.358	3.824.744	4,21%
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	692.928	1.084.812	56,55%
Outros Fornecedores, EOEP, Outros Credores	2.977.430	2.739.932	-7,98%
Credores de Cauções	1.399.909	1.239.810	-11,44%
TOTAL	5.070.267	5.064.554	-0,11%

No caso em apreço há a constatar que o aumento da dívida a fornecedores, EOEP, outros credores (de curto prazo), apresenta em 31.12.2012 um aumento comparativamente a 31.12.2011 de 154.386,00 euros (i.e. 4,21%). Essa dívida, no valor de 3.824.744,00 euros engloba o montante da faturação indevida emitida pela empresa ATMAD, S.A. e, obrigatoriamente, registada contabilisticamente, qual ascende em 31.12.2012 a 1.084.812,33 euros, ou seja, representa 28,36%.

Para uma melhor análise, devemos proceder ao abate na dívida mencionada, tanto no ano de 2011 como 2012, dos valores de faturação que consideramos indevida, ou seja, 692.928,36 euros e 1.084.812,33 euros, respetivamente.

Assim a dívida apresenta em 2012 o valor de 2.739.931,88 euros, registando um decréscimo relativamente a 2011 – 2.977.429,48 euros – em valor absoluto de 237.497,60 euros (i.e. -7,98%).

3.5. LIMITES AO ENVIDAMENTO MUNICIPAL

Segundo o artigo 36.º da NLFL e passamos a citar "O montante de endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu das Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros."

Refere ainda a citada Lei, que no tocante ao limite de endividamento líquido total de cada município, o artigo 37.º do n.º 1 da Lei 2/07 (LFL) dispõe que "em 31 de dezembro de cada ano não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativas ao ano anterior."

Contudo, o artigo 87.º Lei de Enquadramento Orçamental, de 20 de Agosto de 2001 – LEO – dispõe que "Em cumprimento das obrigações de estabilidade orçamental, a lei do Orçamento estabelece limites específicos ao endividamento anual (...) das autarquias locais (...)", sendo que "Os limites de endividamento (..) podem ser inferiores aos que resultariam das leis financeiras especialmente aplicáveis (...)", ou seja, inferiores a LFL. Por seu turno, o artigo 88.º da LEO dispõe, também, em vista da estabilidade orçamental " (.) a lei do Orçamento pode determinar transferências do Orçamento do Estado de montante inferior aquele que resultaria das leis financeiras especialmente aplicáveis (..)", ou seja, inferiores a LFL.

No novo quadro restritivo de endividamento municipal – **reportado neste caso exclusivamente à utilização dos limites impostos em Orçamento de Estado, em vez dos estabelecidos na Lei das Finanças Locais** – os limites ao endividamento municipal para o ano de 2012, observam o disposto nas respetivas Lei de Orçamento de Estado, nomeadamente artigo 53.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2011) e artigo 66.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012).

Segundo comunicação proferida da Direção Geral das Autarquias Locais, os limites de endividamento líquido e de médio e longo prazos (MPL) para o ano de 2012, bem como o rateio calculado nos termos do previsto no n.º 2 e n.º 7 do artigo 66.º do OE para 2012, são os seguintes:

Endividamento Líquido limite EL 2012	Endividamento de médio e longo prazos (EMLP)	
	limite 2012	Rateio n.º 2 art.º 53.º OE/2011
3.246.280,00	7.835.927,00	1.603.018,00

Seguidamente apresenta-se o cálculo do endividamento municipal para o ano de 2012:

	Designação	Montante (€)	Observações
(1)	TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	Saldo credor conta 2311 - Empréstimos de curto prazo
(2)	CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	7.010.927,34	Saldo credor conta 2312 Empréstimos de médio e longo prazos
(3)	TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	3.577.496,48	O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento não se consideram as contas 2745, 2749
(4)	CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	1.921.579,82	Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal nos termos das alíneas a) e b) do n.º2 do art.º 61.º da LFL
(5)	CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	5.089.347,52	Capital em dívida de médio e longo prazos, excluindo montantes legalmente excepcionados (5) = (2) - (4)
(6)	ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	1.655.916,66	Endividamento líquido, excluindo montantes legalmente excepcionados (6) = (3) - (4)

Face aos limites podemos concluir que o município cumpre os limites impostos por Lei.

Considerando no entanto que, para cálculo do limite de endividamento líquido e do limite de empréstimos contraídos, o conceito de endividamento líquido total de cada município inclui: a) o endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios, proporcional à participação do município no seu capital social; b) o endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integrem o setor empresarial local, na proporção das participações do município no capital social, ou seja, com a contribuição das Empresas participadas, Terra Fria Carnes e EM – Mercado Municipal, o total do endividamento líquido ascende a 2.672.549,11 euros e o capital em dívida de médio e longo prazos a considerar totaliza 6.138.388,59 euros.

4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A apreciação feita seguidamente tem como suporte o Balanço e Demonstração de Resultados, documentos contabilísticos de base. O primeiro mapa, abrange os elementos acumulados até à data, sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial da autarquia onde constam os seus bens, direitos e dívidas a pagar, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa. A Demonstração de Resultados apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

De acordo com o disposto na alínea b) do ponto 13 – Relatório de Gestão, do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), serve o presente capítulo para evidenciar uma análise síntese da situação económico-financeira da Autarquia.

Convém ainda referir que se torna pertinente e imprescindível termos em consideração as especificidades da Administração Local, que a tornam distinta do sector empresarial e que ao não serem ponderadas podem desvirtuar a medição da qualidade da sua gestão e dos seus resultados, pelo que, as conclusões feitas relativamente à sua gestão, deverão ter em conta que a sua missão será sempre a satisfação das necessidades coletivas e não a obtenção de lucro.

4.1. ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO

O Balanço encontra-se organizado de forma a permitir o seu equilíbrio, Ativo = Fundos Próprios + Passivo. Estes grandes grupos expressam a situação patrimonial da Autarquia à data de 31 de Dezembro de 2012.

O Ativo, que inclui o conjunto de bens e direitos da autarquia, assim como os acréscimos e diferimentos, está agrupado de acordo com o critério da liquidez crescente ou da disponibilidade, pelo que reflete, na referida ordem, o valor do imobilizado, das existências, das dívidas de terceiros (curto, médio e longo prazos), das disponibilidades e dos acréscimos e diferimentos (acréscimos de proveitos e custos diferidos).

Os Fundos próprios, figuram no Balanço de acordo com o critério cronológico, expressam o valor do património do Município, das reservas constituídas, e dos resultados (transitados e líquidos).

O Passivo, conjunto de obrigações da autarquia, reconhece o valor das provisões constituídas para fazer face a riscos e encargos, das dívidas para com terceiros (curto, médio e longo prazos) e os acréscimos e diferimentos (acréscimos de custos e proveitos diferidos).

Com o objetivo de analisar a situação financeira da autarquia, apresentam-se seguidamente os Balanços relativos ao exercício de 2011 e 2012, que deve ser complementada com as informações disponibilizadas nos anexos às demonstrações financeiras.

QUADRO 26 – Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia: Balanço Sintético

	2011		2012		variação	
	Valor	estrutura	Valor	estrutura	Valor	%
ATIVO						
Ativo Fixo						
Bens de domínio Público	115.794.577,24	58,04%	114.755.662,71	56,04%	-1.038.914,53	-0,90%
Imobilizações incorpóreas	521.094,93	0,26%	443.139,37	0,22%	-77.955,56	-14,96%
Imobilizações corpóreas	72.891.260,56	36,53%	79.524.169,98	38,83%	6.632.909,42	9,10%
Investimentos financeiros	3.719.497,51	1,86%	3.919.497,51	1,91%	200.000,00	5,38%
Total (Activo Fixo)	192.926.430,24	96,70%	198.642.469,57	97,00%	5.716.039,33	2,96%
Ativo Circulante						
Existências	460.994,63	0,23%	442.278,03	0,22%	-18.716,60	-4,06%
Dívidas de Terceiros	3.517.479,49	1,76%	3.027.305,06	1,48%	-490.174,43	-13,94%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	1.671.094,51	0,84%	1.479.374,95	0,72%	-191.719,56	-11,47%
Total (Activo Circulante)	5.649.568,63	2,83%	4.948.958,04	2,42%	-700.610,59	-12,40%
Acréscimos e Diferimentos:						
Acréscimos de proveitos	896.008,65	0,45%	1.141.113,88	0,56%	245.105,23	27,36%
Custos diferidos	41.775,09	0,02%	49.059,08	0,02%	7.283,99	17,44%
TOTAL (ACTIVO)	199.513.782,61	100,00%	204.781.600,57	100,00%	5.267.817,96	2,64%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO						
Fundos Próprios						
Património	91.900.688,12	46,06%	94.234.357,32	46,02%	2.333.669,20	2,54%
Reservas legais	1.972.131,98	0,99%	2.094.956,67	1,02%	122.824,69	6,23%
Doações	14.636.759,87	7,34%	14.678.759,87	7,17%	42.000,00	0,29%
Resultados Transitados	11.514.312,21	5,77%	11.256.304,83	5,50%	-258.007,38	-2,24%
Resultados Líquido do Exercício	2.456.493,89	1,23%	1.848.342,90	0,90%	-608.150,99	-24,76%
Total (Fundos Próprios)	122.480.386,07	61,39%	124.112.721,59	60,61%	1.632.335,52	1,33%
Passivo						
Provisões para Riscos e Encargos	9.272.161,96	4,65%	9.746.282,45	4,76%	474.120,49	5,11%
Dívida a Terceiros - M/L prazos	8.481.371,15	4,25%	7.252.782,75	3,54%	-1.228.588,40	-14,49%
Dívida a Terceiros - Curto prazo	5.070.266,43	2,54%	5.064.554,14	2,47%	-5.712,29	-0,11%
Acréscimos e Diferimentos						
Acréscimos de Custos	943.216,53	0,47%	1.043.541,97	0,51%	100.325,44	10,64%
Proveitos Diferidos	53.266.380,47	26,70%	57.561.717,67	28,11%	4.295.337,20	8,06%
TOTAL (Passivo)	77.033.396,54	38,61%	80.668.878,98	39,39%	3.635.482,44	4,72%
TOTAL (FUNDOS PRÓPRIOS+PASSIVO)	199.513.782,61	100,00%	204.781.600,57	100,00%	5.267.817,96	2,64%

A evolução patrimonial no período permite-nos concluir que o Balanço da autarquia sofre um incremento global em valor absoluto de 5.267.817,96 euros, ou seja, 2,64% repartida pelas seguintes rubricas:

ATIVO FIXO – Representando 97% do ativo líquido, apresenta um acréscimo em valores absolutos de 5.716.039,33 euros, ou seja 2,96%. A rubrica com o aumento mais acentuada foi a de *Imobilizações corpóreas* (que representam 38,83%) com 6.632.909,42 euros.

ATIVO CIRCULANTE – apresenta uma diminuição de 700.610,59 euros, ou seja, 12,40% em relação ao ano anterior. Visto que as *Existências* representam um valor insignificante na estrutura do Balanço, são as *Dívidas de Terceiros* diminuídas em 700.610,59 euros que mais contribuíram para esta variação. As dívidas de terceiros, na

componente de outros devedores, são derivadas da comparticipação de projetos ao investimento, com despesa paga pela autarquia e o respetivo pedido de reembolso.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – provenientes da aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, compreendem os *acréscimos de proveitos* com um acréscimo de 245.105,23 euros relativamente ao ano anterior e os *custos diferidos*, também com a mesma tendência apresentando uma variação de 7.283,99 euros. A rubrica de *acréscimos de proveitos* é constituída por proveitos de 2012, cujo recebimento só se concretiza em 2012, sendo as mais significativas os impostos e venda de eletricidade e água. Aos *custos diferidos* estão normalmente associados os encargos pela cobrança de receitas, nomeadamente aquando da contabilização dos impostos como acréscimos de proveitos;

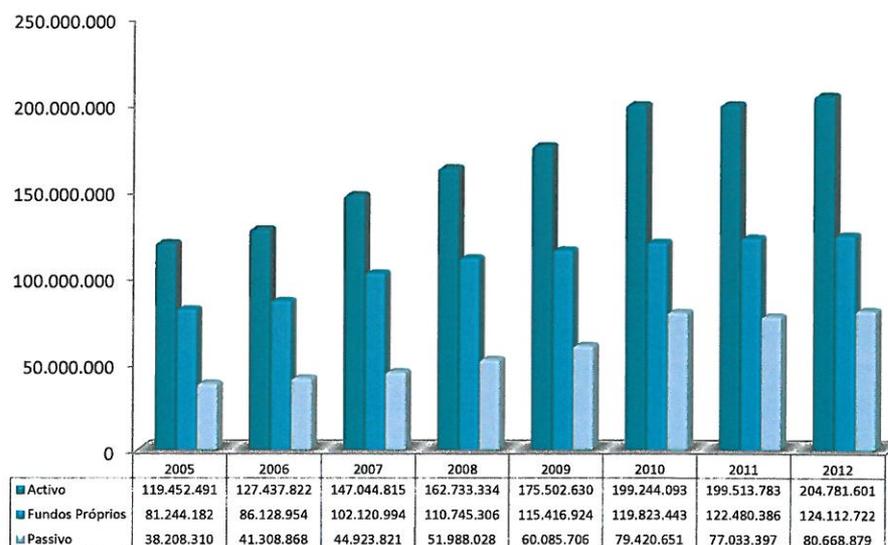
FUNDOS PRÓPRIOS – Os Fundos próprios registaram um acréscimo de 1,33%, ou seja, 1.632.335,52 euros. Da sua variada composição, apresenta maior relevância o incremento do Património que contribuiu positivamente com 2.333.669,20 euros;

PASSIVO – Tendo sofrido um acréscimo de 4,72%, deverá ser analisado segundo os vários contributos, ou seja, vertentes das provisões, dívidas a terceiros e acréscimos e diferimentos:

- ✓ no ano de 2012 foram incrementadas provisões para riscos e encargos no valor de 474.120,49 euros;
- ✓ no que concerne ao passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de Médio e Longo e Curto Prazos apresentam relativamente a 2011, uma redução de 1.234.300,69 euros;
- ✓ relativamente aos acréscimos e diferimentos, nomeadamente ao nível dos proveitos diferidos que em valores absolutos aumentaram 4.295.337,20 euros, representam globalmente 71,36% do passivo.

Numa perspetiva evolutiva, o gráfico seguinte reflete o montante global do Balanço no período 2005-2012.

GRÁFICO XIV – Evolução do Balanço no período 2005-2012



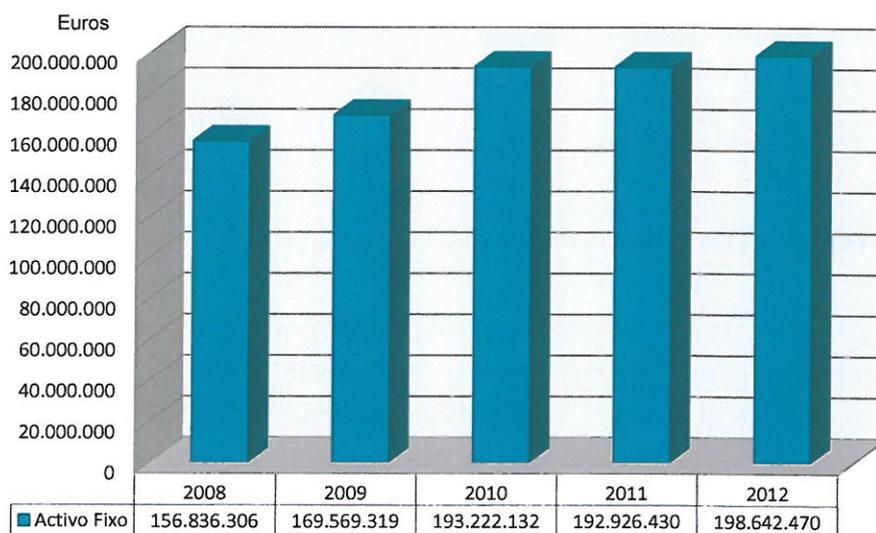
[Handwritten signatures and initials]

4.1.1. ESTRUTURA DO ATIVO

A variação que maior peso tem sobre a estrutura do ativo, em termos absolutos, é o imobilizado (com um crescimento bruto de 12.304.461,29 euros – aumento de 5,24% comparativamente com o ano anterior – e um crescimento líquido de 5.716.039,33 euros. Disto nos é dado conta nos Anexos às Demonstrações Financeiras – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados (ponto 8.2.7 do POCAL).

Considerando o papel fundamental que o ativo fixo, ou imobilizado, representa na composição do ativo, apresenta-se no gráfico seguinte a sua evolução no período de 2008 a 2012.

GRÁFICO XV – Evolução do Ativo Fixo no período 2008-2012



Os Gráficos seguintes espelham a composição do Ativo nos anos de 2011 e 2012.

GRÁFICO XVI – Estrutura do Ativo 2011

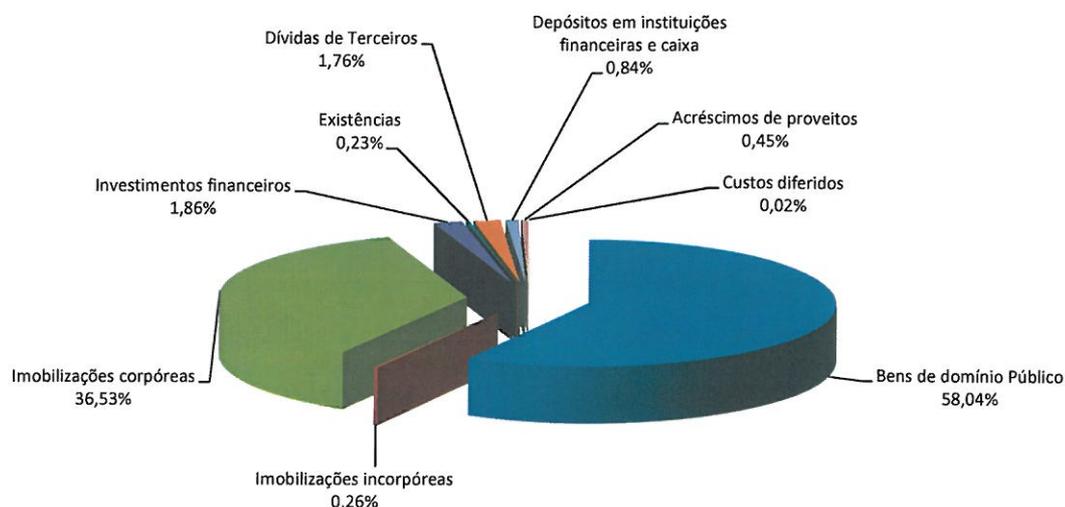
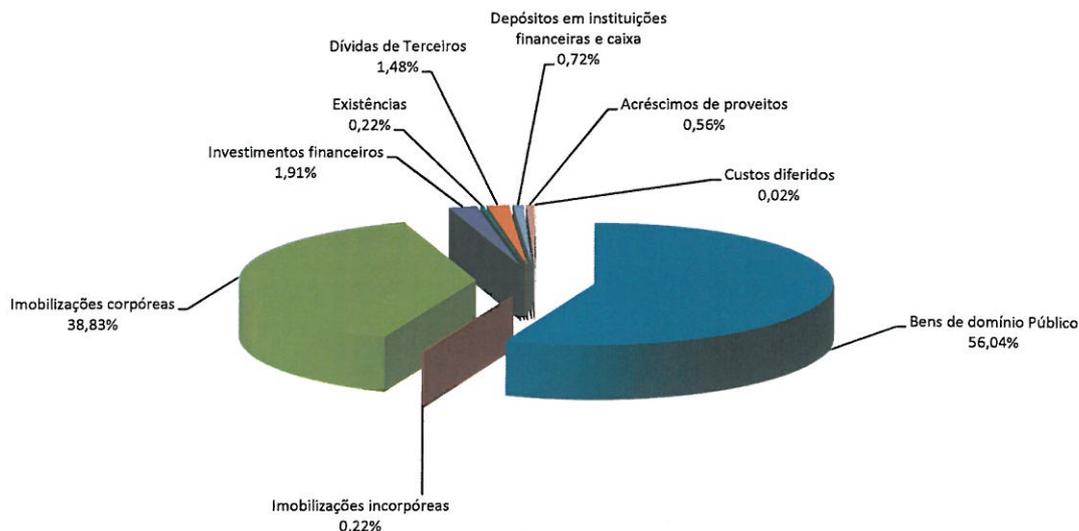


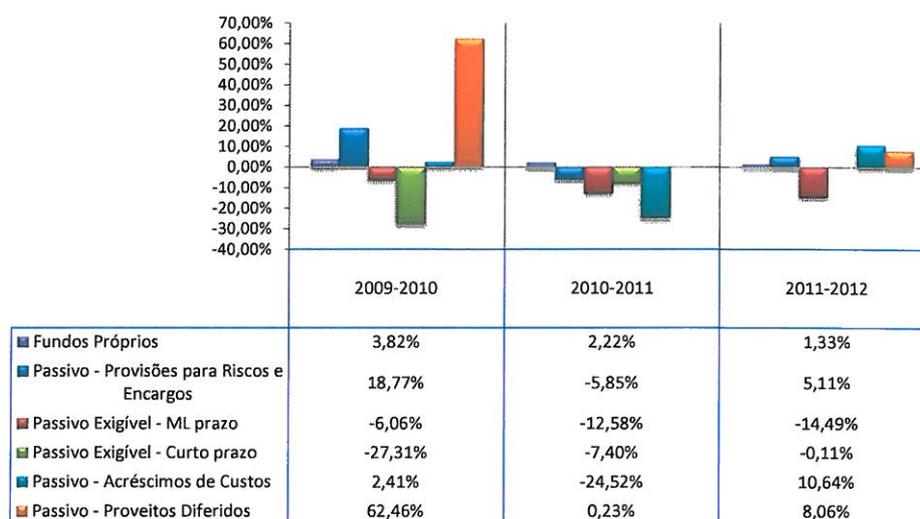
GRÁFICO XVII – Estrutura do Ativo 2012



4.1.2. ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO

Seguidamente apresenta-se a evolução dos fundos próprios e decomposição do passivo no período 2009 a 2012. Considerando que o passivo ao incluir as rubricas de "acréscimos de custos", "proveitos diferidos" e "provisões para riscos e encargos" pode originar análises financeiras distorcidas, apresenta-se o passivo desagregado, para que possa ser evidenciado o passivo exigível (dívidas de curto/médio e longo prazos).

GRÁFICO XVIII – Evolução da Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo no período 2009-2012



Os gráficos que a seguir se apresentam, evidenciam a estrutura do Passivo e dos Fundos Próprios, em 2011 e 2012.

GRÁFICO XIX – Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo 2011

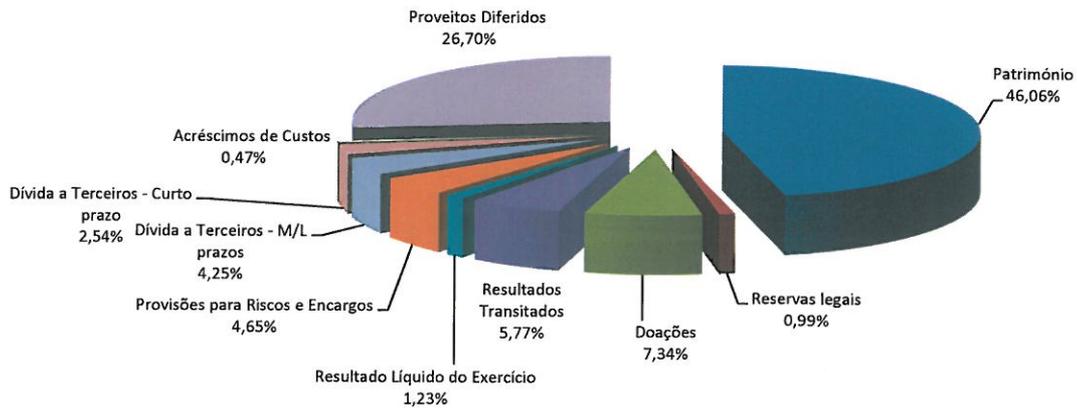
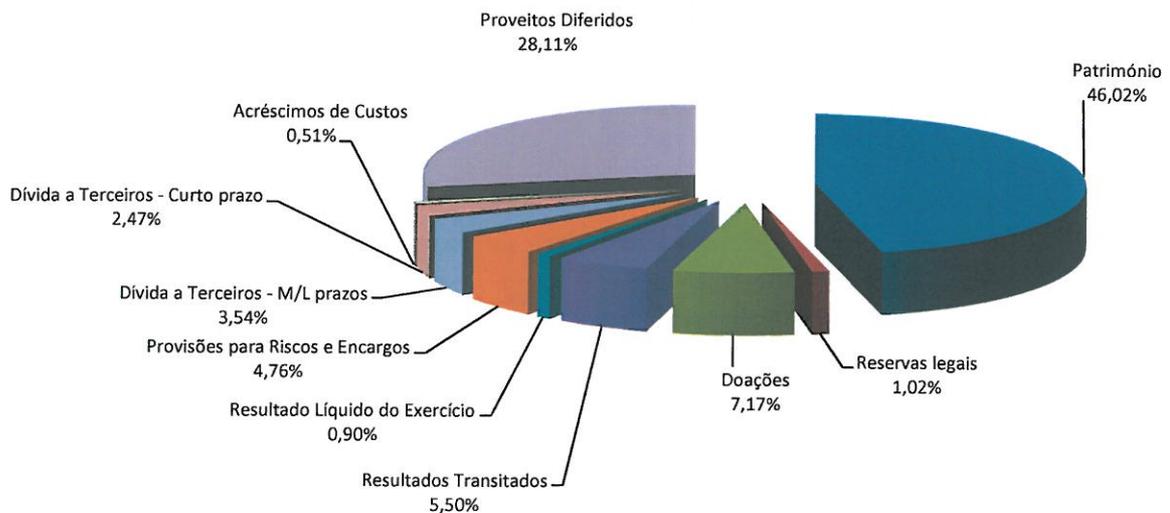


GRÁFICO XX – Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo 2012



A explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial situam-se no ponto 8.2.28 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados. Nestas notas, nos seus diferentes pontos, também se encontra com maior detalhe a composição dos Fundos Próprios e Passivo.

4.1.3. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

As contas de Acréscimos e Diferimentos, ao nível do Ativo e ao nível do Passivo, obedecendo ao princípio da especialização dos exercícios, apresentam, para o ano de 2012, na sua constituição a seguinte estrutura:

QUADRO 27 – Composição dos Acréscimos e Diferimentos em 2012

ATIVO

Acréscimos de proveitos	1.141.113,88
Custos Diferidos	49.059,08
TOTAL	1.190.172,96

PASSIVO

Acréscimos de custos	1.043.541,97
Proveitos Diferidos	57.561.717,67
TOTAL	58.605.259,64

Ao nível do Ativo os acréscimos e diferimentos resultam da identificação das dívidas de terceiros à data de 31 de Dezembro de 2012 originando 1.141.113,88 euros de acréscimos de proveitos e 49.059,08 euros de custos que devem ser reconhecidos para o exercício de 2012.

Do lado do Passivo os acréscimos e diferimentos resultam da incorporação de custos do exercício a liquidar em exercícios futuros, no valor de 1.043.541,97 euros. De referir que deste total, 543.101,07 euros são imputados a remunerações e encargos a pagar, promovendo assim a imputação ao exercício de 2012, de despesas que só serão pagas no ano de 2013.

Os proveitos diferidos apresentam à data de 31 de Dezembro de 2012, o saldo de 57.561.717,67 euros referentes a subsídios ao investimento que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes. Esta rubrica representa os subsídios/transferências que o Município teve direito, até a data (valor acumulado) nos termos da lei ou de contratos-programa e que se encontram associados a ativos amortizáveis.

4.1.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados evidencia a formação dos resultados num determinado período. A Câmara Municipal de Bragança apresenta, à data de 31 de Dezembro de 2012, um Resultado Líquido do Exercício positivo, no valor de 1.848.342,90 euros, constituído pelos seguintes resultados:

QUADRO 28 – Composição do Resultado Líquido do Exercício de 2011-2012

	2011	2012	variação absoluta
Resultados Operacionais (1)	1.875.393,02	653.465,95	-1.221.927,07
Resultados Financeiros (2)	1.452.224,17	1.653.378,84	201.154,67
Resultados Correntes (3) = 1+2	3.327.617,19	2.306.844,79	-1.020.772,40
Resultados Extraordinários (4)	-871.123,30	-458.501,89	412.621,41
Resultado Líquido do Exercício (5) = 3+4	2.456.493,89	1.848.342,90	-608.150,99

O Resultado Líquido do Exercício no ano de 2012 apresenta um valor de 1.848.342,90 euros. Regista comparativamente a 2011 uma diminuição de 24,76%, em valor absoluto 608.150,99 euros o qual é proveniente:

- Acréscimo de 201.154,67 euros ao nível dos *Resultados Financeiros*, com o valor significativo de 1.653.378,84 euros. Considerando que os resultados operacionais diminuíram 65,16%, esta contribuição, foi determinante para que os resultados correntes só se apresentem diminuídos em 30,68%;
- os *Resultados Extraordinários*, ainda que apresentando um valor negativo no ano de 2012 (458.501,89 euros), apresentam uma melhoria no seu desempenho face ao ano de 2011.

Resultados Operacionais

O conjunto de proveitos que integram os *Proveitos Operacionais*, que ascendem a 25.299.386,37 euros, representam 87,19% dos Proveitos totais da Autarquia (29.015.844,41 euros), revelam relativamente ao ano anterior uma diminuição de 1,87%. Conforme se pode verificar pela análise do quadro seguinte, estes proveitos têm a sua principal origem nas *Vendas e Prestações de Serviços* (conseguidos, em larga escala, pela venda da água – abastecimento público, eletricidade, transportes públicos, etc.), *Impostos e Taxas* (obtidos através do Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, Taxas e Impostos de Loteamentos e Obras, etc.) e nas *Transferências e Subsídios Obtidos* (Fundos Municipais, Apoios Comunitários e outros apoios auferidos através da celebração de acordos de Cooperação Técnica e Financeira). O conjunto destes proveitos apresentou relativamente a 2011 uma diminuição de 390.069,76 euros cuja maior fatia, como se pode verificar é a de transferências e subsídios obtidos.

Em termos de *Custos Operacionais*, com um acréscimo de 740.352,42 euros, face a 2011, representam 90,72% dos Custos totais (27.167.501,51 euros) suportados pela Autarquia, sendo que se destacam pelo seu peso na estrutura, os *Fornecimentos e Serviços Externos*, que representam 42,91%, os *Custos com o Pessoal*, com 23,90%, e as *Amortizações do Exercício*, com um peso de 24,27%.

Em face do exposto, os Resultados Operacionais ostentam a seguinte composição e sua evolução:

QUADRO 29 – Evolução da Estrutura dos Resultados Operacionais

	2011		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Proveitos Operacionais						
Vendas e Prestações de Serviços	5.259.199,86	20,40%	4.880.443,66	19,29%	-378.756,20	-7,20%
Impostos e Taxas	5.316.697,74	20,62%	5.834.344,19	23,06%	517.646,45	9,74%
Proveitos suplementares	53.637,31	0,21%	27.456,57	0,11%	-26.180,74	-48,81%
Transferências e Subsídios Obtidos	15.086.101,96	58,52%	14.557.141,95	57,54%	-528.960,01	-3,51%
Outros proveitos Operacionais	65.324,15	0,25%	0,00	0,00%	-65.324,15	-100,00%
TOTAL (Proveitos Operacionais)	25.780.961,02	100,00%	25.299.386,37	100,00%	-481.574,65	-1,87%
Custos Operacionais						
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	1.139.150,01	4,77%	679.316,54	2,76%	-459.833,47	-40,37%
Fornecimentos e Serviços Externos	10.065.825,93	42,11%	10.574.613,82	42,91%	508.787,89	5,05%
Custos com o Pessoal (Remunerações + Enc. Sociais)	6.406.656,25	26,80%	5.890.965,74	23,90%	-515.690,51	-8,05%
Transferências/Sub. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	1.029.893,19	4,31%	927.118,70	3,76%	-102.774,49	-9,98%
Amortizações do exercício	5.161.664,51	21,59%	5.981.333,67	24,27%	819.669,16	15,88%
Provisões do exercício	10.018,03	0,04%	521.189,92	2,11%	511.171,89	5102,52%
Outros Custos Operacionais	92.360,08	0,39%	71.382,03	0,29%	-20.978,05	-22,71%
TOTAL (Custos Operacionais)	23.905.568,00	100,00%	24.645.920,42	100,00%	740.352,42	3,10%
RESULTADOS OPERACIONAIS	1.875.393,02		653.465,95		-1.221.927,07	

Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros apresentam, no ano de 2012, a importância de 1.653.378,84 euros, a sua composição encontra-se no ponto 8.2.31 das notas ao Balanço e à Demonstração de resultados.

Os Proveitos Financeiros que integram na sua composição juros obtidos de depósitos à ordem, juros de depósitos a prazo, rendimentos de imóveis, entre outros, atingiram os 1.905.222,57 euros, mais do que suficiente para cobrir o montante suportado pelos Custos Financeiros no valor de 251.843,73 euros.

Resultados Extraordinários

Os Resultados Extraordinários ascendem, no ano de 2012, ao valor negativo de 458.501,89 euros, para os quais contribuíram ao nível dos Proveitos Extraordinários 1.811.235,47 euros, enquanto que os Custos Extraordinários, detêm o valor de 2.269.737,36 euros. Também a sua composição se encontra no ponto 8.2.31 das notas ao Balanço e à Demonstração de resultados.

4.1.5. RÁCIOS

Com vista a ilustrar a situação financeira da Autarquia, procedeu-se à aplicação de alguns rácios, tendo por base a informação constante do Balanço e da Demonstração de Resultados.

QUADRO 30 – Evolução e Estrutura dos Rácios

	2010	2011	2012
Liquidez Geral*	89,55%	109,54%	100,51%
Liquidez Reduzida*	84,27%	101,88%	93,27%
Liquidez Imediata*	22,49%	27,79%	24,22%
Prazo de Segurança de Liquidez	22,42%	25,63%	23,11%
Endividamento	39,86%	38,61%	39,39%
Estrutura do Endividamento*	8,47%	7,81%	7,57%
Cobertura dos Encargos Financeiros	83,99%	132,91%	46,15%
Autonomia Financeira	60,14%	61,39%	60,61%
Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes	67,03%	67,88%	66,13%
Rendibilidade do Capital Próprio	1,26%	2,01%	1,49%

* Passivo circulante excluído da rubrica de proveitos diferidos

- **Rácio de Liquidez Geral** – mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante. Quanto maior for este rácio, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos.

- **Rácio de Liquidez Reduzida** – tal como o rácio anterior, mede o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante, tendo no entanto em conta que as existências não podem ser facilmente transformadas em dinheiro ou, pelo menos, que essa conversão será sempre a um valor mais baixo do que o de aquisição ou de produção.
- **Rácio de Liquidez Imediata** – revela o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades.
- **Prazo de Segurança de Liquidez** – indica o grau em que o ativo circulante, expurgado do valor das existências, permite à autarquia local fazer face aos custos e perdas operacionais.
- **Endividamento** – permite apurar o grau em que a autarquia local utiliza o capital alheio para financiar a sua atividade.
- **Estrutura do Endividamento** – revela o peso das dívidas de curto prazo no capital (próprio e alheio) utilizado pela autarquia local.
- **Cobertura dos Encargos Financeiros** – mede o grau com que os resultados operacionais obtidos através da atividade da autarquia local cobrem as despesas decorrentes de empréstimos de curto, médio e longo prazo.
- **Autonomia Financeira** – mede a autonomia financeira da entidade face aos respetivos credores.
- **Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes** – mede o grau de cobertura do Imobilizado pelos Capitais permanentes. Deve ser superior a 100%, ou seja, o capital permanente deve cobrir o imobilizado líquido.
- **Rendibilidade do Capital Próprio** – reflete a rentabilidade contabilística da autarquia local num determinado exercício.

No entanto, tal como já foi referido na parte inicial deste ponto, a interpretação destes indicadores deve ter em conta as especificidades da Autarquia Local, também a interpretação da rendibilidade do capital próprio tem que ser efetuada na perspetiva de que as autarquias locais são criadas, nos termos da Constituição da República Portuguesa, para prosseguir os interesses próprios das populações respetivas. O próprio regime de finanças locais visa a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias locais e a necessária correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau.

Numa perspetiva evolutiva, os rácios alcançados no ano de 2012, surgem em consequência de alterações registadas nas massas patrimoniais e influenciadas por:

- A diminuição do ativo circulante em 6,80% e aumento do passivo circulante em 1,57%, contribuiu para a diminuição dos **rácios de liquidez geral, reduzida e imediata**;
- Diminuição dos resultados operacionais em 65,16%;
- Um crescimento de 1,33% dos Fundos Próprios relativamente ao ano de 2011;
- Uma diminuição de 24,76% dos Resultados Líquidos relativamente ao ano de 2011;

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo. Por outro lado, se houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço de Património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

Refere ainda o ponto 2.7.3.5 do mesmo diploma que deve constituir-se o reforço anual da conta 571 "Reservas Legais", no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Assim, e no cumprimento desta norma legal, a Câmara Municipal de Bragança propõe que o Resultado Líquido do Exercício económico de 2012, no montante de 1.848.342,90 euros, seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais	92.417,15 euros
Reforço do Património	1.755.925,75 euros
TOTAL	1.848.342,90 euros

6. RECURSOS HUMANOS DA AUTARQUIA

Como é apanágio no Município de Bragança, os recursos humanos desta edilidade apostam numa melhoria do serviço público a prestar aos cidadãos, aumentando a eficiência e a produtividade dos serviços.

O ano 2012 no Município de Bragança pautou-se pela continuidade das obras afetas aos novos edifícios para instalação dos seus serviços. No final do ano ocorreu a instalação das equipas operativas no novo edifício, proporcionando-se melhores condições de trabalho aos seus trabalhadores.

A política da gestão dos recursos humanos do Município de Bragança, à similitude dos anos precedentes, assentou em princípios de rigor e otimização, fatores que são determinantes para que a despesa com pessoal se situe muito aquém dos limites gerais impostos às despesas com pessoal dos municípios e que se traduziu num decréscimo de 892.250,03 euros, valor que representa uma diminuição de 13,08% relativamente ao ano de 2011. Em 2011 este rácio evidenciou um decréscimo de 2,01%.

O decréscimo registado deveu-se, à redução das remunerações totais íliquidas, à suspensão do pagamento de subsídios de férias e de natal, à redução do pagamento do trabalho extraordinário, impostas pelo LOE 2012 e também à redução do número de trabalhadores municipais obtida por via da desvinculação definitiva por motivos de aposentação.

A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, estabeleceu que os municípios devem aprovar a adequação das suas estruturas orgânicas às regras e critérios previstos no aludido diploma até 31 de dezembro de 2012, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro que consagra o Regime Jurídico de Organização dos Serviços das Autarquias Locais.

A Assembleia Municipal de Bragança aprovou, na sua Sessão Ordinária de 17 de dezembro de 2012, com efeitos a 01 de Janeiro de 2013, a moldura organizacional do Município de Bragança – Estrutura Hierarquizada; a Estrutura Nuclear, composta por 2 (duas) unidades orgânicas nucleares: Departamento de Administração Geral e Financeira e Departamento de Serviços e Obras Municipais; o número máximo de unidades orgânicas flexíveis 10 (dez) – 8 (oito), atentos os critérios de provimento previstos nos artigos 6.º a 9.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e 2 (duas) nos termos do n.º 1 do artigo 21.º do mesmo diploma e o n.º máximo de subunidades orgânicas 1 (uma), publicitada no Despacho n.º 1298/2013, Diário da República, 2.ª série, n.º 14, de 21 de janeiro.

A Câmara Municipal de Bragança, em reunião ordinária de 21 de dezembro de 2012, com efeitos a 01 de Janeiro de 2013, aprovou dentro dos limites aprovados pela Assembleia Municipal, a criação das seguintes unidades orgânicas flexíveis:

- Integradas no Departamento de Administração Geral e Financeira: a Unidade de Administração Geral e a Divisão de Administração Financeira.
- Integradas no Departamento de Serviços e Obras Municipais: a Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo; a Divisão de Logística e Mobilidade e a Divisão de Ambiente, Águas e Energia.
- Não integradas em unidades nucleares: a Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social; a Divisão de Educação, Cultura e Ação Social; a Unidade de Desporto e Juventude; o Gabinete de Planeamento Estratégico e Auditoria Interna e o Aeródromo Municipal.

Foram ainda aprovadas as respetivas competências e atribuições constantes nas fichas de caracterização anexas ao Regulamento Orgânico, publicitada na Deliberação n.º 272/2013, Diário da República, 2.ª série, n.º 21, de 30 de janeiro.

Por despacho do Presidente da Câmara Municipal, datado de 28 de dezembro de 2012 foi criada a subunidade orgânica – Tesouraria, com efeitos a 01 de Janeiro de 2013.

Por despacho do Presidente da Câmara Municipal, datado de 28 de dezembro de 2012, foram criados os seguintes serviços informais, com efeitos a 01 de Janeiro de 2013.

- Serviço de Assessoria Jurídica e Contencioso, na dependência do Departamento de Administração Geral e Financeira;
- Serviço de Informática, na dependência do Departamento de Administração Geral e Financeira;
- Gabinete de Atendimento Integrado ao Município, na dependência da Unidade de Administração Geral;
- Serviço de Expediente Geral e Arquivo, na dependência da Unidade de Administração Geral;
- Serviço de Recursos Humanos, na dependência da Unidade de Administração Geral;
- Serviço de Contabilidade e Gestão Patrimonial, na dependência da Divisão de Administração Financeira;
- Serviço de Taxas, Contra Ordenações e Metrologia, na dependência da Divisão de Administração Financeira;
- Serviço de Cadastro e Toponímia, na dependência da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo;
- Serviço de Gestão Urbanística e Fiscalização, na dependência da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo;
- Serviço de Obras de Administração Direta, na dependência da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo;
- Serviço de Empreitadas, na dependência da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo;
- Serviço de Conservação de Edifícios Municipais na dependência da Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo;
- Serviço de Mobilidade, na dependência da Divisão de Logística e Mobilidade;
- Parque de Máquinas e Oficinas, na dependência da Divisão de Logística e Mobilidade;
- Serviço de Compras e Armazém, na dependência da Divisão de Logística e Mobilidade;
- Serviço de Energia, Eletromecânica e Telecomunicações, na dependência da Divisão de Ambiente, Águas e Energia;
- Serviço de Espaços Verdes e Cemitérios, na dependência da Divisão de Ambiente, Águas e Energia;
- Serviço de Manutenção e Limpeza Urbana, na dependência da Divisão de Ambiente, Águas e Energia;
- Serviço de Águas e Saneamento, na dependência da Divisão de Ambiente, Águas e Energia;
- Serviço de Mercados e Feira, na dependência da Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social;
- Serviço de Turismo, na dependência da Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social;

- Serviço de Promoção Económica, na dependência da Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social;
- Serviço de Desenvolvimento Social, na dependência da Divisão de Promoção Económica e Desenvolvimento Social;
- Serviço de Educação e Ação Social, na dependência da Divisão de Educação, Cultura e Ação Social;
- Serviço de Animação e Equipamentos Culturais, na dependência da Divisão de Educação, Cultura e Ação Social;
- Serviço de Desporto e Juventude, na dependência da Unidade de Desporto e Juventude.

A redução do número de cargos dirigentes foi equacionada de acordo com as orientações vertidas na citada Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto articulada com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.

No decurso do ano 2013 prevê-se a abertura de 10 procedimentos concursais para provimento de cargos de direção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º grau, respetivamente, Diretor do departamento, Chefe de Divisão e Chefe de Unidade, sendo da responsabilidade da Fundação CEFA, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, a prestação de serviços de assessoria técnica aos referidos concursos de recrutamento de dirigentes.

6.1. Recrutamento de novos trabalhadores

No decurso do ano 2012, o Município de Bragança conciliou o recrutamento de novos trabalhadores, com a imposição legal da regra da redução de trabalhadores prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Orçamento do Estado para 2012, teria que reduzir até final do 3.º trimestre do ano de 2012, no mínimo, em 2% o número de trabalhadores existentes em 31 de dezembro de 2011 (365 trabalhadores).

O Município de Bragança deu cumprimento ao objetivo de redução de trabalhadores, em 30 de setembro de 2012 este município dispunha de 358 trabalhadores, dados comunicados ao SIIAL – Recursos Humanos, tal procedimento ocorreu com a desvinculação definitiva ao serviço de 13 trabalhadores, por motivos de aposentação.

Durante o ano de 2012, foram outorgados 6 contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (reportam-se aos procedimentos concursais que se iniciaram no ano de 2011 e que só viriam a culminar em 2012), nas seguintes áreas: 1 Técnico Superior, na área de Gestão; 5 Assistentes Operacionais – 2 na área da Limpeza das instalações, 1 na área de Coveiro, 1 na área de Operador de Sistema de Rega e 1 na área de Manutenção Urbana.

6.2. Alteração do posicionamento remuneratório

A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Orçamento do Estado para 2012, manteve a proibição da prática de quaisquer atos que consubstanciem valorizações remuneratórias dos titulares dos cargos e dos trabalhadores que exercem funções públicas, i.é., ficaram vedadas as alterações do posicionamento remuneratório, progressões, promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos.

Estando em causa alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório do trabalhador, que tenha, entretanto, acumulado mais de 10 pontos, os pontos em excesso relevam para efeitos de futura alteração do seu posicionamento remuneratório.

Mantiveram-se todos os efeitos associados à avaliação do desempenho, nomeadamente a contabilização dos pontos a que se refere o n.º 6 do artigo 47.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

6.3. Prémios de desempenho

A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Orçamento do Estado para 2012, manteve a proibição da prática de quaisquer atos que consubstanciem outras valorizações remuneratórias dos titulares dos cargos e dos trabalhadores que exercem funções públicas, i.é., a atribuição de prémios de desempenho.

6.4. Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública

No ano de 2012, desenvolveu-se o processo da avaliação do desempenho dos trabalhadores do município ao nível dos três subsistemas: SIADAP1 - subsistema de avaliação do desempenho das unidades orgânicas do Município de Bragança; SIADAP2 - subsistema de avaliação do desempenho dos dirigentes intermédios do Município de Bragança e SIADAP3 - subsistema de avaliação do desempenho dos trabalhadores, do Município de Bragança, tendo subjacente as regras previstas na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, aplicável por força do disposto no Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, de 04 de Setembro, cujos resultados foram comunicados à Direção-Geral das Autarquias Locais.

6.5. Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

No âmbito da higiene, segurança e saúde no trabalho, foi renovado o contrato da prestação de serviços externos de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, tendo por objetivo conferir aos trabalhadores melhores condições de trabalho.

- Foram realizados 467 exames médicos:
Exames de admissão - 31;
Exames periódicos – 233;
Exames ocasionais – 203
(Dos exames ocasionais 50% foram a pedido dos trabalhadores)
- Foram realizados exames complementares de diagnóstico em 364 sessões, com exames médicos.
Em várias situações houve o encaminhamento de trabalhadores para outras consultas do médico de família e várias especialidades, exames complementares e análises clínicas, nomeadamente: Visão (1/3 dos trabalhadores), Diabetes, Obesidade, Patologia cardíaca, Audição, Dislipidemia, Hipertensão.
- Procedeu-se à avaliação de riscos nos vários locais de trabalho e medições da exposição dos trabalhadores a vários agentes.
Elaboraram-se procedimentos de segurança de vários equipamentos de trabalho.
- Realizaram-se 18 ações de formação e sensibilização a vários grupos, no total de 280 trabalhadores.
Realizaram-se 30 visitas aos postos de trabalho.

O Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho procedeu ao acompanhamento destes serviços e à coordenação de segurança em fase de obra de todas as empreitadas deste município.

6.6. Pessoal em exercício de funções

Mapa de Pessoal em exercício de funções Resumo

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2012

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Executivo	4						
Gabinete de Apoio Pessoal	3	4	3	3	3	4	4
Pessoal do Quadro	362	361	354	354	358	357	366
Dirigente	12	12	11	11	9	10	11
Chefia	11	14	13	13	13	12	12
Técnico Superior	14	14	14	19	21	23	24
Informática	1	3	3	3	4	4	4
Técnico	5	7	7	7	7	7	8
Técnico Profissional	21	21	21	21	26	26	27
Administrativo	47	42	41	44	44	45	44
Operário	111	109	109	106	103	101	96
Auxiliar	140	139	135	130	131	129	140
Pessoal em qualquer outra situação	23	23	44	48	27	16	13
Pessoal Contratado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 427/89	17	13	25	34	16	9	6
Pessoal Eventual	2	1	1	1	1	1	1
Pessoal Contrato de Provimento	0	3	12	9	6	1	0
Pessoal Requisitado	2	4	4	3	3	4	4
Prestação de Serviços (Consultadoria)	2	2	2	1	1	1	2
TOTAL	392	392	405	409	392	381	387

	2009	2010	2011	2012
Executivo	4	4	4	4
Gabinete de Apoio Pessoal	3	5	5	5
Pessoal do Mapa	356	353	355	348
Dirigente	11	11	11	11
Técnico Superior	32	30	34	33
Informática	4	4	4	4
Assistente Técnico	78	81	80	79
Assistente Operacional	226	222	221	216
Carreiras Subsistentes	5	5	5	5
Pessoal em qualquer outra situação	12	11	7	6
Pessoal Contratado por Tempo				
Determinado/Determinável - Certo/Incerto	5	5	3	3
Pessoal Eventual	1	0	0	0
Pessoal Requisitado	3	3	2	2
Pessoal em Mobilidade	1	1	0	0
Prestação de Serviços (Consultadoria)	2	2	2	1
TOTAL	375	373	371	363

O quadro anterior representa a evolução ao longo de uma década dos membros do Executivo e Gabinete de Apoio Pessoal e Pessoal do Quadro até ao ano de 2008 e Pessoal do Mapa anos 2009 a 2012 em exercício de funções no Município.

Contagem de efetivos segundo a carreira, sexo e relação jurídica de emprego público

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2012

Relação Jurídica	Sexo	Executivo municipal	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros Grupos	Total
Total de Efetivos	H	3	7	22	3	36	164	8	243
	M	1	4	13	1	43	53	5	120
	T	4	11	35	4	79	217	12	363
Comissão Serviço	H		7	0	0	0	0	0	7
	M		4	0	0	0	0	0	4
	T		11	0	0	0	0	0	11
Contrato por Tempo Indeterminado	H	0	0	21	3	36	164	5	229
	M	0	0	12	1	43	52	0	108
	T	0	0	33	4	79	216	5	337
Contrato por Tempo determinado (Termo Certo)	H	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	1	0	1
	T	0	0	0	0	0	1	0	1
Contrato por Tempo determinável (Termo Incerto)	H	0	0	1	0	0	0	0	1
	M	0	0	1	0	0	0	0	1
	T	0	0	2	0	0	0	0	2
Requisição ou Destacamento	H		0	0	0	0	0	0	0
	M		0	0	0	0	0	2	2
	T		0	0	0	0	0	2	2
Outras Situações	H	3	0	0	0	0	0	3	6
	M	1	0	0	0	0	0	3	4
	T	4	0	0	0	0	0	6	10

Pela análise do quadro anterior constata-se que a taxa de atividade feminina municipal, em 2012, se situa em 33,05%.

A distribuição da população empregada, por género, para o ano de 2012 confirma a tendência nacional, nomeadamente no que diz respeito à persistência de profissões ainda tendencialmente femininas e tendencialmente masculinas, ou seja, verifica-se uma maior concentração de emprego masculino na carreira de Assistente Operacional (operários e auxiliares), e trabalhadores similares e as mulheres centram-se sobretudo na carreira de Assistente Técnico (área administrativa e similares).

Para uma análise mais integrada é relevante mencionar que no final de 2011 exerciam funções nos 86 Municípios da Região do Norte 40 341 efetivos, sendo 20 039 homens e 20 302 mulheres (49,7% e 50,3% respetivamente) No Município de Bragança em 2012 o total de efetivos situou-se em 363 sendo a representatividade respetivamente de 33% de mulheres e 67% de homens.

Os 11 dirigentes intermédios, (3) Diretores de departamento e (8) Chefes de divisão representam 3,1% do total dos 354 efetivos (com exclusão do Executivo Municipal e Gabinete de Apoio). Em 2011, os municípios de Alto Trás-os-Montes registaram no Balanço Social, 3 635 efetivos dos quais 2,8% eram dirigentes.

As carreiras gerais representam 96,8% dos efetivos ao serviço (técnicos superiores 10,4%, assistentes técnicos 22,9% e assistentes operacionais 61%).

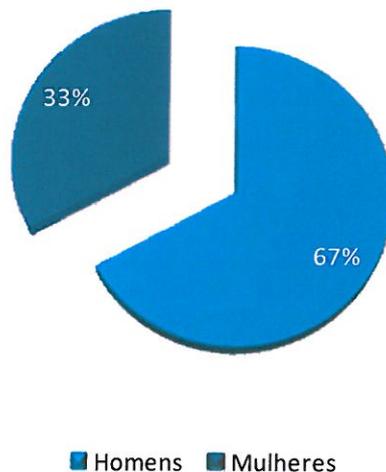
No total de 79 assistentes técnicos estão incluídos 7 coordenadores técnicos. O número de coordenadores técnicos tem sido gradualmente e naturalmente reduzido, em concordância com o estabelecido na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

No quadro anterior a designação de " Outros Grupos" inclui fiscais municipais, fiscais de obras (carreiras não revistas), gabinete de apoio e ainda uma prestação de serviços jurídicos sob a forma de avença, em nome individual.

Dispõem, ainda, os serviços municipais de uma outra prestação de serviços jurídicos sob a forma de avença em nome coletivo, que dada a sua natureza não é contabilizada neste mapa.

Efetivos segundo o sexo

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2012



Da conjugação dos dados constantes no quadro e gráfico anteriores verifica-se que o número total de efetivos em função do sexo (Homens - 243 e Mulheres - 120) regista ainda um desnível significativo neste município.

Mapa das valorizações remuneratórias e contratações

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2012

Categoria	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Progressões	34	0	2	0	0	2	0	0
Opção Gestionária	0	0	0	0	0	78	0	0
Alteração Obrigatória	0	0	0	0	0	1	0	0
Promoções	13	4	11	21	42	0	0	0
Reclassificação	1	1	0	13	0	0	0	0
Transferência	0	0	0	1	2	0	0	0
Contratado por Tempo Indeterminado	-	-	-	-	-	10	11	6
Contratado por Tempo Determinado/Determinável	8	21	4	29	3	0	1	0
TOTAL.....	56	29	20	65	48	91	12	6

Os dados do quadro anterior refletem que no ano de 2012 e por imposição da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Orçamento do Estado para 2012, ficaram vedadas as alterações do posicionamento remuneratório, progressões, promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos.

Durante o ano de 2012, foram outorgados 6 contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (reportam-se aos procedimentos concursais que se iniciaram no ano de 2011 e que só viriam a culminar em 2012), nas seguintes áreas: 1 Técnico Superior, na área de Gestão; 5 Assistentes Operacionais – 2 na área da Limpeza das instalações, 1 na área de Coveiro, 1 na área de Operador de Sistema de Rega e 1 na área de Manutenção Urbana.

Mapa dos postos de trabalho ocupados por tempo determinado/determinável

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2012

Resumo por Carreiras	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Técnicos Superiores	4	5	6	0	0	1
Técnicos	1	0	0	0	0	1
Técnicos Profissionais	1	2	1	0	0	0
Administrativos	3	0	0	0	0	0
Operário	0	1	0	0	0	0
Auxiliar	4	17	23	16	9	4
Ensino	0	0	4	0	0	0
TOTAL....	13	25	34	16	9	6

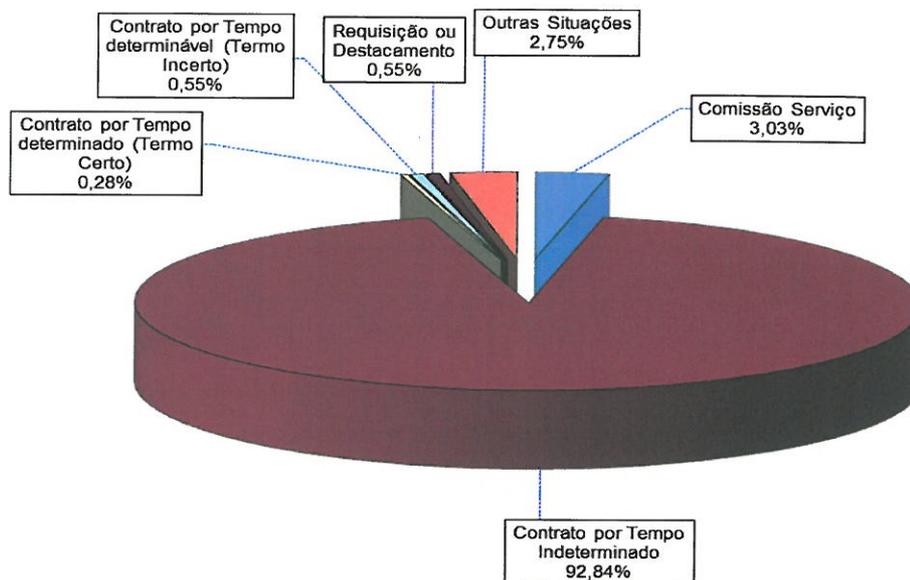
Resumo por Carreiras	2009	2010	2011	2012
Técnico Superior	3	3	2	2
Informática	0	0	0	0
Assistente Técnico	0	0	0	0
Assistente Operacional	2	2	1	1
Carreiras Subsistentes	0	0	0	0
Ensino	0	0	0	0
TOTAL....	5	5	3	3

Os dados do quadro anterior traduzem um decréscimo na criação de postos de trabalho ocupados por relação jurídica de emprego público por tempo determinado (termo certo) ou determinável (termo incerto).

Durante o ano de 2012, foi renovado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado (termo certo), com 1 Assistente Operacional, na área da Ação educativa

Efetivos segundo a relação jurídica de emprego público

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2012



Da análise ao gráfico anterior resulta que a constituição da relação jurídica de emprego público no Município de Bragança assinala com grande expressão a modalidade de Contrato por Tempo Indeterminado (92,84%), por contraposição às restantes situações aí vertidas, dado este, que nos demonstra a aposta numa política de recrutamento de novos trabalhadores que assenta na estabilidade e segurança do emprego ao nível dos efetivos deste município.

Mapa de cessação da relação jurídica de emprego público

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2012



CARREIRA	CATEGORIA	SITUAÇÃO	VERIFICADAS
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Calceteiro	Aposentação	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Pedreiro	Aposentação	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Auxiliar de Aeródromo	Aposentação	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Asfaltador	Aposentação	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Jardineiro	Aposentação	1
Assistente Técnico	Coordenador Técnico	Aposentação	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Carpinteiro	Aposentação	1
Assistente Técnico	Assistente Técnico - Administrativo	Aposentação	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Marteleiro	Aposentação	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Cantoneiro de Vias	Aposentação	1
Técnico Superior	Técnico Superior – área Recursos Humanos	Aposentação	1
Técnico Superior	Técnico Superior – área de Arquitetura	Aposentação	1
Assistente Operacional	Encarregado Operacional	Aposentação	1
TOTAL			13

Os dados do **quadro anterior** assinalam que no ano de 2012 ocorreu a desvinculação definitiva ao serviço de 13 trabalhadores, nas carreiras de Assistente Operacional, Assistente Técnico, Coordenador Técnico, Técnico Superior e Encarregado Operacional, por motivos de aposentação.

6.7. Absentismo**Absentismo (n.º de dias)**

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2012

<i>Categoria</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>
Masculino	5.481	5.491	5.432	5.110	5.164	4.826	4.400
Feminino	2.265	2.310	2.664	2.846	3.376	2.205	2.165
TOTAL.....	7.746	7.801	8.096	7.956	8.540	7.031	6.565

Para cálculo do absentismo referente ao ano de 2012, o número das faltas contabilizado (6.565), comparativamente com o ano de 2011 (7.031), registou um decréscimo, onde foram incluídas todo o tipo de faltas à exceção das férias, nomeadamente: casamento; maternidade e paternidade; nascimento; falecimento de familiar; doença; doença prolongada; assistência a familiares; trabalhador-estudante, e por conta do período de férias.

A taxa de absentismo dos efetivos do Município de Bragança, em 2011, registou 7, 53% índice inferior aos 9,10% registados em 2010. Em 2012 a taxa de absentismo registou 7,14% o que evidencia uma tendência decrescente.

O estudo de caracterização DOS Recursos Humanos dos Municípios da Região do Norte elaborado pela CCDR-N, com base no balanço social do ano de 2011, evidencia que a taxa de absentismo nos oitenta e seis municípios em estudo atingiu 9, 75, vinte e nove municípios registaram absentismo acima da média, dois municípios situaram-se na média e cinquenta e quatro, entre eles, o Município de Bragança, abaixo da média.

Com base no mesmo estudo, nos municípios da região norte, registaram-se 22 dias de ausência média por cada trabalhador, e no Município de Bragança em 2011, a ausência registada foi de 19 dias, número que este ano passa para 18 dias.

Revela especificar que a doença atingiu (4.995 dias) dos quais 8 trabalhadores têm 1.521 dias de faltas por doença prolongada, o que representa 30,43% do total das faltas, essencialmente em resultado da morosidade na marcação das juntas médicas (ADSE e CGA) que para verificação das mesmas, demora em média, 4/5 meses. Assim sendo, podemos considerar que a grande causa do absentismo, resulta na demora deste procedimento.

Sempre que um trabalhador atinge 60 dias consecutivos de faltas por doença, e não se encontra apto a regressar ao serviço, é obrigatoriamente sujeito à intervenção da Junta Médica da ADSE. Por sua vez, esta entidade pode solicitar a intervenção da Junta Médica da Caixa Geral de Aposentações para melhor avaliação. No período decorrente entre o sexagésimo primeiro dia de faltas consecutivas e a comunicação do resultado da Junta Médica da caixa Geral de Aposentações, o trabalhador fica impedido de se apresentar no local de trabalho independentemente do mesmo vir a ser considerado apto, ou não, pela Junta Médica da caixa Geral de Aposentações, para o desempenho de funções. A morosidade da marcação da Junta Médica da ADSE, a morosidade da marcação da Junta Médica da Caixa Geral de Aposentações, e a morosidade da comunicação do parecer desta última junta médica, determina que o trabalhador e a entidade permaneçam longos meses, desconhecendo o indeferimento ou não do processo, mas mantendo legalmente o trabalhador ausente do local de trabalho.

Evolução percentual do Absentismo

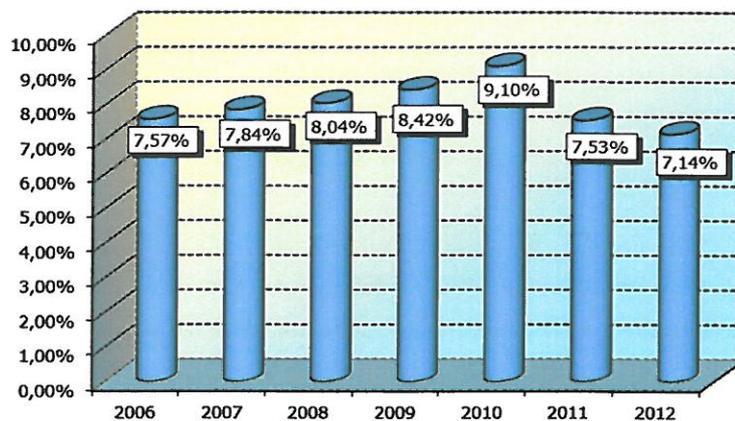
Dados reportados a 31 de Dezembro de 2012

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
7,57%	7,84%	8,04%	8,42%	9,10%	7,53%	7,14%

Este rácio indica, para o ano de 2012, a percentagem de faltas, num total de 253 dias úteis de trabalho/ano, relativamente a um total de 363 trabalhadores efetivos.

Evolução percentual do Absentismo

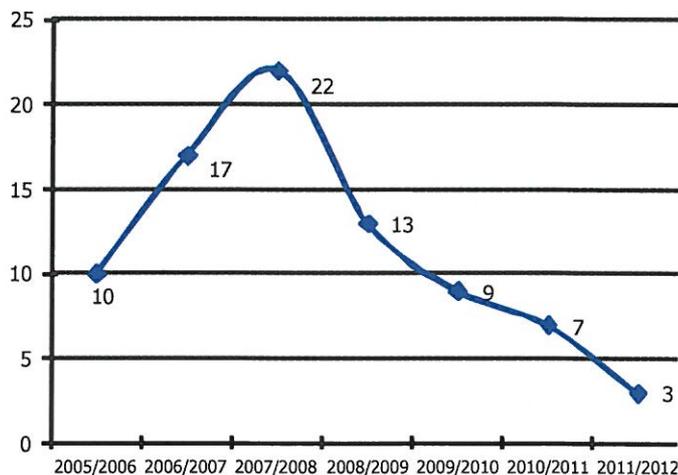
Dados reportados a 31 de Dezembro de 2012



7. Estatuto de Trabalhador Estudante

Estatuto de Trabalhador Estudante

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2012



Da leitura do gráfico anterior constata-se que os dados comparativos de 2007 a 2012 assinalam um decréscimo na aquisição do estatuto do trabalhador estudante, pelos trabalhadores do Município de Bragança.

A tendência decrescente registada deve-se ao facto de uma grande parte dos trabalhadores estudantes deste município terem já adquirido e concluído os níveis de ensino a que se propuseram. Contudo, mantém-se o interesse por parte dos trabalhadores deste Município (3), em adquirir uma nova formação académica de qualquer nível de ensino oficial ou equivalente, utilizando as facilidades previstas no estatuto do trabalhador estudante, o que revela um crescente interesse em se valorizarem e na obtenção de novas competências, iniciativa que tem sido bem acolhida e até estimulada, por parte do executivo municipal, tendo em vista uma valorização pessoal e profissional, o que sem dúvida é um fator de desenvolvimento com reflexos positivos na resposta às solicitações dos cidadãos.

No período de 2000 a 2012 foi autorizada a condição de trabalhador estudante a cinquenta e cinco trabalhadores municipais, trinta e cinco destes pretendiam obter licenciatura, seis pretendiam obter mestrado, um pretendia obter doutoramento, seis pretendiam obter pós-graduações e outras especializações, quatro pretendiam concluir o ensino secundário e três pretendiam obter habilitações profissionais.

8. Formação e estágios

Ações de formação e cursos

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2011

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Número de Trabalhadores	40	27	54	92	54	66	15	62
Importância Despendida	19.445,00 €	9.528.00 €	11.886.00 €	18,682,00€	16.219,74 €	6.008,00 €	5.640,58 €	6.157.59€

Participações em ações de formação e cursos

Dados reportados a 31 de Dezembro de 2012

Tipo de Ação	Dirigentes	Técnico Superior	Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros Grupos	Total
--------------	------------	------------------	-------------	--------------------	------------------------	---------------	-------

Número total das Participações	17	11	4	20	7	2	61
Ações do tipo interno	0	0	0	0	0	0	0
Ações do tipo externo	17	11	4	20	7	2	61

Número total de horas	78	250	52	259	118	14	771
Número de horas em Ações internas	0	0	0	0	0	0	0
Número de horas em Ações externas	78	250	52	259	118	14	771

No Município de Bragança a formação profissional permanece como uma prioridade na política de gestão dos seus recursos humanos, a melhoria dos níveis de qualificação, inovação e conhecimento dos trabalhadores é de extrema importância para um acréscimo da qualidade dos serviços prestados.

Face às dificuldades financeiras porque passa o País e os Municípios, a participação em ações de formação e cursos no ano de 2012 nesta autarquia, assentou em critérios de seleção de maior grau de exigência e prioridades, foram desenvolvidas uma multiplicidade de ações de formação em diversas áreas, como seja: Registo de Cidadãos da União Europeia; Lei dos Compromissos; Planos de Segurança Interna; Operador Cemiterial; Atendimento ao Público; Tratamento de Águas e Gestão de Piscinas; Modernização Administrativa; Auditorias da Qualidade; Tarifários dos Serviços de Águas e Resíduos; Mesas e Sistemas "Digico", Energia – Centrais de Climatização; Jornadas em Equipamento; Fórum de Auditores de Segurança Rodoviária; Convenção Internacional de Atividade Física; Construir Pontes entre Escolas e Museus; Ato administrativo e contra ordenações, num total de 771 horas de formação, envolvendo a participação de 61 trabalhadores que incluem os dirigentes das diferentes unidades orgânicas.

No âmbito da formação, embora noutra vertente, é de relevar a colaboração com entidades formadoras públicas e privadas no acolhimento a estágios profissionais e curriculares, proporcionando apoio técnico e integração em contexto real de trabalho a quarenta e um alunos recém-formados, com habilitações médias, superiores ou pós-graduados, facilitando a inserção na vida ativa e contribuindo para a articulação e ajustamento da saída do sistema educativo/formativo com possibilidades de emprego na Função Pública.

No ano de 2012 decorreram quatro estágios do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), nas áreas de Administração Pública, Economia, Psicologia e Direito.

Ao nível dos Estágios Curriculares decorreram trinta e quatro estágios, vinte e três em resposta às solicitações de formação de quadros intermédios do Instituto Politécnico de Bragança; um com a Escola Secundária Miguel Torga desta Cidade; dois com a Escola Secundária Emídio Garcia, dois com o Colégio Torre D. Chama; um com o Centro Social N.ª Sra. de Fátima de Macedo de Cavaleiros; dois com a Escola Secundária de Murça; um com a Escola Superior Gallaecia de Vila Nova da Cerveira e dois em resposta a outros pedidos.

A abertura desta Entidade a jovens recém-formados proporciona-lhes uma experiência profissional e formativa em contexto real de trabalho, formatada de modo a valorizar as suas qualificações e competências académicas e profissionais e, ao mesmo tempo, familiariza-os com as regras, práticas da administração local, promovendo também o sentido de serviço público.

SGQ – Sistema de gestão da Qualidade

Em 2012 decorreu um projeto de certificação ISO 9001:2008 no Município de Bragança tendo sido obtido o certificado de qualidade.

Foram alvo de certificação os serviços de Atendimento, Obras Particulares, Recursos Humanos, Aprovisionamento e Gestão de Sistemas de Informação.

Através desta iniciativa, o Município de Bragança pretendeu potenciar a melhoria contínua dos serviços, da modernização administrativa e da adoção das melhores práticas. Para os munícipes é a confirmação de que a Instituição se rege por um modelo de gestão adequado, garantindo elevados níveis de qualidade.

A manutenção da certificação pressupõe o cumprimento e o desenvolvimento dos procedimentos e das práticas!

Em 2013 será feita uma auditoria de acompanhamento para efeitos da renovação do certificado, colocando-se desde já os seguintes desafios:

- a) Consolidar o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), respeitando e melhorando processos e procedimentos e adotando o Sistema como modelo de GESTÃO e de DESEMPENHO;
- b) Reestruturar o SGQ, com possíveis alterações decorrentes da revisão da estrutura orgânica e, com o funcionamento do Balcão Único de Atendimento;
- c) Estender o âmbito da certificação a outras Unidades Orgânicas operacionais, eventualmente resultando também num acréscimo aos processos de suporte.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



II. MAPAS E ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
